

1. A GEOGRAFIA DA GRÉCIA

A Grécia é um país da Europa localizado ao sul da Península Balcânica. O território grego é cortado ao meio pelo Estreito de Corinto, que separa a Grécia Continental, ao norte, da Península do Peloponeso, ao sul. As duas regiões são bastante montanhosas, sendo a vida na Grécia determinada por duas regiões distintas: a montanha e a orla marítima.

As montanhas dificultavam as comunicações entre as planícies e os pequenos vales férteis, fragmentando o território em numerosas comunidades, completamente independentes entre si. Além disso, a existência de um litoral bastante recortado e as numerosas ilhas do Mar Egeu, bastante próximas entre si, orientaram a vocação marítima dos gregos, facilitando o contato com os povos do mundo exterior.

O clima da Grécia é muito seco, com chuvas raras, tendo poucas áreas férteis. Desta forma, a pecuária

teve um papel importante na economia. A agricultura era praticada nos vales e nas encostas das montanhas, representada pelo cultivo do trigo, cevada e, principalmente, de vinhas e oliveiras.

2. A CIDADE-ESTADO GREGA

A história da Grécia Antiga caracteriza-se pela presença da cidade-Estado (pólis). Havia ao todo cerca de 160 cidades-Estado na Grécia, todas elas soberanas, com destaque para Atenas e Esparta. A independência dessas cidades resultou de vários fatores: o relevo montanhoso, que dificultava as comunicações terrestres; o litoral recortado e as numerosas ilhas existentes no Mar Egeu, que estimulavam a navegação; a ausência de uma base econômica interna sólida,

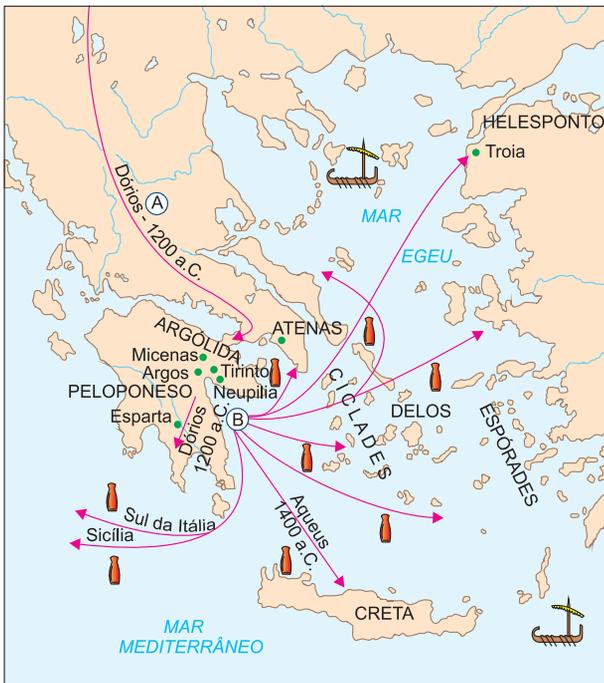


As principais cidades-Estado da Grécia Antiga, destacando-se Esparta, na Península do Peloponeso, e Atenas, localizada na Península da Ática.

3. O PERÍODO HOMÉRICO (SÉCS. XII a.C. A VIII a.C.)

Trata-se de um período conhecido principalmente por causa de dois poemas atribuídos a Homero: a *Ilíada*, que trata da guerra e destruição de Troia, e a *Odisseia*, sobre as viagens de Ulisses.

Nessa época, os gregos viviam em pequenas comunidades agrícolas autossuficientes — os *genos* —, cujos membros eram aparentados entre si e obedeciam à autoridade de um *pater familias*. A propriedade da terra era coletiva. O sistema gentilício desintegrou-se quando o crescimento demográfico tornou insuficiente a produção dos *genos*. Os parentes mais próximos do *pater familias* (os *eupátridas*) apropriaram-se das terras, transformando-as em propriedade privada; quanto aos parentes mais afastados, estes se transformaram em camponeses sem terra ou então emigraram. Separando-se dos camponeses, os *eupátridas* passa-



A chegada dos dórios à Península Balcânica (A) provocou a primeira diáspora (B) grega.

ram a morar em locais fortificados que, com o correr do tempo e o desenvolvimento do comércio, deram origem às pólis (plural de *pólis*).

4. O MILITARISMO DE ESPARTA

Esparta localizava-se na região da Lacônia, que ocupava a parte sudeste da Península do Peloponeso, ao extremo sul da Grécia, sendo uma das primeiras cidades-Estado a surgir na Grécia. Foi fundada pelos dórios, por volta do século IX a.C., após a submissão dos aqueus.

❑ Economia

Durante o Período Homérico, os dórios vivenciaram o sistema gentílico, como as demais regiões da Grécia. Nesse período, as terras que haviam sido conquistadas aos aqueus foram distribuídas entre os guerreiros, que as trabalhavam coletivamente, sob um regime patriarcal.

No século VII a.C., em razão da escassez de terras e do crescimento da população dória, teve início a expansão vitoriosa sobre a Planície Messênia; os messênios foram reduzidos à condição de escravos. Esse fato promoveu profundas alterações na estrutura econômica e fundiária de Esparta. As propriedades coletivas desapareceram, cedendo lugar a uma vasta propriedade estatal, denominada de terra cívica — as terras centrais e mais férteis da planície. Essas terras foram divididas em cerca de 8.000 lotes, que foram distribuídos aos guerreiros dórios, detentores da posse útil da terra cívica. Recebiam também cerca de seis escravos para realizar os trabalhos. As terras periféricas foram divididas entre os aqueus, que detinham a propriedade privada sobre a terra, podendo vendê-la ou dividi-la.

❑ Sociedade

A conquista da Planície Messênia promoveu uma reestruturação social em Esparta. Basicamente, após a conquista da Planície, a sociedade era composta de espartíatas (cidadãos e guerreiros de origem dória, que constituíam a camada social su-

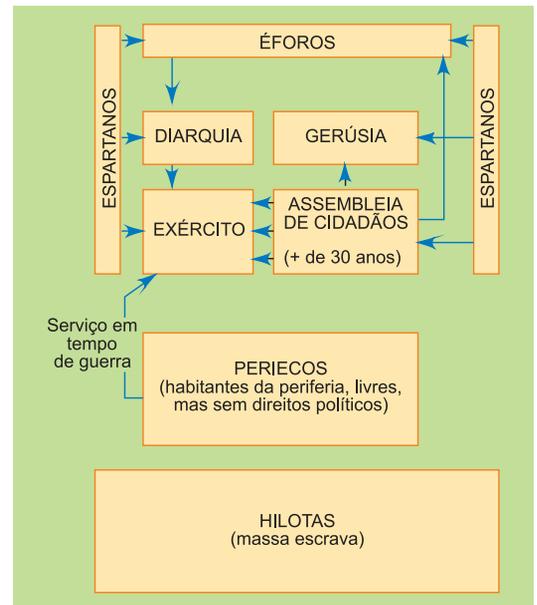
perior e recebiam educação militar), periecos (aqueus, habitantes da periferia, que, apesar de serem homens livres, não eram considerados cidadãos) e hilotas (escravos). A sociedade era estamental, rigidamente hierarquizada e sem mobilidade social.

❑ Política

Até o século VII a.C., a legislação de Esparta — Grande Retra — estabelecia que o governo deveria ser exercido por dois reis (diarquia), por um conselho e por uma assembleia. A sucessão ao trono era hereditária e duas famílias dividiam o poder: os Ágidas e os Euripôntidas. O Conselho, denominado Gerúsia, era formado pelos homens idosos e tinha um caráter apenas consultivo. A Assembleia, Ápela, era o órgão mais importante, e os cidadãos tomavam as decisões finais sobre todos os assuntos.

A Constituição e a organização política eram praticamente imutáveis, pois eram atribuídas à lendária figura de Licurgo, personagem histórica que, por ter um caráter divino, imprimia essa divinização às normas por ele criadas.

Com o processo de conquista da Planície Messênia concluído no século VII a.C., as transformações políticas foram proporcionais às mudanças socioeconômicas. O governo passou por uma transformação conservadora e mais uma vez essas alterações foram atribuídas a Licurgo. Esparta adotou a oligarquia como forma de governo. A antiga Gerúsia passou a monopolizar o poder e, nesse momento, compunha-se de 28 gerontes (cidadãos com mais de 60 anos), com poderes vitalícios. O Poder Executivo passou a ser exercido pelos éforos, cinco magistrados escolhidos pelos gerontes, com o mandato de um ano. A antiga Ápela aprovava as leis apenas por aclamação, correspondendo, nesse contexto, a um órgão formal de decisões políticas, de caráter meramente consultivo. A diarquia continuou a existir, mas os seus poderes políticos foram



Organograma político e social de Esparta, que concedia todos os privilégios para a minoria espartíata.

esvaziados, restando-lhe o exercício do poder sacerdotal e as atribuições militares. O caráter conservador de Esparta resultou da preocupação da minoria espartíata em manter a maioria hilita subordinada. Daí o militarismo do estamento dominante, a xenofobia (aversão ao estrangeiro) e o laconismo (forma sintética de expressão), que sufocavam o surgimento de ideias e restringiam o espírito crítico.

5. CRONOLOGIA

2.000 a.C. – Os aqueus começam a chegar à Grécia.

1700 a.C. – Começam a chegar os eólios e jônios.

1400 a.C. – Destruição da cidade cretense de Cnossos pelos aqueus.

1200 a.C. – Invasão da Grécia pelos dórios.

Século IX a.C. – Fundação de Esparta.

809 a.C. (?) – Possível data da elaboração da Grande Retra.

Século VIII a.C. – Primeira Guerra da Messênia.

Século VII a.C. – Segunda Guerra da Messênia.



1. ECONOMIA

Atenas localizava-se na Ática — península pouco fértil —, o que restringia a prática da agricultura nos vales e encostas mais favoráveis. A proximidade entre a cidade e o Porto de Pireu impulsionou o comércio marítimo e, conseqüentemente, incentivou a indústria de cerâmica e a agricultura de exportação (vinho e azeite). Graças a esses fatores, a economia ateniense estabeleceu uma relação dinâmica com o mercado externo, e a cidade tornou-se o centro mercantil do Mar Egeu. Muitos elementos das camadas pobres da população participaram da Diáspora Grega, fixando-se em colônias. A conseqüente escassez de mão de obra, tanto para a lavoura como para a indústria da cerâmica e da construção naval, fez que Atenas e outras cidades importassem escravos. Dessa forma, a Grécia veio a tornar-se a primeira civilização da Antiguidade que institucionalizou o escravismo, fazendo dele seu modo de produção. A escravidão foi defendida pelo filósofo Aristóteles.

Para ele, a propriedade é uma parte da casa e a arte aquisitiva, uma parte da administração doméstica, já que sem as coisas necessárias são



Ruínas da Eclésia, em Atenas.

impossíveis a vida e o bem-estar; na administração doméstica assim como nas artes determinadas, é necessário dispor dos instrumentos adequados se se deseja levar a cabo sua obra. Os instrumentos podem ser animados ou inanimados — por exemplo: o timão do piloto é inanimado; o vigia, animado (pois o subordinado faz as vezes de instrumento nas artes). Assim, também os bens que se possui são um instrumento para a vida, a propriedade em geral, uma multidão de instrumentos; o escravo, um bem animado, é algo assim como um instrumento prévio aos outros

instrumentos. Se todos os instrumentos pudessem cumprir seu dever obedecendo às ordens de outro ou antecipando-se a elas, como contam das estátuas de Dédalo ou dos tridentes de Hefesto, do que diz o poeta que entravam por si só na assembleia dos deuses, se as lançadeiras tecessem sós e os plectros tocassem sozinhos a cítara, os maestros não necessitariam de ajuda, nem de escravos ou amos.

O que é chamado habitualmente de instrumento, o é de produção, enquanto os bens são instrumentos de ação; a lançadeira produz algo à parte de seu funcionamento enquanto a roupa ou o leito produzem apenas seu uso. Além disso, como a produção e a ação diferem essencialmente e ambas necessitam de instrumentos, estes apresentam necessariamente as mesmas diferenças. A vida é ação, não produção, e por isso o escravo é um subordinado para a ação.

Do termo propriedade, pode-se falar no mesmo sentido que se fala de parte: a parte não somente é parte de outra coisa, senão que pertence totalmente a esta, assim como a propriedade. Por isso, o amo não é do escravo outra coisa que amo, como lhe pertence por



As lutas pela hegemonia sobre a Grécia Antiga destruíram a essência do Mundo Helênico: as cidades-Estado. Exaustas, elas não puderam resistir à expansão dos habitantes do Norte, ironicamente considerados inferiores pelos gregos: tratava-se dos macedônios, que iriam construir um dos maiores impérios da Antiguidade.

completo. Disso se deduz claramente qual é a natureza e a função do escravo: aquele que, por natureza, não pertence a si mesmo, senão a outro, sendo homem, esse é naturalmente escravo; é coisa de outro aquele homem que, a despeito da sua condição de homem, é uma propriedade e uma propriedade sendo, de outra, apenas instrumento de ação, bem distinta do proprietário.

2. SOCIEDADE

Inicialmente, a sociedade ateniense (como, aliás, as demais sociedades gregas) dividia-se em eupátridas (aristocratas proprietários das melhores terras), demiurgos (artesãos e comerciantes), georgóis (pequenos proprietários rurais) e thetas (camponeses sem terra e trabalhadores marginalizados).

Imaginemos um camponês grego. Como os humildes de todas as épocas, levantava-se cedo, antes do romper da aurora. Na penumbra da manhã, procurava as estrelas... Saudava o sol nascente, atirando-lhe um beijo, como saudava a primeira andorinha ou o primeiro milhano... Mais do que o sol, desejava a chuva e, por vezes, a frescura. Contemplava o mais alto cume das imediações, por vezes coroado de nuvens, porque lá em cima, no topo da montanha, residia Zeus, o deus que juntava as nuvens, lançava o raio, concedia a chuva. Era um grande deus... O ribombar do trovão era o sinal do seu poder e da sua presença, por vezes, da sua cólera.

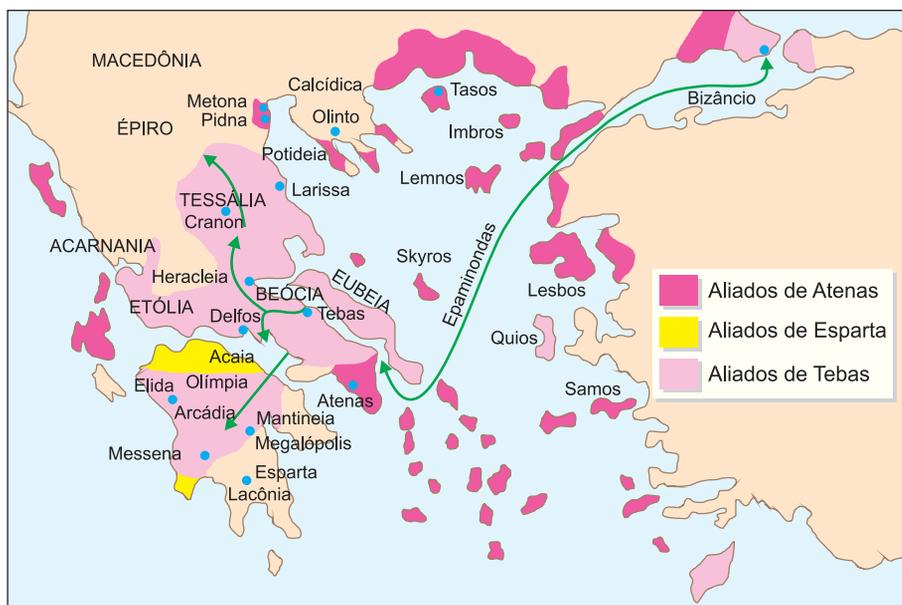
A própria linguagem oferece testemunho da força das crenças deste povo. Os gregos não diziam “chove” ou “troveja”, mas “Zeus chove”, “Zeus troveja”.

Mais tarde, com a expansão das atividades marítimas, os mercadores tornaram-se uma classe bastante próspera e rival dos eupátridas.

3. POLÍTICA

❑ A organização primitiva de Atenas

Com o processo de colonização provocado pela primeira diáspora, Atenas transformou-se em um grande centro comercial. As novas clas-



As alianças das cidades-Estado e as guerras de hegemonia que fragilizaram o Mundo Grego.

ses surgidas passaram a pressionar os aristocratas e a fazer oposição ao regime oligárquico. Nesse período, formaram-se os partidos políticos e teve início uma crise em Atenas. O partido popular reivindicava reformas: exigia leis escritas, o fim da escravidão por dívidas e o direito de participar da vida política. Verificaram-se, então, mudanças sociais profundas.

Os eupátridas, que constituíam a camada social dominante, eram os grandes proprietários de terras nas planícies, nas quais trabalhavam os escravos, rendeiros e assalariados. Os pequenos agricultores eram denominados georgóis. Suas propriedades eram pouco férteis e, com a intensificação do comércio, não tiveram condições de competir com as importações. Muitos, ao pedir empréstimos aos eupátridas, perderam a terra que fora dada como forma de pagamento, transformando-se em rendeiros; outros colocaram seu próprio corpo como garantia da dívida, reduzindo-se à condição de escravos. Os thetas compunham a camada de marginalizados sociais. Os artífices e artesãos eram denominados demiurgos e constituíam uma camada de homens livres que colocavam seu trabalho a serviço da comunidade.

Originariamente, o poder político em Atenas assentava-se sobre uma monarquia hereditária. O governo era exercido pelo Basileu, que concen-

trava os poderes político, militar e religioso. O seu poder era limitado por um conselho de anciãos, o Areópago. Gradativamente, o Basileu foi perdendo seus poderes para a aristocracia, que impôs a oligarquia como regime de governo. O governo oligárquico era exercido pelo Arcontado com apoio do Areópago. O antigo rei teve seu poder e função reduzidos às tarefas sacerdotais, tornando-se mais um entre os arcontes. Os arcontes — membros do Arcontado — eram escolhidos inicialmente para um período de dez anos; posteriormente, o poder foi reduzido apenas para um ano. Além do rei, havia o arconte Polemarco, encarregado do comando do Exército; o arconte Epônimo, encarregado dos assuntos internos; os arcontes Tesmotetas, que, em número de seis, cuidavam da legislação.

❑ Os legisladores

Em meio a uma violenta crise, marcada pela força das camadas populares, a oligarquia recuou e foi obrigada a fazer concessões. Surgiram, assim, os legisladores, com a finalidade de solucionar a crise política de Atenas.

Em 621 a.C., Drácon iniciou as reformas, preparando uma legislação escrita para a cidade. As leis de Drácon eram extremamente severas, pois previam a pena de morte para a maioria dos crimes. No entan-

to, foram muito importantes, pois, além de serem escritas, a administração da justiça saiu das mãos da aristocracia e passou a ser competência do Estado, que se fortaleceu com isso. Em termos políticos, a situação não se alterou. Os eupátridas continuaram monopolizando o poder. De fato, Drácon não conseguiu controlar a crise política e as camadas populares continuaram revoltadas. Em 594 a.C., Sólon foi nomeado legislador de Atenas. As reformas por ele propostas abrangiam os três pontos fundamentais da vida ateniense: o econômico, o social e o político.

Economia – estimulou o comércio e a indústria; estabeleceu um padrão monetário fixo e um sistema de pesos e medidas e proibiu a exportação de cereais.

Sociedade – aboliu a escravidão por dívidas, por meio da Lei Seisachtheia; concedeu anistia geral; regulamentou a Lei da Herança; eliminou os marcos de hipoteca e devolveu as terras aos antigos proprietários.

Política – acabou com o monopólio do poder exercido pela aristocracia, com base no critério do nascimento, e estabeleceu um sistema de participação política fundamentado na riqueza do indivíduo.

Mas, apesar das reformas, Sólon não conseguiu contentar todas as reivindicações populares nem atender à conservadora aristocracia eupátrida. A luta entre os partidos continuava e impedia o avanço político de Atenas: o partido dos pedianos (habitantes das planícies), aristocrático e conservador, formado pelos grandes proprietários de terras, queria Atenas como era antes das reformas de Sólon; o partido dos paralianos (habitantes da costa), constituído por comerciantes e artesãos, adotou posição moderada diante das reformas, pois muitos foram por elas favorecidos; o partido dos diacrianos (habitantes da montanha), composto de pequenos proprietários, reideiros e thetas, exigia reformas mais radicais.

❑ As tiranias

A crise política gerou condições para a implantação das tiranias, nas quais o poder era tomado por meio

de um golpe. Essa forma de governo dominou o cenário da vida política de Atenas durante cinquenta anos.

Pisístrato, de origem aristocrática e ligado ao partido diacriano, governou Atenas entre 560 e 527 a.C. Durante o seu governo, construiu obras públicas, estimulou o comércio e determinou a participação dos cidadãos em assembleias e tribunais.

Com sua morte, o poder passou para seus filhos Hípias e Hiparco. O governo dos irmãos foi moderado até 514 a.C., quando Hiparco foi assassinado por um aristocrata, e Hípias iniciou um processo de perseguição política. Os aristocratas reagiram e expulsaram Hípias de Atenas em 510 a.C. Dois anos mais tarde, Iságoras tornou-se o novo tirano. Em seu governo, restaurou alguns privilégios da aristocracia, o que revoltou as classes populares, obrigando-o a buscar apoio na aristocracia espartana. Em razão da intervenção de Esparta, os diacrianos e paralianos uniram-se e, liderados por Clístenes, um aristocrata, expulsaram o inimigo comum em 507 a.C.

❑ A reforma de Clístenes

Entre 508 e 507 a.C., Clístenes deu início a um processo de reformas em Atenas, para implantar a democracia. As suas propostas incluíam: direitos políticos para os cidadãos, representados pelos homens maiores de 18 anos, filhos de pais atenienses e de origem jônia; participação política direta no governo, pois os cidadãos opinavam na Assembleia ou eram sorteados para ocupar algum cargo. Cabe ressaltar que a democracia ateniense era exercida por aproximadamente 35.000 cidadãos em uma população de cerca de 450.000 habitantes.

Além da Eclésia, o poder legislativo era ainda constituído pela Bulé (ou Conselho dos 500), cuja função era preparar as leis votadas mensalmente pela Assembleia dos Cidadãos. A Heliae era composta de doze tribunais, com a função de ministrar a justiça comum. O Areópago cuidava da alta justiça, ou seja, de julgar a constitucionalidade dos atos públicos. A Heliae e o Areópago



O templo do deus Apolo em Delfos foi uma oferenda dos atenienses pela vitória em Maratona.

compunham o Poder Judiciário, enquanto o Poder Executivo era exercido por dez estrategos, escolhidos, anualmente, pela Eclésia.

Outra instituição da democracia de Clístenes era o ostracismo, que consistia na suspensão dos direitos políticos dos cidadãos considerados nocivos à democracia por um período de dez anos. Esses cidadãos, após a população votante haver escrito o nome deles mais de 6.000 vezes no *ostrakon* (pedaço de cerâmica em forma de concha), eram desterrados de Atenas, sem que houvesse o confisco de seus bens.

A democracia de Clístenes foi aperfeiçoada por Péricles, que convenceu a Eclésia a estabelecer uma remuneração para os cargos públicos, tornando-os acessíveis aos cidadãos pobres. A implantação da democracia significou o início da consolidação de Atenas dentro da Hélade.



*Péricles,
líder de
Atenas
no “Século de
Ouro” da Grécia.*

4. INTRODUÇÃO DO PERÍODO CLÁSSICO

Durante o Período Clássico, as pólis gregas disputaram a supremacia em toda a Grécia. Essa fase foi marcada pelas hegemonias e imperialismos no Mundo Grego, que acabaram com uma guerra fratricida entre os próprios gregos, concluindo com sua decadência e dominação por parte dos macedônios.

5. AS HEGEMONIAS GREGAS

A hegemonia política de Atenas na Grécia começou com seu êxito nas Guerras Pérsicas ou Médicas.

Com a conquista do Oriente Médio pelos persas, todas as colônias gregas do litoral da Ásia Menor foram anexadas. No início, a autonomia dessas cidades foi respeitada; mais tarde, porém, os persas passaram a exigir impostos e estimular governos de tiranos. A cidade de Mileto e algumas outras iniciaram uma rebelião, apoiadas por Atenas. Esse foi o motivo imediato para o conflito entre gregos e persas. Quando os persas invadiram a Grécia, os atenienses venceram-nos na Batalha de Maratona, em 490 a.C., liderados por Milcíades, o que conferiu grande prestígio aos atenienses. Dez anos depois, os persas fizeram uma dupla ofensiva. Por terra, venceram os espartanos no Desfiladeiro de Termópilas. Por mar, uma numerosa frota foi destruída pelos atenienses, liderados por Temístocles, na Batalha de Salamina. Sem o apoio da esquadra, o exército persa começou a recuar, chegando à Plateia, onde, em 479 a.C., foi vencido por um exército conjunto de espartanos e atenienses, liderados por Pausânias. Os gregos passaram então à ofensiva. Organizaram uma liga militar com sede em Delos e a chefia foi confiada a Atenas. O tesouro comum foi usado para construir uma poderosa armada, que, sob o comando de Címon, assolou as posições persas no litoral asiático. Em 488 a.C., pelo Tra-

tado de Susa ou Paz de Cálías, os persas reconheceram a supremacia grega no Mar Egeu.

Heródoto, considerado o “pai da História”, descreve a famosa Batalha de Maratona assim:

“Logo que as tropas tomaram posições e os sacrifícios forneceram bons augúrios, os atenienses, mal foi dado o sinal para atacar, lançaram-se em corrida contra os bárbaros; o intervalo que os separava não era de menos de oito estádios. Os persas, quando os viram correndo sobre eles, prepararam-se para os receber; verificando que eram em pequeno número, e que, apesar disso, se lançavam em passo acelerado, sem cavalaria e sem arqueiros, julgaram-nos atacados de loucura, duma loucura que lhes causaria a perda total. Era o que pensavam os bárbaros, mas os atenienses, em fileiras bem cerradas, combateram de maneira memorável. Foram eles, que se saiba, os primeiros a enfrentar o equipamento dos medos e homens com ele equipados, pois até então os gregos só de ouvir o nome dos medos se sentiam aterrados. A batalha em Maratona foi longa. No centro, a vantagem foi dos bárbaros, que, vitoriosos neste ponto, desbarataram os adversários e os perseguiram para o interior; mas nas duas alas a vitória foi dos atenienses. Estes deixaram escapar os bárbaros derrotados e, reunidas as duas alas num só corpo, dirigiram a sua ofensiva contra aqueles que haviam rompido o centro das suas linhas de combate. E a vitória pertenceu aos atenienses. Os persas puseram-se em fuga, e os atenienses perseguiram-nos até o mar; chegados lá, incendiaram a armada. Desta maneira capturaram os atenienses sete navios. Com o resto da frota, os bárbaros fizeram-se ao largo e contornaram Súnio. Era seu propósito chegar a Atenas primeiro que os atenienses. Mas estes correram a defender a sua cidade com toda a velocidade que lhes permitiam as pernas, e chegaram primeiro. Os bárbaros atingiram Faleros (que nesta época servia de porto a Atenas) e ancoraram; depois, tomando o caminho de retorno, fizeram rumo à Ásia.”



“Templo de Atena Niké”.

❑ A hegemonia de Atenas

O fim da guerra tornou desnecessária a Confederação de Delos. Entretanto, os atenienses sofreriam uma grave crise econômica e social se as contribuições dos aliados parassem de afluir para a cidade: a indústria naval seria paralisada, o comércio se retrairia e numerosos remadores, mercenários e artesãos ficariam sem emprego. Por essa razão, os atenienses obrigaram, pela força, os Estados-membros a continuar os pagamentos, mesmo contra a vontade desses. Era o início da hegemonia ateniense sobre a Hélade. Nesse período, a Grécia conheceu as dimensões de um verdadeiro império. No século V a.C., Atenas foi governada por Péricles (444 a.C. – 429 a.C.) e suas instituições atingiram o máximo esplendor. Diversas obras públicas foram iniciadas, gerando empregos; os membros dos tribunais e da Assembleia passaram a receber pagamentos; as camadas inferiores puderam participar do Arcontado, e Péricles cercou-se dos maiores artistas e intelectuais da Grécia, como Fídias, Heródoto e Anaxágoras. Essa hegemonia, contudo, criou uma série de inimigos para Atenas, pois feria a autonomia das demais cidades-Estado; por outro lado, o controle exercido sobre a Grécia pela Confederação de Delos desrespeitava o princípio de soberania das cidades.

❑ A Guerra do Peloponeso e a hegemonia espartana

Muitos Estados gregos, cuja localização no interior os colocava a salvo da frota ateniense, ligaram-se a Esparta na Liga do Peloponeso, francamente hostil a Atenas e à Confederação de Delos, que ela mantinha sob controle. Em 431 a.C., um incidente transformou essa rivalidade em guerra. As ambições territoriais de Atenas em expandir-se para o Ocidente levaram-na a apoiar e celebrar uma aliança com Córcira, colônia de Corinto — aliada a Esparta. Com isso, explodiu a Guerra do Peloponeso, que duraria 27 anos e deixaria a Grécia completamente exausta pelas

destruições recíprocas. Entre 431 e 421 a.C., os espartanos invadiram a Ática. A população de Atenas resistiu em suas extensas muralhas, ao mesmo tempo em que sua frota atacava o Peloponeso. Em 429 a.C., graças à má alimentação e às péssimas condições de higiene, a peste provocou centenas de mortes, entre as quais a do próprio Péricles. Em 421 a.C., Atenas e Esparta celebraram a Paz de Nícias, estabelecendo que não haveria mais guerra durante 50 anos. Em 413 a.C., porém, motivados pelo ambicioso Alcebiades, os atenienses prepararam uma campanha militar na Sicília, com o propósito de conquistar Siracusa, que era aliada de Corinto e abastecia o Peloponeso com alimentos.

Começava a segunda fase da Guerra do Peloponeso. Em 413 a.C., a esquadra ateniense foi destruída em Siracusa. Acusado por seus adversários políticos, Alcebiades fugiu para Esparta, para quem entregou os planos atenienses. Em 404 a.C., em razão da grande ofensiva dos espartanos, que mantiveram um exército na Ática e ampliaram a sua frota, Atenas foi derrotada na Batalha de Egos-Pótamos pelo general espartano Lisandro. Os muros de Atenas foram destruídos e a frota caiu nas mãos de Esparta. A hegemonia exercida por Esparta não era menos opressora que a de Atenas. Na Ásia, os espartanos

iniciaram uma ofensiva contra os persas. Não conseguindo, porém, manter o domínio sobre seus inimigos na Grécia e combater, ao mesmo tempo, no exterior, Esparta assinou, em 387 a.C., a Paz de Antálcidas com os persas. Além da paz, o tratado garantia o domínio da costa da Ásia pelo Império Persa, que passou a influir na política interna da Grécia.

❑ A hegemonia de Tebas

Apesar do domínio de Esparta, Atenas conseguiu reconstruir suas muralhas e sua frota, organizando uma segunda liga marítima. Ao mesmo tempo, a cidade de Tebas aliou-se a Atenas e atacou a guarnição espartana em Tebas. Durante a Batalha de Leuctras, em 371 a. C., a revolta dos escravos em Esparta conduziu os tebanos à vitória, sob o comando dos generais Epaminondas e Pelópidas. O período da hegemonia tebana foi marcado pela libertação dos messênios do domínio de Esparta e pela conquista e submissão da Tessália, Trácia e Macedônia. Para consolidar seu domínio militar, Tebas iniciou a construção de uma esquadra, o que lhe valeu a oposição de Atenas. Em 362 a.C., Atenas e Esparta, agora aliadas, impuseram a derrota a Tebas, na Batalha de Mantinea. O enfraquecimento das pólis, em decorrência de tantas lutas, facilitou a conquista da Grécia por Filipe, rei da Macedônia.



Vitória alada de Samotrácia.



Vênus de Milo.



Chefe gaulês e sua mulher.



Parthenon, o mais célebre dos templos gregos, arquitetado por Ictino e decorado por Fídias.

6. PERÍODO HELENÍSTICO

O fato de Filipe ter vivido alguns anos em Tebas deu-lhe condições de conhecer bem a vulnerabilidade das cidades-Estado gregas e de seus exércitos. Em 356 a.C., Filipe tornou-se governante da Macedônia e passou a preparar-se para a conquista e submissão das cidades-Estado gregas, fato que se concretizou na Batalha de Queroneia, em 338 a.C., após a derrota imposta a atenienses e tebanos. Filipe utilizou-se de habilidade política para se impor aos gregos, respeitando a autonomia das cidades-Estado e preservando suas instituições.

Seu filho e sucessor, Alexandre Magno, passou a governar o Império quando a organização interna da Macedônia já estava completa e o seu exército formado, não tendo, portanto, enfrentado grandes dificuldades para reprimir as cidades-Estado que ainda não aceitavam completamente o seu domínio. Em 333 a.C., Alexandre foi o responsável pela derrota de Dario III da Pérsia, que foi inteiramente dominada, em 331 a.C., após a conquista de Tiro e a Batalha da Planície de Gaugamela. Com a morte de Dario III, Alexandre foi proclamado rei da Pérsia. Marchou em direção ao Egito, onde foi saudado como o filho do deus Amon-Rá. Expandiu o Império em direção ao Oriente, chegando até os Rios Ganges e Indo. Com sua morte, em 323 a.C., seu vasto Império foi dividido entre seus principais generais, formando os reinos da Macedônia, do Egito e da Ásia. Entre 197 a.C. e 31 a.C., todos esses territórios foram conquistados pelos romanos.

7. CARACTERÍSTICAS DA ARTE GREGA

A Grécia Antiga alcançou notável nível de desenvolvimento artístico e cultural. A arte grega é uma arte antropocêntrica, exprimindo valores de equilíbrio, harmonia, ordem, proporção e medida, sendo empenhada em exaltar a beleza e o calor da vida humana, não a vida além-túmulo. Nessa arte, é condenado o mistério. Os artistas gregos não estavam sujeitos às limitações impostas pelos sacerdotes e reis, como na maioria das civilizações orientais, e tiveram suas ideias da filosofia racionalista e humanista dominantes. A arte grega não se voltava apenas para a estética, mas sobretudo visava demonstrar o orgulho do povo por sua cidade. Dessa forma, a arte era também a expressão da vida política dos cidadãos. A busca do equilíbrio, a forma de pensar e filosofar e a valorização do humanismo foram, em certa medida, a fonte de toda a cultura ocidental. O período mais brilhante da civilização helênica corresponde ao século V a.C., em Atenas, o chamado “Século de Péricles”, o período clássico da cultura grega.

□ A arquitetura grega

Dos edifícios da arquitetura grega, os templos foram os mais importantes. Apesar de toda a sua excelência artística, é uma das formas estruturais mais simples. Essas construções não eram concebidas para receber multidões; o acesso era reservado exclusivamente aos sacerdotes e à estátua do deus protetor. Os cultos eram realizados na parte externa do templo.

O ápice da arquitetura deu-se após as Guerras Médicas, quando Péricles convocou o escultor Fídias para a reconstrução de Atenas, que fora destruída pelos persas. Um dos mais belos monumentos construídos foi a Acrópole, destacando-se: o Parthenon e o Erechtheion (dedicado a Erecteus, rei mítico de Atenas), que possuía o pórtico das Cariátides, com o teto sustentado por seis estátuas de jovens, em vez de colunas; o Templo de Atena Niké, deusa alada

da vitória, que representa a guerra dos gregos contra os persas.

□ A escultura grega

No final do século VII a.C., apesar da influência das civilizações orientais, a escultura grega passou a manifestar suas próprias características, utilizando-se dos depósitos locais de pedra e mármore. O ápice da escultura foi alcançado durante o século de Péricles. O grande nome da época é Fídias, amigo de Péricles e diretor de todos os seus projetos de construção, criador das imagens de Zeus, em Olímpia, e Atena, no Parthenon de Atenas.



Praxíteles foi um dos maiores escultores do Período Clássico. Afrodite de Cnidos.

□ Pintura e cerâmica

A pintura era muito utilizada em cerâmica, com uma forte decoração linear ou de figuras geométrizadas, notando-se a ausência de paisagens. Seus temas eram os feitos dos deuses e semideuses e amores olímpicos. Encontram-se também cenas de jogos atléticos, de funerais e de carros de corrida, destacando-se, pela liberdade de inspiração, observações anatômicas, combinando de uma forma engenhosa as quatro cores clássicas: preto, amarelo, branco e vermelho.

Entre os maiores representantes da pintura grega, destacam-se Zêuxis e Apeles.

A indústria de cerâmica, que teve seus principais centros em Atenas e Corinto, funcionou sob a pressão das exigências dos mercados internos e externos, comportando uma grande variedade de objetos, utilizados como recipientes de vinho, azeite, mel e perfumes. As proporções dos vasos eram calculadas com o mesmo requinte que as do Parthenon, não estando sua qualidade artística na sua técnica, mas sim na sua forma, o perfil puro e elegante dado a um material maleável.



Cerâmica – Dionísio trazendo a uva para a Grécia.

❑ O teatro grego

O teatro, criação dos gregos, era ao ar livre. Os atores usavam máscaras e os papéis femininos eram interpretados por homens. Em Atenas, onde havia concursos de tragédia no teatro de Dionísio, surgiram grandes poetas trágicos. Ésquilo exaltou a glória de Atenas e o poder dos deuses justicheiros em *Os Persas*, *Os Sete contra Tebas* e *Orestíada*; Sófocles mostrou os heróis às voltas com o destino em *Antígona* e *Édipo Rei*; Eurípedes, espírito crítico, menos religioso que os anteriores, interessou-se mais pelos homens, suas paixões, grandezas e misérias em *Alceste* e *Medeia*. Os autores cômicos foram bem recebidos em Atenas, entre os quais o favorito no século V a.C. era Aristófanes. Amigo da vida tradicional, atacava com vigor os partidários da guerra em *A Paz*, os excessos dos juízes populares em *As Vespas* e os inovadores excessivos em *Os Novos*.

❑ Outros gêneros

A poesia teve em Píndaro seu grande representante, celebrador dos vencedores dos jogos gregos. Heródoto de Halicarnasso foi prosa-

dor das Guerras Médicas, fazendo uma análise equilibrada e buscando as causas da guerra e seus fins. O ateniense Tucídides contou a Guerra do Peloponeso com objetividade, apesar de seu amor por Atenas.

A filosofia grega começou na Ásia (Jônia), com Tales de Mileto, e, no sul da Itália, com Pitágoras. No séc. V a.C., a ascensão do homem médio nas cidades gregas trouxe uma nova preocupação: solucionar os problemas práticos mais intimamente ligados ao próprio homem. Esta nova corrente deu origem aos sofistas, que procuravam dar ênfase aos argumentos, mesmo que seus resultados fossem falsos. Sócrates, considerado um dos maiores filósofos gregos, continuou fiel aos antigos métodos filosóficos, buscando sobretudo um método de reflexão. Criticou duramente os sofistas, sendo condenado à morte, acusado de corromper a juventude e de introduzir novos deuses. Seu maior discípulo foi Platão, que deixou muitos escritos, destacando-se suas obras políticas, como a *República*, na qual considera essenciais a sabedoria, a bravura e a justiça.

Aristóteles, com base nas ideias de Sócrates e Platão, sistematizou os princípios da Lógica.

❑ Cultura helenística

Com as conquistas de Alexandre Magno, houve grandes transformações no Mundo Grego. As influências não ocorreram apenas de Ocidente para Oriente, mas também de Leste para Oeste. A arquitetura, pintura e escultura gregas nada ganharam, uma vez que os artistas helenísticos desprezaram a noção de equilíbrio e harmonia, traços mercantes da arte helênica, preocupando-se em dominar um realismo exagerado e sensacionalista. Na arquitetura, a suavidade dos templos gregos cedeu lugar às construções de suntuosos palácios e casas espaçosas e confortáveis, bem como edifícios burocráticos que simbolizavam a riqueza e o poder, refletindo o sentimento individualista do período. Um exemplo deste exagero é o Farol de Alexandria, com 120 metros de altura, tendo no topo oito colunas para sustentar a luz.

8. CRONOLOGIA

- 1150 a.C.** – Destruição de Troia.
- Século VIII a.C.** – Governo monárquico em Atenas.
- Século VII a.C.** – Governo oligárquico em Atenas.
- 776 a.C.** – Início dos Jogos Olímpicos.
- Séc. V a.C.** – Apogeu da cultura grega.
- 621 a.C.** – Legislação de Drácon.
- 594 a.C.** – Legislação de Sólon.
- 582-497 a.C.** – Pitágoras, filósofo e matemático.
- 560-527 a.C.** – Tirania de Pisístrato.
- 527-514 a.C.** – Tirania de Hípias e Hiparco.
- 525-456 a.C.** – Ésquilo, teatrólogo.
- 518-448 a.C.** – Píndaro, poeta.
- 508 a.C.** – Governo aristocrático de Iságoras, apoiado pela aristocracia espartana.
- 507 a.C.** – Reforma democrática de Clístenes.
- 496-405 a.C.** – Sófocles, teatrólogo.
- 492 a.C.** – O rei persa Dario I exige a submissão dos gregos.
- 490 a.C.** – Batalha de Maratona (Primeira Guerra Médica).
- 485-406 a.C.** – Eurípedes, teatrólogo.
- 484-425 a.C.** – Heródoto, historiador.
- 480 a.C.** – Batalha de Salamina (Segunda Guerra Médica).
- 476 a.C.** – Confederação de Delos e início da Terceira Guerra Médica.
- 470-399 a.C.** – Sócrates, filósofo.
- 460-396 a.C.** – Tucídides, historiador.
- 448 a.C.** – Tratado de Susa, pondo fim às Guerras Médicas.
- 431 a.C.** – Início da Guerra do Peloponeso.
- 427-347 a.C.** – Platão, filósofo.
- 404 a.C.** – Vitória de Esparta na Guerra do Peloponeso.
- 384-322 a.C.** – Aristóteles, filósofo.
- 371 a.C.** – Vitória de Tebas na Batalha de Leuctras.
- 362 a.C.** – Derrota tebana na Batalha de Mantinea.

1. JUSTINIANO E O IMPÉRIO BIZANTINO

Introdução

Quando o Imperador Constantino escolheu Bizâncio para se tornar a sede da Nova Roma, a antiga colônia grega tinha o aspecto de um simples povoado. Localizada num promontório da Trácia, entre a Europa e a Ásia, próximo ao Mar Negro e ao Mediterrâneo oriental, a cidade possuía excelente posição estratégica, transformando-se, ao mesmo tempo, em potência marítima e comercial.

Constantino trouxe arquitetos, artesãos e valiosas obras de arte das mais diversas regiões do Império Romano, construindo a cidade num ritmo frenético e dando-lhe o esplendor de uma grande capital: a cidade de Constantino – Constantinopla.

Inaugurada em 11 de maio de 330, Constantinopla foi produto da fusão de elementos latinos, gregos, orientais e cristãos, apresentando uma população bastante heterogênea, composta de maioria grega ou de habitantes helenizados e de um grande número de imigrantes estrangeiros. A língua grega e a religião cristã constituíam a união dessa cidade cosmopolita.

Justiniano e o apogeu do Império

Petrus Sabatus era filho de camponeses e sobrinho do imperador Justino I. Em 502, foi trazido para a corte, tendo sido preparado para dar sequência à Dinastia Justiniana, uma vez que o imperador não tinha filhos. Teve uma educação esmerada e aristocrática e recebeu o nome de Flavius Justinianus, assumindo o trono em 527.

Em seu governo, assumiu o papel de um verdadeiro imperador romano, bem como de um monarca oriental. Controlava a diplomacia, as finanças, as leis e os negócios militares, cercado-se de uma autoridade absoluta e dando ao seu poder caráter quase sagrado.

Os conflitos religiosos

As preocupações religiosas atingiram proporções exageradas em Constantinopla. O povo discutia religião com ardor, muitas vezes questionando os dogmas básicos do cristianismo e dissimulando fortes competições políticas. O imperador Justiniano, consciente dessas dissensões, procurou unificar a religião ortodoxa grega, submetendo a Igreja à sua autoridade e perpetuando o cesaropapismo, largamente utilizado pelos seus sucessores.

A construção da Igreja de Santa Sofia pretendia demonstrar a preocupação do imperador em tutelar a Igreja ao poder do Estado. Procurando evitar que o divisionismo religioso afetasse a unidade do Império, combateu fortemente as heresias, como o arianismo, o nestorianismo e o monofisismo. Graças, porém, à forte influência da imperatriz Teodora, adepta do monofisismo, tentou conciliar os interesses dessa heresia com a ortodoxia defendida pela Igreja, evitando dessa forma um choque direto com a Igreja de Roma.

A reconquista do Ocidente

A política externa de Justiniano consistia em restaurar as antigas fronteiras do Império Romano por meio de guerras ofensivas. Visando a isso, estabeleceu uma “paz perpétua” com os persas, seus antigos inimigos do lado oriental.

O expansionismo teve início com a reconquista da África, sob domínio dos vândalos. Seu êxito foi possível em razão não apenas da eficiência militar do general Belisário, com um exército de 15 mil soldados, como também da crise política em que se encontrava o reino bárbaro, dividido em duas facções religiosas: o arianismo e o cristianismo.

A relativa facilidade da conquista africana estimulou Justiniano a investir contra os ostrogodos na Itália. As divisões políticas existentes no Reino Ostrogótico facilitaram a vitória dos exércitos bizantinos, comandados pelos generais Belisário e Narses.

Fundou-se na Itália o Exarcado de Ravena, centro das decisões bizantinas na Península Itálica.

Em consequência do rompimento da “paz perpétua”, Justiniano voltou a concentrar seus esforços no Oriente, suspendendo temporariamente o expansionismo ocidental. Após o retorno da paz com os persas, os exércitos bizantinos conquistaram a Espanha meridional aos visigodos.

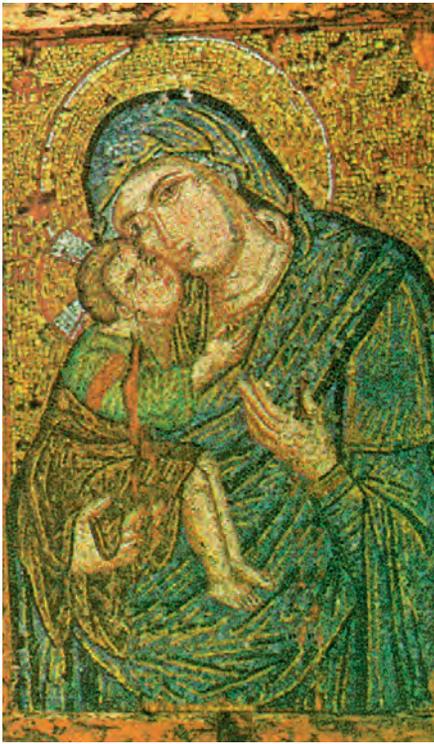
O Império Bizantino chegava, dessa forma, ao limite máximo de sua expansão geográfica e militar. Após a morte de Justiniano, as regiões conquistadas na Espanha e na África caíram sob o domínio dos árabes, que também conquistaram o Egito, a Síria, a Palestina e a Mesopotâmia. Era o fim do sonho de reconstrução do Império Romano.

Declínio do Império Bizantino

A morte de Justiniano foi festejada pela população de Constantinopla, que esperava, a partir daí, um período de paz e diminuição da excessiva carga tributária. Seus sucessores enfrentaram profundas dificuldades na condução da administração, entrando o Império Bizantino em um lento processo de decadência.

A Dinastia dos Heráclidas (610 a 717), que sucedeu a Justiniano, enfrentou o expansionismo do Islão, perdendo vários de seus territórios. As constantes invasões e insurreições ocorridas no vasto império necessitavam de um poderoso exército, comprometendo as frágeis finanças do reino.

Após um século de crise, a Dinastia Isáurica (717 a 802), fundada pelo imperador Leão III, deu início a uma fase de reorganização do Império, que se distanciou definitivamente das estruturas ocidentais, tornando-se cada vez mais um Estado grego-asiático. É nesse sentido que surgiu o movimento **iconoclasta**, provocando forte reação da população e do papado romano, uma vez que o imperador proibiu a representação e o culto às imagens sagradas, ordenando sua destruição.



Os bizantinos acreditavam em um poder milagroso dos ícones.

Além das crises de ordem interna, o Império continuava a sofrer ameaças em suas fronteiras. A crise econômica agravou-se com o desenvolvimento das repúblicas mercantis italianas, que disputavam com Constantinopla o monopólio do comércio mediterrâneo. A fragilidade política permitiu uma quase completa autonomia das grandes propriedades, fragmentando cada vez mais o poder central, até a invasão de Constantinopla pelos turcos otomanos, em 1453, pondo fim ao Império Romano do Oriente.

2. OS REINOS BÁRBAROS

Graças em grande parte à sua grandeza territorial, o Império Romano abriu caminho para as invasões dos povos germânicos. A decadência moral, associada à desorganização política, econômica e social, culminou com a falência do Estado.

A cidade de Roma, sede das decisões políticas do mundo antigo, perdeu seu brilho e esplendor, tornando-se a capital das hordas invasoras: *hunos, vândalos, visigodos,*

ostrogodos, burgúndios etc. A urbe cairia diante dos “atrasados” povos bárbaros.

❑ A origem e a vida dos germânicos

As origens dos povos germânicos apresentam diferentes versões por parte dos estudiosos. Uma corrente alemã diz que faziam parte de uma grande família indo-europeia, tendo como hábitat a parte oriental da Rússia. Outra corrente afirma que eram originários das regiões **escandinavas** e que sofreram influências de outros povos, acabando por aceitar a língua europeia. Porém, em relação ao seu físico, ambas concordam que apresentavam as seguintes características básicas: estatura elevada, **dolicocefalia** e carência pigmentária.

3. CARLOS MAGNO E O IMPÉRIO CAROLÍNGIO

❑ A Dinastia dos Carolíngios (751-987)

A Dinastia Carolíngia foi iniciada com forte apoio da Igreja. Pepino, o Breve, e seus filhos, Carlomano e Carlos, receberam do papa o título de patrícios dos romanos, sendo defensores da cidade de Roma.

Em 756, Pepino lutou contra os lombardos, tomando-lhes os territórios no centro da Itália, que foram doados à Igreja. Esses territórios aumentaram o poder do papa e ficaram conhecidos como Patrimônio de São Pedro.

Antes de morrer, em setembro de 768, o fundador da Dinastia Carolíngia dividiu seu reino entre seus dois filhos: Carlos e Carlomano. Em 771, porém, com a morte do irmão, Carlos assumiu definitivamente o controle do Império. Após o domínio dos lombardos, que ameaçavam conquistar os territórios da Igreja, Carlos Magno lutou contra os saxões, anexando a Saxônia (parte da Alemanha) e a Baviera. Na primavera de 778, cruzou os Pirineus, tentando invadir a Península Ibérica, mas foi obrigado a recuar.

Quando morreu seu sobrinho Rolando, o episódio transformou-se em tradição lendária, com a *Canção de Rolando*. Os conflitos entre os muçulmanos permitiram que Carlos Magno retomasse a conquista, ocupando Barcelona, Pamplona e Navarra e criando as marcas da Espanha.

Durante os 46 anos de governo, Carlos Magno procurou aprimorar a administração, centralizando seu poder e introduzindo ordem e disciplina nos negócios do Estado. O Império foi dividido em condados ou circunscrições territoriais, cuja autoridade era exercida por um bispo e um conde, cabendo ao primeiro os assuntos pertinentes aos costumes e à religião e ao segundo, os assuntos militares e financeiros.

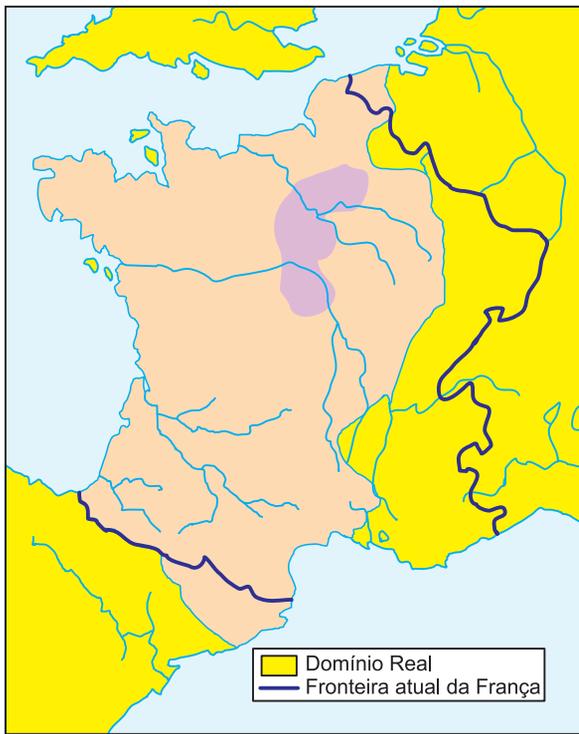
Como os litígios entre o poder espiritual e o temporal eram constantes, foi criado o cargo de *missi dominici* (enviados do soberano), que anualmente visitavam uma determinada região do Império para a verdadeira consolidação da justiça real.

As leis do Império Carolíngio seguiam as *capitulares* — ordens obrigatórias para todo o Império —, que abrangiam os mais diversos assuntos, tais como: instrução aos funcionários reais, regulamentação da economia doméstica, regras para exploração do domínio real etc.

No Natal de 800, logo após o apoio dado ao papa Leão III contra os partidários de uma família inimiga, Carlos Magno foi coroado imperador romano do Ocidente, cargo desocupado desde 476.

Em 814, com a morte de Carlos Magno, assumiu a chefia do reino franco Luís, o Piedoso, nome dado pela sua dedicação e submissão à Igreja Católica. O novo monarca era dotado de predicados morais, porém, no plano político, era um perfeito incompetente. Não conseguindo conciliar a fé com a razão administrativa, resolveu dividir o reino entre seus filhos: Carlos, Luís e Lotário.

Após longo tempo de luta entre os herdeiros, foi decidido, pelo Tratado de Verdun, em 840, que Lotário ficaria com a Itália e parte da antiga



Os mapas assinalam a evolução da monarquia francesa após a fragmentação do Império Carolíngio.

Austrásia, que então passou a chamar-se Lotaríngia; Luís herdou a Alemanha; Carlos recebeu a França. Essa divisão foi fundamental para a estruturação do feudalismo, uma vez que criou a “nacionalização”, ao mesmo tempo que descentralizou o poder real, dando assim absoluta autoridade para os nobres dirigentes das províncias.

A Lotaríngia, região que coube a Lotário, após a morte deste, fragmentou-se, tendo sido em grande parte incorporada à Germânia. O resto do Império foi dividido entre Luís (mais tarde, Germânico) e Carlos (depois conhecido como “O Calvo”). Isso enfraqueceu o Império Carolíngio e propiciou as invasões

dos normandos, que devastaram a região. O enfraquecimento do poder central, bem como o hábito de doar terras em troca de fidelidade, acabou por fortalecer a nobreza guerreira. Em 987, Hugo Capeto, conde de Paris, pôs fim à Dinastia Carolíngia, substituída pela nova dinastia que se formava: a Capetíngia.

4. CRONOLOGIA

- 330** - Fundação de Constantinopla pelo imperador Constantino.
- 395** - Divisão do Império Romano por Teodósio.
- 406** - Os povos germânicos cruzam a fronteira do Reno.
- 409** - Invasão da Espanha pelos vândalos.
- 481-511** - Reinado de Clóvis, iniciando a Dinastia Merovíngia entre os francos.
- 496** - Vitória dos francos sobre os alamanos em Tolbiac.
- 507** - Os visigodos fixam-se na Espanha.

- 511** - Morte de Clóvis e divisão do Reino Franco entre seus herdeiros.
- 527-565** - Reinado de Justiniano.
- 532** - Revolta Nika.
- 533-534** - Conquista do Reino Vândalo, na África, por Belisário.
- 535-554** - Conquista do Reino Ostrogótico na Itália.
- 550-554** - Conquista da Espanha Meridional pelos bizantinos.
- 711** - Conquista, pelos muçulmanos, do Reino Visigótico da Espanha.
- 732** - Carlos Martel vence os muçulmanos em Poitiers.
- 751** - Pepino, o Breve, é coroado rei dos francos.

- 756** - Doação, por Pepino, o Breve, dos territórios lombardos à Igreja Católica, criando o Patrimônio de São Pedro.
- 768** - Morte de Pepino, o Breve.
- 771** - Carlos Magno assume o controle do Reino Franco.
- 814** - Morte de Carlos Magno e ascensão de Luís, o Piedoso.
- 840** - Morte de Luís, o Piedoso.
- 843** - Tratado de Verdun.
- 962** - Fundação do Sacro Império Romano-Germânico.
- 987** - Início da Dinastia dos Capetíngios, na França.



1. INTRODUÇÃO

O sistema feudal corresponde ao modo de organização da vida durante a Idade Média. Suas origens remontam à crise do Império Romano a partir do século III.

Costuma-se dividir o período em duas fases: Alta Idade Média e Baixa Idade Média. A Alta Idade Média, século V ao XI, corresponde à formação e consolidação do sistema feudal; a Baixa Idade Média, século XI ao XV, caracteriza-se pela crise do feudalismo e início da formação do sistema capitalista.

2. A FORMAÇÃO DO FEUDALISMO

O processo de formação histórica do sistema feudal tem seu ponto de partida na crise do século III do Império Romano e acentua-se no século V, com as invasões bárbaras. A retração do escravismo, a formação do colonato e a posterior implantação de um regime servil constituem o passo decisivo para a formação do sistema. Por outro lado, os germanos que invadiram o Império Romano levaram consigo relações sociais comunitárias, de exploração coletiva das terras e subordinação aos grandes chefes militares (*comitatus*). As invasões bárbaras, além de despojar as cidades, aumentando a população rural, dificultaram as comunicações e provocaram o isolamento das localidades, forçando-as a adotar uma economia de subsistência autossuficiente.

3. RELAÇÕES SOCIAIS

O feudalismo pode ser definido de vários modos. A melhor maneira, porém, é defini-lo conforme suas relações sociais básicas: relações vassálicas (entre os senhores ou nobreza), relações comunitárias (entre os servos) e relações servis (que ligavam o mundo dos senhores ao mundo dos servos).

Esta última ligação se processava por meio das obrigações, que resultavam das imposições feitas pelo senhor aos servos, de realizar paga-

mentos em produtos ou serviços, e que constituem a própria essência do feudalismo. Tais obrigações eram costumeiras e não contratuais, como ocorre no sistema capitalista. Note-se que o servo era vinculado ao feudo, dele não podendo sair.

4. A ORGANIZAÇÃO DO FEUDO

O regime de propriedade variava conforme as circunstâncias: propriedade privada, no manso senhorial (terra do senhor); propriedade coletiva, nos pastos e bosques (de uso comum para senhores e servos); propriedade dupla, isto é, copropriedade, no manso servil. (O senhor detinha a posse legal e o servo, a posse útil da terra.)

O regime de trabalho era servil, na medida em que os produtores diretos eram os servos, os quais transferiam para o senhor feudal a maior parte da produção, por meio de obrigações impostas pelos costumes: corveia, trabalho do servo na reserva senhorial; talha, entrega de metade da produção do manso servil; banalidades, taxas pela utilização de certas instalações do feudo; vintém, imposto devido à Igreja; mão-morta, taxa pela transmissão de herança.

Levando-se em consideração que a maior parte da produção obtida pelo servo não se conservava em suas mãos, pois passava para o senhor feudal, seu interesse era mínimo. Associando-se a este fato o de que os trabalhos agrícolas eram realizados coletivamente, tolhendo a iniciativa individual, eles resultavam em baixo nível da técnica e pequena produtividade: para cada grão semeado, colhiam-se dois. Daí o regime de divisão das terras cultiváveis em três campos, destinados alternadamente para o plantio de cereais e de forragem, reservando-se o terceiro para o descanso (*pousio*). Realizava-se a rotação trienal dos campos, com vistas a impedir o esgotamento do solo.

5. A SOCIEDADE FEUDAL

De acordo com as bases materiais descritas, não havia possibilida-

de de mobilidade social nos feudos: a sociedade era, portanto, estamental. O princípio de estratificação era o nascimento, surgindo então duas camadas básicas: senhores e servos. Existiam também categorias intermediárias, tais como os vilões (camponeses livres) e os ministeriais (corpo de funcionários livres do senhor).

O número de escravos reduziu-se cada vez mais, pois não havia guerras de expansão para apresá-los; além disso, a Igreja condenava a escravidão de cristãos. Por outro lado, os vilões tendiam a se tornar servos, pois de nada lhes adiantava a liberdade dentro da insegurança reinante: o fundamental era a obtenção de proteção.

6. RELAÇÕES VASSÁLICAS

O poder político no sistema feudal era exercido pelos senhores feudais, daí seu caráter localista. Não tendo autoridade efetiva, os reis apenas aparentavam poder, pois na prática existia uma descentralização político-administrativa.

Impossibilitados de defender o reino, os soberanos delegaram essa tarefa aos senhores feudais. Por isso, e com vistas a se protegerem, os senhores procuravam relacionar-se diretamente por um compromisso: o juramento de fidelidade. O senhor feudal que o prestasse tornar-se-ia vassalo e aquele que o recebesse seria seu suserano. Na hierarquia feudal, suseranos e vassallos tinham obrigações recíprocas, pois à homenagem prestada pelo vassalo correspondia o benefício concedido pelo suserano. Essa relação definia-se em um rito denominado "cerimônia de investidura" ou "cerimônia de adubamento".

7. A IGREJA MEDIEVAL

Com o fim do Império Romano do Ocidente, a Igreja, como única instituição remanescente, adquiriu uma importância fundamental, graças ao monopólio cultural que exercia na sociedade feudal. Além de fornecer os funcionários preferidos ao Estado, o clero encarregou-se de fazer a análise das relações sociais do feudalismo.

Insistia que a sociedade tinha um caráter estático por determinação divina, cabendo a cada um viver dentro da posição que lhe fora designada por Deus. Essa visão enquadrava-se perfeitamente nos interesses dominantes do mundo feudal.

Durante a Idade Média, o clero regular (monges) adquiriu considerável preponderância em relação ao clero secular (padres). Mesmo assim, não conseguiu evitar que se formasse uma camada privilegiada, abades e bispos, que constituíam o alto clero.

De qualquer modo, a força espiritual da Igreja era incontestável e dominava a mentalidade do homem medieval, para quem a vida na Terra era uma preparação para a vida pós-morte. Contrapunham-se, assim, dois elementos importantes: de um lado, a força espiritual da Igreja; de outro, a fraqueza do Estado. Dessa contradição, resultou a supremacia política do bispo de Roma (papa), que passou a ditar normas para reis e imperadores. A hegemonia da Igreja levou-a a um choque inevitável com o poder leigo (temporal) dos imperadores alemães, na famosa Querela das Investiduras.

❑ A Querela das Investiduras

Com a divisão do Império Carolíngio, pelo Tratado de Verdun, a tendência foi o enfraquecimento da Dinastia Carolíngia, que se extinguiu em 911, na França Oriental, enquanto na França Ocidental, em 987, Hugo Capeto dava início à Dinastia dos Capetíngios.

Na França Oriental, fundou-se o Reino Germânico, com a união dos duques da Francônia, Saxônia, Suábia e Baviera. Nessa monarquia, o rei seria um dos duques, eleito pelos outros três.

A dependência política e militar que a Igreja tinha em relação aos Carolíngios foi, ao final do primeiro milênio, transferida para os reis germânicos, que davam proteção a Roma.

Em 962, após derrotar os húngaros, Oton I foi sagrado imperador pelo papa João XII, fato que marca o nascimento do Sacro Império Romano-Germânico, que duraria até 1806. Oton I iniciou um processo de intervenção na Igreja, ampliando seus domínios territoriais na Alemanha, com a finalidade de controlar o

poder dos duques. Numerosos bispados e abadias foram fundados e o imperador entregava aos titulares desses territórios tanto o poder religioso (simbolizado pelo anel e pela cruz e concedido em função da investidura espiritual) quanto o poder político (representado pelo báculo e concedido em função da investidura leiga), além do fato de que o imperador possuía o direito de escolher o bispo de Roma (cesaropapismo).

A intervenção do poder político na Igreja levou a uma série de consequências negativas para esta, como o nicolaísmo (desregramento do clero) e a simonia (comércio de bens da Igreja).

No século XI, do Mosteiro de Cluny, um movimento propôs uma série de reformas internas na Igreja. O clero regular foi reformado e o movimento começou a atuar com o clero secular, combatendo principalmente a simonia e o nicolaísmo; nesse último caso, o movimento defrontou-se com o poder político, pois era impossível acabar com o nicolaísmo sem atacar a investidura leiga e o cesaropapismo.

A força do movimento de Cluny levou à criação do Colégio de Cardeais, em 1059, com a finalidade de eleger o papa, limitando o cesaropapismo. Em 1073, o líder do movimento, Hildebrando, era eleito papa, assumindo o nome de Gregório VII, que colocou uma série de medidas reformistas em prática, como a instituição do celibato clerical e o fim da investidura leiga.

Nesse momento, o imperador alemão, Henrique IV, reagiu energicamente, considerando o papa deposto. Gregório VII, por sua vez, excomulgou o imperador e proibiu os vassalos de lhe prestarem serviços. Em 1077, Henrique IV fez a peregrinação ao Castelo de Canossa e pediu perdão ao papa, ao mesmo tempo em que seus inimigos, na Alemanha, elegiam um novo imperador.

Perdoado, Henrique IV voltou e combateu seus adversários, retomando o poder e, logo em seguida, invadiu Roma, obrigando o papa a se refugiar em Salerno, onde morreu.

A Igreja passava a ter dois papas: Clemente III, escolhido por Henrique IV, em Roma; Urbano II, escolhido no exílio pelo Colégio de

Cardeais. Essa situação somente terminou em 1122, com a assinatura da Concordata de Worms, que colocaria fim à Querela das Investiduras ao definir que cabia ao papa a entrega da investidura espiritual e ao imperador a entrega da investidura temporal ou leiga.

Chegava ao fim a preponderância política dos imperadores sobre o clero, e a Igreja iniciava sua supremacia dentro do Mundo Medieval.

8. A VIDA CULTURAL

Quando se compara a produção cultural da Idade Média com a Antiguidade ou a Modernidade, ela é considerada tradicionalmente um período de trevas. Tal conceito, porém, tem sofrido algumas revisões, graças à reabilitação da Idade Média por certos autores que nela encontram as raízes culturais do Mundo Moderno e – num sentido mais imediato – do Renascimento. Além do mais, não podemos ajuizar sobre o valor de uma cultura, pois os valores são relativos, e, quando afirmamos que a Idade Média é um “período de trevas”, nós o fazemos tendo por base os valores da sociedade atual, que também não são definitivos.

Não podemos esquecer o fato de que a Igreja foi a grande mantenedora da cultura durante o Período Feudal, apesar de o fazer de forma que justificasse suas ideias e dogmas.

De qualquer modo, saber ler e escrever era privilégio da Igreja na Alta Idade Média. De nada adiantaram os esforços de Carlos Magno para proporcionar aos nobres franceses rudimentos de ensino. As invasões bárbaras haviam destruído a maioria das obras representativas da cultura antiga, restando uns poucos exemplares nos mosteiros. A grande exceção no plano cultural, na Idade Média, foram os árabes, que conseguiram um notável progresso na Espanha.

Já na crise do feudalismo, com a expansão comercial e a criação das universidades, o pensamento filosófico desenvolveu-se, surgindo, então, a escolástica (“filosofia da escola”), produzida por São Tomás de Aquino, autor da *Suma Teológica*. O ideal tomista era conciliar o racionalismo aristotélico com o espiritualismo cristão, harmonizando fé e razão.

9. CRONOLOGIA

Século IV – Prenúncios socioeconômicos da formação do sistema feudal.

325 – Concílio de Niceia.

Século V – Invasões germânicas e fim do Império Romano do Ocidente.

529 – Fundação do Mosteiro do Monte Cassino por São Bento de Núrsia.

534 – Elaboração da regra beneditina.

590 – Início do pontificado de São Gregório Magno.

596 – Fundação do Bispado de Canterbury.

Século VIII – Invasão muçulmana na Europa.

756 – Doação do Patrimônio de São Pedro por Pepino, o Breve.

768-814 – Reinado de Carlos Magno.

790-840 – Ataques viquingues à Inglaterra.

843 – Divisão do Império Carolíngio pelo Tratado de Verdun.

874 – Viquingues noruegueses atingem a Islândia.

899-955 – Incursões dos magiares (húngaros) no Ocidente.

910 – Fundação do Mosteiro de Cluny.

962 – Fundação do Santo Império Romano-Germânico.

982 – Descoberta da Groenlândia pelos viquingues.

1059 – Criação do Colégio de Cardeais e instituição do celibato clerical.

1073 – Gregório VII é eleito papa.

1076 – Início da Querela das Investiduras.

1077 – Peregrinação de Henrique IV a Canossa.

1122 – Concordata de Worms.

MÓDULO 5

As Cruzadas e o Renascimento Comercial e Urbano

1. INTRODUÇÃO

No final da Idade Média (Baixa Idade Média), tem início a transição para o sistema capitalista. Ao mesmo tempo, surgem novas classes sociais, principalmente a burguesia, que auxilia a realeza no processo de centralização política.

2. O FEUDALISMO EM CRISE

É com base no próprio sistema feudal, compreendido como um modo de produção, que devemos entender a sua desintegração. Essa crise tem, portanto, uma origem interna, agravada por fatores externos.

O problema fundamental é que a produção feudal, baseada no trabalho servil, é limitada e estática, o que, por sua vez, é resultado do baixo nível de técnica do sistema feudal. Por

outro lado, no século XI, cessaram as ondas invasoras, o que criou uma relativa estabilidade na Europa e condições de segurança para que aumentasse a circulação de mercadorias. Houve uma maior redistribuição da produção, gerando um crescimento demográfico que não foi acompanhado pelo aumento da oferta de empregos e alimentos.

Ao mesmo tempo, os senhores feudais passaram a ter necessidade de aumentar as suas rendas, pois o desenvolvimento do comércio e a oferta de novos produtos de luxo e especiarias impunham gastos e um padrão de vida mais elevado. Porém, para elevar suas rendas, eles eram obrigados a aumentar as obrigações dos servos; e a esta pressão correspondia a fuga de servos dos campos, em busca das cidades e de novas oportunidades de vida.

A solução para a crise seria a substituição do regime de trabalho servil pelo trabalho assalariado, porém essa mudança incentivou a evolução do modo de produção feudal para o capitalista, o que não seria viável num curto período.

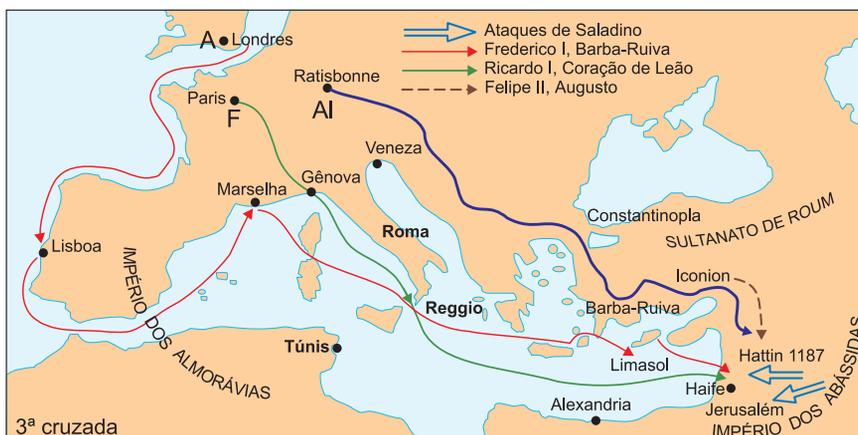
A crise do sistema feudal foi o resultado da inadequação das velhas estruturas socioeconômicas às mudanças ocorridas na Europa, que impuseram um novo tipo de organização do modo de vida.

3. A BUSCA DE SOLUÇÃO

A crise do sistema feudal deu origem a um processo de marginalização social, quer pela fuga dos servos, quer pelos deserdamentos ocorridos na camada senhorial. Essa marginalização trouxe como consequência o aumento da belicosidade, marcada por assaltos e sequestros a ricos cavaleiros.

A Igreja Católica, para tentar conter a crise, propôs a “Paz de Deus” (proteção aos cultivadores, viajantes e mulheres) e a “Trégua de Deus” (na qual os dias para realizar guerras ficavam limitados a 90 por ano). Porém, essa intervenção da Igreja não foi suficiente para conter a crise e a violência feudais.

A Cruzada dos Reis em direção à Terra Santa, da qual participaram: Ricardo Coração de Leão, da Inglaterra; Filipe Augusto, da França; Frederico Barba-Ruiva, do Sacro Império.



A saída proposta, então, pela Igreja foram as Cruzadas, uma contraofensiva da cristandade diante do avanço do Islã. A Europa, que, entre os séculos VIII e XI, não teve condições de reagir contra os árabes, passava a reunir nesse momento as condições necessárias: a mão-de-obra militar estava marginalizada e ociosa; o controle espiritual e religioso que a Igreja exercia sobre o homem medieval levou-o a crer na necessidade de resgatar o Santo Sepulcro e combater o infiel muçulmano; o poder papal se fortalecera quando Gregório VII impôs sua autoridade a Henrique IV, na Querela das Investiduras; a Igreja do Ocidente pretendia a reunificação da cristandade, quebrada pelo Cisma de 1054; o imperador de Constantinopla desejava afastar o perigo que os muçulmanos representavam; finalmente, para Urbano II, o papa do exílio imposto pela Querela das Investiduras, convocar as Cruzadas demonstrava prestígio e autoridade perante toda a Igreja.

Em 1095, no Concílio de Clermont, Urbano II convoca a cristandade para uma guerra santa contra o Islã. Ao todo, realizaram-se oito Cruzadas entre 1095 e 1270.

Apesar da mobilização realizada pelas Cruzadas, estas são consideradas um insucesso, que se deve em primeiro lugar ao caráter superficial da ocupação. A presença cristã no Oriente Médio não criou raízes entre as populações locais. Outra razão foi a anarquia feudal, que enfraquecia

as colônias militares estabelecidas em território inimigo. A luta fratricida foi uma constante entre as ordens religiosas e os cruzados latinos. Em resumo, as Cruzadas fracassaram em razão das rivalidades nacionais entre as potências ocidentais e da falta de capacidade da Igreja em organizar uma força que soubesse superar essas dissensões.

4. CONSEQUÊNCIAS DAS CRUZADAS

As Cruzadas não se limitaram às expedições ao Oriente. Ao mesmo tempo, os reinos ibéricos de Leão, Castela, Navarra e Aragão começaram a Reconquista da Península Ibérica contra os muçulmanos. A ofensiva teve início com a tomada da cidade de Toledo, em 1086, e concluiu-se, em 1492, com a tomada de Granada.

A vitória dos italianos sobre os muçulmanos no Mar Tirreno e norte da África fez com que as cidades italianas iniciassem o seu domínio sobre o Mediterrâneo, lançando as sementes do comércio e do capitalismo. As relações entre Ocidente e Oriente foram redinamizadas depois de séculos de bloqueio, e as mercadorias orientais se espalhavam pela Europa.

O contato com o Oriente trouxe o conhecimento de novas técnicas de produção, fabricação de tecidos e metalurgia.

O renascimento das atividades comerciais levou ao crescimento das cidades, a uma economia baseada na moeda, à expansão do mercado, ao surgimento de uma camada de comerciantes (burguesia) e à difusão do espírito de lucro. O pré-capitalismo fazia sua aparição no Mundo Medieval e, ao mesmo tempo, o condenava à desintegração.

5. OUTRO ENFOQUE

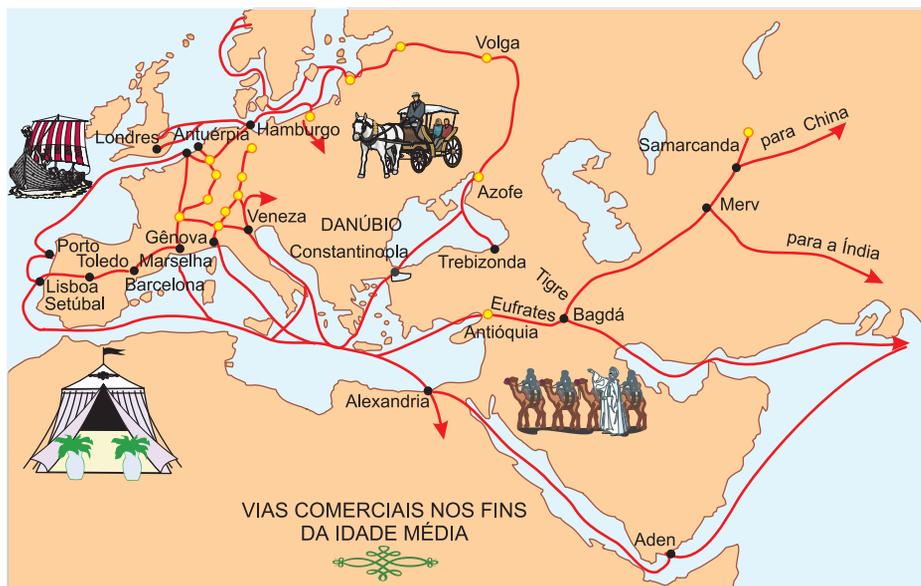
Há controvérsias sobre a explicação e a própria periodização da crise feudal. Para alguns historiadores, o feudalismo no Ocidente passou por um período de incubação entre os séculos IV e VIII, atingiu sua plenitude nos séculos IX e XIII e decaiu entre os séculos XIV e XVI. Isso equivale a dizer que o movimento das Cruzadas, o renascimento comercial e urbano, o aparecimento da burguesia, enfim todas as transformações socioeconômicas, políticas e até religiosas do início da Baixa Idade Média não seriam apenas manifestações do desenvolvimento e apogeu do feudalismo europeu.

6. A REABERTURA DO MAR MEDITERRÂNEO

Os cristãos retomaram o controle do Mar Mediterrâneo por meio das Cruzadas. A abertura do Mediterrâneo à navegação cristã fez renascer o comércio entre Ocidente e Oriente, dinamizando as relações comerciais há muito tempo amortecidas. Novos produtos entram em circulação, as moedas voltam a ser usadas no intercâmbio comercial: uma nova vida econômica começava a surgir na orla do Mediterrâneo.

7. O RENASCIMENTO COMERCIAL

No início da retomada das atividades comerciais terrestres, as dificuldades foram muitas: desde a cobrança de pedágios até as péssimas condições das estradas. Também foi difícil para o comércio marítimo, que carecia de instrumentos de navegação e de bons navios.



As rotas comerciais incrementaram o comércio na Baixa Idade Média.

No século XI, termina o domínio árabe sobre o Mediterrâneo, que passa a ser controlado pelos comerciantes italianos. Os comerciantes, antigos marginais, dirigiam-se das cidades italianas de Gênova e Veneza para os entrepostos comerciais do Mediterrâneo Oriental: Constantinopla, Alexandria, Cairo e Antioquia, que formavam a rota do Mediterrâneo.

De Flandres, seguindo o roteiro dos antigos vikings através da Rússia, os comerciantes chegavam a Constantinopla pela Rota do Mar do Norte. O comércio no norte da Europa era controlado pelos mercadores da Grande Hansa Germânica, criada em 1358, visando a proteger o comércio contra os piratas e impor sua vontade ao rei da Dinamarca, que cobrava altos pedágios sobre os mercadores.

Veneza e Gênova, através da França, atingiam Flandres, centro manufatureiro de lã, promovendo o desenvolvimento das atividades comerciais nas feiras de Champagne. Essa rota terrestre era denominada Rota de Champagne, que ligava os três centros dinâmicos do comércio: Constantinopla, cidades italianas e Flandres.

As atividades comerciais intensificaram-se mais ainda com o surgimento das feiras, que eram vinculadas ao capitalismo nascente e que tinham um caráter internacional. Os locais onde elas se formavam eram pontos estratégicos das correntes comerciais. Os comerciantes priorizavam suas realizações nos chamados “nós de trânsito” (cruzamentos de rotas). Dentro das feiras, desenvolveram-se técnicas de comércio exterior, como a troca de moedas e as letras de câmbio.

8. O RENASCIMENTO URBANO

No século XI, a crise feudal cedia espaço a um novo tipo de organização da vida. Nesse tempo, a população europeia crescia e as cidades passaram a servir de polos receptores a servos e vilões que foram expulsos das propriedades senhoriais – pela escassez de terras – ou que, em tempos de fome, partiam em busca de novas atividades, além de serem as cidades, por excelência, o local de desenvolvimento das atividades mercantis.

Com a dinamização da vida mercantil, esses centros foram se transformando e adquirindo importância cada vez maior. Se o crescimento do comércio levou à formação de novas cidades, estas, por sua vez, provocaram a intensificação do comércio. Uma coisa influenciava a outra.

Os comerciantes procuravam locais estratégicos para se estabelecer: burgos (castelos fortificados), sedes de bispados, centros administrativos etc.

Entretanto, o crescimento natural e a falta de planejamento das cidades acarretaram-lhes péssimas condições sanitárias, o que facilitava as epidemias e fazia crescer a mortalidade e o fanatismo.

Nas cidades, uma nova camada social exercia o poder: a burguesia, de origem humilde, que começava a rivalizar com a nobreza, disputando-lhe o poder político. Os reis protegiam os comerciantes, dando-lhes autonomia nas cidades, com a concessão das Cartas de Comuna.

A produção artesanal dentro das cidades foi organizada em torno das corporações de ofício, que regulamentavam a produção das comunas, fixando quantidade, qualidade, preços e salários. Mestres, oficiais e aprendizes compunham a hierarquia das oficinas medievais.

Dentro das cidades, formaram-se também as guildas, associações de comerciantes.

O poder era exercido por uma Assembleia local, composta de membros das associações de comerciantes.

9. OS PRIMÓRDIOS DO CAPITALISMO EUROPEU: O PRÉ-CAPITALISMO

Esta nova realidade econômica era muito diferente do feudalismo: a produção se destinava ao mercado, as trocas eram monetárias; começavam a surgir o espírito de empresa e o racionalismo. Para que o capitalismo se implantasse definitivamente, faltava apenas o desenvolvimento das relações assalariadas de produção, relações essas que somente se consolidariam na Europa por volta do século XVIII, à época da Revolução Industrial.

Essa fase de transição não é ainda capitalista, mas também já não é mais feudal; por isso, vamos denominá-la pré-capitalismo, que corresponde ao período entre os séculos XII e XVI.

As sociedades agrárias tendem a ser imóveis, estamentais. Com o desenvolvimento da riqueza mobiliária, do dinheiro, surge a mobilidade social, a possibilidade de ascensão na escala social. A tradição deixa de ser o único elemento de hierarquização na vida social, pois o econômico começa a adquirir importância.

Esta sociedade ainda é de transição, feudal, portanto uma sociedade estamental, representada pela nobreza e pelos servos. Porém, a posição é definida com base no econômico; a sociedade começa a tornar-se burguesa.

10. CRONOLOGIA

Século XI – Início da crise feudal.

1054 – Cisma do Oriente.

1086 – Tomada de Toledo, dentro da Guerra de Reconquista na Península Ibérica.

1096-1099 – Primeira Cruzada.

1099 – Tomada de Jerusalém.

1147-1149 – Segunda Cruzada.

1189-1192 – Terceira Cruzada.

1160 – Surgimento da companhia dos mercadores da Ilha de Visby, no Mar Báltico.

1202-1204 – Quarta Cruzada.

1204 – Pilhagem de Constantinopla pelos cruzados.

1212 – Cruzada das Crianças.

1217-1221 – Quinta Cruzada.

1228-1229 – Sexta Cruzada.

1248-1250 – Sétima Cruzada.

1270 – Oitava Cruzada.

Século XIII – Aquisição, por parte de certas cidades, do direito de cunhar moeda.

1358 – Formação da Grande Hansa Teutônica (ou Liga Hanseática).

Fim do século XIV – Início da decadência das feiras medievais, sobretudo na região de Champagne.

1407 – Fundação do primeiro banco público da Europa, em Gênova.

1. TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO PARA O CAPITALISMO

A expansão marítimo-comercial europeia, ocorrida nos séculos XV e XVI, constitui um dos principais capítulos da transição da Idade Média para a Idade Moderna. Assim, para compreendê-la, é necessário inseri-la no quadro das transformações por que passou a Europa entre os séculos XII e XV (Baixa Idade Média), fase marcada pela crise do feudalismo e pela formação do capitalismo, conhecida como pré-capitalismo.

❑ O pré-capitalismo

“Vários foram os fatores que contribuíram para o surgimento do capitalismo. As Cruzadas propiciaram o renascimento do comércio na Europa, que deu trabalho a numerosos desempregados. Produtos orientais — especiarias, principalmente — começaram a ser importados e distribuídos a partir dos portos da Itália. Os saques efetuados nas cidades muçulmanas colocaram numerosas moedas em circulação. Para explorar esse comércio, foram organizadas grandes companhias que possuíam diversos donos (‘acionistas’) e barcos. Várias rotas comerciais foram desenvolvidas: a do Mediterrâneo ligava as cidades italianas a Constantinopla e a outros portos do litoral oriental desse mar; a da Champagne ligava Itália a Flandres, de onde partia a rota do Mar do Norte, rumo a Constantinopla. Formou-se, assim,

um anel de comércio que se desenvolveu rapidamente. Rotas secundárias ligavam-se às principais, formando verdadeiros nós de trânsito onde paravam os comerciantes para trocar e vender seus produtos. Assim, surgiram as feiras medievais, que eram de caráter temporário; pouco a pouco, elas foram prolongando-se e estabilizando-se, acabando por se tornar centros permanentes de trocas, cidades.

Nessas cidades, chamadas burgos, habitavam os comerciantes que, por isso, foram chamados burgueses. Os burgueses entravam em acordo com o senhor feudal a quem pertenciam as terras da cidade, pagando-lhe anualmente uma soma em dinheiro; para defender seus interesses contra comerciantes estrangeiros, organizavam-se em associações. Muitos artesãos estabeleceram-se nos centros urbanos e organizaram-se, por sua vez, em corporações de acordo com a profissão. As corporações evitavam a concorrência externa e a rivalidade entre os artesãos de uma mesma cidade, regulando a quantidade, qualidade e preço da produção de cada um; adequando a produção ao consumo (dos habitantes do burgo e da zona rural próxima a ele), não havia risco de superprodução.”

(Jobson de Arruda)

A rigor, os empreendimentos marítimo-comerciais eliminaram os obstáculos que se opunham à economia de mercado europeia, ao mesmo

tempo em que contribuíam para a desintegração do sistema feudal. Naquela época, o Velho Mundo assistia à ascensão da burguesia mercantil, ao advento das monarquias nacionais (poder centralizado nas mãos dos reis), à afirmação da cultura renascentista e à ruptura da unidade cristã da Europa Ocidental, em decorrência da Reforma.

2. FATORES DA EXPANSÃO ULTRAMARINA EUROPEIA

No plano econômico, há que se considerar as crises dos séculos XIV (retração do comércio) e XV (necessidade de expandir o comércio), que levaram à procura de novos mercados, tanto para consumir os excedentes europeus de manufaturados como para fornecer metais preciosos e artigos orientais, através de uma nova rota. No plano sociopolítico, havia o interesse da burguesia mercantil em ampliar a circulação comercial, a qual foi também impulsionada pelo fortalecimento do poder do Estado Nacional. No plano cultural, cabe citar a divulgação de novas ideias, uma maior curiosidade intelectual por parte dos europeus e, sobretudo, a contribuição das grandes invenções (pólvora, bússola, papel e imprensa). Finalmente, no plano religioso, deve-se levar em conta o “ideal cruzadista”, isto é, o empenho em expandir a fé cristã por meio da conversão dos gentios (pagãos).

3. CRONOLOGIA

1095 – Convocação da 1.^a Cruzada pelo papa Urbano II.

1202 – Início da 4.^a Cruzada, que saqueou Constantinopla.

1215 – Imposição da Carta Magna pelos barões ingleses ao rei João Sem-Terra.

1258 – Formação da Liga Hanseática.

1309 – Início do Cativoiro de Avignon.

1337 – Início da Guerra dos Cem Anos.

1348 – Peste Negra.

1415 – Início da Expansão Marítima Portuguesa, com a conquista de

Ceuta.

1420 – Criação da perspectiva exata ou matemática pelo arquiteto florentino Filippo Brunelleschi.

1453 – Queda de Constantinopla.

1516 – Publicação de *O Príncipe*, de Maquiavel.

1517 – Publicação das *95 Teses*, de Martinho Lutero.

1. ORIGEM DE PORTUGAL

A formação do Reino de Portugal está associada à longa Guerra da Reconquista entre cristãos e muçulmanos na Península Ibérica. Muitos nobres marginalizados pelas transformações do feudalismo participaram das lutas contra os mouros em troca de benefícios (feudos). Henrique de Borgonha recebeu do Rei de Leão e Castela, Afonso VI, terras situadas entre os Rios Douro e Minho (Condado Portucalense). Em 1139, Afonso Henriques, filho de Henrique de Borgonha, rompeu as relações de suserania e vassalagem com os castelhanos e intitulou-se rei de Portugal, fundando a Dinastia de Borgonha (1139-1383).

2. PIONEIRISMO LUSO NAS GRANDES NAVEGAÇÕES

Portugal foi o país pioneiro na expansão marítima em virtude de uma série de fatores: desenvolvimento comercial, que proporcionou o surgimento de uma burguesia dinâmica e economicamente forte; interesse do grupo mercantil em expandir suas transações comerciais; consolidação do poder real por meio da Revolução de Avis (1383-85), promovida pela burguesia; aperfeiçoamentos náuticos pela invenção da caravela, utilização da vela triangular ou "latina" e, possivelmente, a existência de um centro de estudos náuticos em Sagres; posição geográfica favorável em direção à costa africana e até mesmo o espírito cruzadista presente na expansão lusa.

3. VIAGENS PORTUGUESAS

Os empreendimentos marítimos portugueses devem ser divididos em duas etapas distintas: devassamento do litoral da África e procura de um novo caminho marítimo para o Oriente (Índias). A primeira foi iniciada pela tomada de Ceuta em 1415, entreposto mercantil norte-africano até então controlado pelos mouros. Nessa fase, durante a qual foram fundadas várias feitorias na costa africana para traficar escravos e produtos locais (ouro, marfim, pimenta-vermelha), descobriram-se as ilhas atlânticas da Madeira, dos Açores e de Cabo Verde; as Canárias foram descobertas anteriormente.

Com a conquista de Constantinopla pelos turcos (1453), os preços das especiarias orientais elevaram-se repentinamente, o que incentivou a busca de uma rota para as Índias. Assim, com a morte do Infante D. Henrique (1460), que até então dirigira a expansão marítima portuguesa, o Estado luso empenhou-se em completar o "périplo africano". Nessa nova etapa, destacaram-se as viagens de Bartolomeu Dias (Cabo das Tormentas ou Boa Esperança, em 1488) e de Vasco da Gama (chegada a Calicute, na Índia, em 1498). Pouco depois, com o envio da esquadra de Pedro Álvares Cabral, que descobriu o Brasil, em 1500, iniciou-se a construção do Império Colonial Português no Oriente.

Já no século XVI, sob o comando do almirante Francisco de Almeida, novas tentativas são desenvolvidas,

mas somente por volta de 1509 os portugueses vêm a conhecer suas vitórias mais significativas. Entre esse ano e aproximadamente 1515, o **comandante alm. D. Afonso de Albuquerque — considerado o formador do Império português nas Índias** — passou a ter sucessivas vitórias no Oriente, conquistas que atingiram desde a **região do Golfo Pérsico** (Áden), adentraram a Índia (Calicute, Goa, Diu, Damão), a ilha do Ceilão e chegaram até à região da **Indochina**, onde foi conquistada a importante Ilha de Java.

4. CRONOLOGIA

1085 – Tomada de Toledo e início da Reconquista da Península Ibérica.

1095 – Convocação da Primeira Cruzada pelo papa Urbano II.

1139 – Fundação do Reino de Portugal por D. Afonso Henriques.

1249 – Conquista do Algarve (extremo sul de Portugal) por D. Afonso III.

1383-85 – Revolução de Avis: D. João I é aclamado rei de Portugal.

1415 – Conquista de Ceuta: início da expansão marítima portuguesa.

1419 – Descobrimto do Arquipélago da Madeira.

1434 – Gil Eanes dobra o Cabo Bojador.

1444 – Descobrimto do Arquipélago de Cabo Verde.

1448 – Construção da feitoria de Arguim, destinada a concentrar o tráfico negreiro.

1456 – Chegada dos portugueses ao Golfo da Guiné.

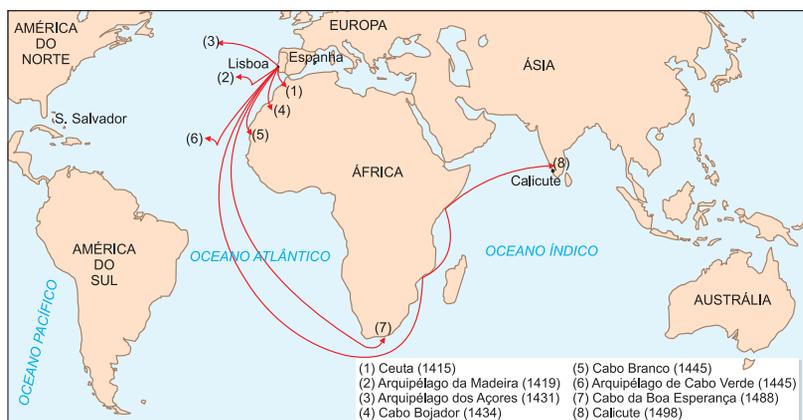
1460 – Morte do infante D. Henrique, o Navegador.

1488 – Bartolomeu Dias dobra o Cabo das Tormentas (ou Boa Esperança).

1492 – Descobrimto da América por Colombo.

1498 – Chegada de Vasco da Gama a Calicute, na Índia.

1500 – Descobrimto do Brasil por Cabral.



Para realizar o Ciclo Oriental de Navegações, os portugueses organizaram sucessivas expedições que devassaram o litoral atlântico africano. Depois, penetrando o Oceano Índico, navegaram até Calicute, na Índia.



1. INTRODUÇÃO

Um conjunto de fatores econômicos, sociais, políticos, culturais e até mesmo geográficos tornou possível a Portugal ser o pioneiro da Expansão Marítimo-Comercial dos Tempos Modernos. Os demais países europeus, na mesma época em que os portugueses se lançaram no movimento de expansão oceânica, particularmente Inglaterra, França, Países Baixos e Espanha, estavam envolvidos em uma gama de problemas que os retardaram na procura de um novo caminho para o Oriente.

2. EMPREENDIMENTOS ESPANHÓIS

No caso da Espanha, o principal obstáculo foi de ordem político-militar. A Guerra de Reconquista contra os mouros ocupou os espanhóis durante muitos séculos, pois somente em 1492, após a Batalha de Granada, é que os Reis Católicos expulsaram os muçulmanos de seu território. Não é mera coincidência o fato de a viagem de Cristóvão Colombo ser dessa época. Colombo, de origem controversa (genovês ou catalão), completou sua formação de marinheiro a serviço do rei português. Acreditava que era possível atingir “el levante por el poniente” dando a volta ao mundo, viajando de Ocidente para Oriente. Não conseguindo apoio financeiro de Portugal, Colombo associou-se aos irmãos Pinzon e recebeu uma pequena ajuda dos Reis Católicos, Fernando de Aragão e Isabel de Castela. Com uma nau (*Santa Maria*) e duas caravelas (*Pinta* e *Niña*), partiu do Porto de Palos em 3 de agosto de 1492, fazendo escala nas Ilhas Canárias para reparo numa das embarcações. Em 12 de outubro do mesmo ano, avistou a Ilha de Guanahani (atual São Salvador), a sudeste da Flórida. Colombo não duvidou em nenhum momento que tivesse descoberto novas terras, por isso chamou de “índios” os habitantes das ilhas centro-

americanas. Como vice-rei, realizou ainda quatro viagens, procurando encontrar os mercados indianos. Descobriu as Pequenas Antilhas, Porto Rico, Jamaica, Trinidad, o Continente Sul-Americano na foz do Rio Orenoco e atingiu, finalmente, as costas da América Central (atual Panamá).

Américo Vespúcio, comerciante e piloto florentino a serviço de Portugal e Espanha, realizou quatro viagens à América, corrigindo o erro de Colombo. Essas investigações de Vespúcio foram confirmadas em 1513, quando Núñez Balboa descobriu o “Mar do Sul” (Oceano Pacífico). A confirmação da hipótese da esfericidade da Terra deve-se ao português Fernão de Magalhães, que, a serviço da Espanha, realizou o primeiro périplo mundial, entre 1519 e 1522. Morto nas Filipinas pelos nativos, a primeira viagem de circunavegação somente foi completada pelo espanhol Sebastián de Elcano. Como descobridores do Novo Mundo, os espanhóis procuraram dominar rapidamente os impérios indígenas existentes no México (astecas) e no Peru (incas), a fim de se apossar do ouro e da prata americanos.

3. FRANÇA, INGLATERRA E HOLANDA

França e Inglaterra participaram tardiamente da expansão marítima, em razão de, sobretudo, fatores internos, tais como o processo de centralização monárquica (retardado pela resistência da nobreza), a existência de uma burguesia nacional ainda pouco interessada nos mercados extraeuropeus e a devastação provocada pela Guerra dos Cem Anos (1337-1453), na França, e pela Guerra das Duas Rosas (1435-55), na Inglaterra. Quanto aos holandeses, a principal razão de seu atraso em participar das Grandes Navegações foi de ordem política, pois a Holanda somente se declarou independente da Espanha em 1581.

4. CONSEQUÊNCIAS DA EXPANSÃO ULTRAMARINA EUROPEIA

- Deslocamento do eixo econômico europeu do Mediterrâneo para o Atlântico, acarretando a decadência das cidades italianas.
- Colonização da América, com utilização do trabalho compulsório indígena e africano.
- Expansão do comércio europeu (Revolução Comercial) e Revolução dos Preços, provocada pelo grande afluxo de metais preciosos provenientes da América.
- Adoção da política econômica mercantilista, fundamentada no regime de monopólio.
- Acumulação primitiva de capitais, realizada pela circulação de mercadorias (capitalismo comercial).
- Fortalecimento da burguesia mercantil nos países atlânticos e consolidação do Estado Moderno (absolutista).
- Europeização do mundo e expansão do catolicismo.

5. A RIVALIDADE LUSO-ESPANHOLA

O papel da Santa Sé, como autoridade supranacional, sempre foi acatado pelos monarcas europeus. Estes admitiam que somente ao papa competia distribuir “a missão cristianizadora a ser desenvolvida em terras de infiéis”. Isso acarretava o reconhecimento da respectiva soberania sobre as zonas conquistadas. Os portugueses sempre foram beneficiados com as intervenções pontifícias durante a exploração do litoral africano na primeira metade do século XV; por exemplo: a bula de 1442 concedia soberania a D. Henrique pela missão expansionista portuguesa. Entretanto, na segunda metade do século XV, a assinatura dos tratados de Alcáovas (1479) e de Toledo (1480), entre os Reis Católicos da Espanha e Afonso V de Portugal, já demonstra

uma certa rivalidade entre os países ibéricos. Após a viagem de Cristóvão Colombo e a consequente descoberta de novas terras além-mar, o papa Alexandre VI (cardeal aragonês), em 1493, pela *Bula Inter Coetera*, outorgou todos os privilégios anteriormente concedidos aos reis de Portugal, garantindo aos Reis Católicos a posse das terras que ficassem além de um meridiano imaginário, traçado de polo a polo e passando a cem léguas a oeste de qualquer das Ilhas de Cabo Verde, contanto que não tivessem sido possuídas por algum príncipe cristão antes de 1492. D. João II, “o príncipe perfeito”, rei de Portugal, protestou, junto à Espanha, contra a notória parcialidade do papa e propôs uma nova linha divisória. Sugeriu que fosse adotado um paralelo que, a partir das Ilhas Canárias, assegurasse o norte para a Espanha e o sul para Portugal, seguindo a orientação dos tratados anteriores. A negativa dos Reis Católicos fez D. João chegar às vias de fato: mandou a preparar uma armada destinada a ocupar as terras descobertas por Colombo. Temendo a represália de Portugal, a Espanha sugeriu uma conciliação, que resultou na assinatura do Tratado de Tordesilhas, em junho de 1494, originariamente conhecido como “Capitulação da Partição do Mar Oceano”. Previa-se no tratado um meridiano a ser traçado de polo a polo a partir das Ilhas de Cabo Verde, estendendo-se 370 léguas a oeste deste arquipélago, ficando as terras situadas a leste para Portugal e a oeste para a Espanha. O Tratado foi ratificado pelo papa Júlio II, em 1506, por solicitação de D. Manuel I. A sua demarcação nunca chegou a ser feita, por conveniência das duas coroas. Acredita-se, entretanto, que a linha de Tordesilhas deveria passar sobre Belém, no Pará, e Laguna, em Santa Catarina. Apesar da assinatura do Tratado de Tordesilhas, continuaram as disputas luso-espanholas, agora quanto à questão das Molucas. As negociações entre as monarquias ibéricas sobre o problema chegaram ao final com a assinatura da Capitulação de Saragoça, em 1529, pela qual a Espanha cedeu seus eventuais direitos sobre as Molucas em troca de 350 mil ducados de ouro.



Apesar da resistência da França, Holanda e Inglaterra, o Novo Mundo foi dividido entre Portugal e Espanha pelo Tratado de Tordesilhas.

6. VISÃO EUROCÊNTRICA DA HISTÓRIA DO BRASIL

Quando tratamos da História do Brasil, é comum utilizarmos a expressão “Descobrimiento do Brasil” para designar o momento em que os portugueses iniciaram seu processo de dominação sobre este território.

Na maioria das vezes, esquecemo-nos de que, quando os portugueses aqui chegaram, a terra já se encontrava habitada pelos nativos, que produziam sua subsistência e possuíam sua própria cultura.

Como a função básica da História é desfazer mitos, trocando a “versão ideal” dos fatos por uma “versão real”, torna-se necessário refletirmos sobre os diferentes pontos de vista relacionados à História do Brasil.

Não podemos esquecer-nos de que a História do Brasil legada a nós foi escrita sob a óptica de quem ocupou as terras e, pela força das armas, venceu os nativos, ou seja, ela é contada, principalmente no que

se refere ao período colonial, sob os olhos europeus. E, nesse sentido, predomina a visão eurocêntrica dos fatos que compuseram nossa História.

A própria expressão “Descobrimiento do Brasil” revela que os portugueses desconsideravam a existência dos indígenas e, para eles, o Brasil somente passou a existir a partir da tomada de posse das terras pela Coroa portuguesa. Se aceitarmos essa visão, a História do Brasil não passará de um capítulo da História de Portugal.

7. CRONOLOGIA

1469 – Casamento dos futuros Reis Católicos: Fernando de Aragão e Isabel de Castela.

1492 – Fim da Guerra de Reconquista e Descobrimiento da América.

1493 – *Bula Inter Coetera* do papa Alexandre VI.

1494 – Tratado de Tordesilhas.

1513 – Descobrimiento do “Mar do Sul” (Oceano Pacífico) por Vasco de Balboa.

1516 – Feitoria portuguesa em Cantão, na China.

1519 – Início da primeira viagem de circunavegação, comandada por Fernão de Magalhães.

1521 – Conquista do Império Asteca por Cortés.

1522 – Sebastião de Elcano completa a primeira viagem de circunavegação.

1524 – Exploração do litoral da América do Norte por Verrazano (a serviço da Inglaterra).

1524 – Capitulação de Saragoça.

1529 – Capitulação de Saragoça, delimitando os domínios ibéricos no Oriente.

1531 – Pizarro inicia a conquista do Império Inca.

1534 – Exploração do Canadá por Jacques Cartier.

1555 – Fundação da França Antártica (RJ).

1562 – Tentativa francesa de colonizar a Flórida.

1. A ORIGEM DO AMERÍNDIO

Introdução

A América é um continente com uma área aproximada de 42.083.606 km², ou seja, possui 28,2% das terras emersas do globo terrestre. Localiza-se no hemisfério ocidental, dividindo-se, no sentido norte-sul, em América do Norte e América do Sul, ligadas entre si por um verdadeiro istmo associado a um conjunto de ilhas, que constituem a América Central. Do lado leste, existe o Oceano Atlântico e, a oeste, o Oceano Pacífico. Liga-se ao continente asiático através do pequeno Estreito de Behring, situado no extremo noroeste do continente.

O processo migratório desencadeado pela colonização prolonga-se até a atualidade. Esse processo contribuiu para a formação das sociedades nacionais, distribuindo-se desigualmente pelo continente, a ponto de se poder falar em uma **América branca** (Anglo-Saxônica e países do Prata), uma **América índia** (países andinos), uma **América hispano-índia** (regiões centro-americanas e Paraguai) e **países de mestiçagem multirracial**, como o Brasil.

Convém lembrarmos que esse imenso continente teve um processo heterogêneo de conquista e dominação pelos colonizadores europeus e, portanto, não é possível tratar a História da América de forma homogê-

nea na atualidade, desconsiderando as especificidades do processo colonizador.

Assim, nos dias de hoje, vemos com nitidez que, sob os aspectos econômico, social, político e cultural, a América também é dividida de forma desigual. No Norte, temos uma América industrial e imperialista, enquanto, no Sul, a chamada América Latina permanece presa a estruturas arcaicas e, com os países da África e da Ásia, compõe o Terceiro Mundo.

A origem do homem na América pré-colombiana

O primeiro ponto que se deve saber ao iniciar-se no estudo da História da América é ter consciência de que esta não é uma tarefa fácil, principalmente no que diz respeito aos chamados povos pré-colombianos.

As dificuldades devem-se, principalmente, ao fato de os “conquistadores”, ao chegarem ao continente, terem destruído grande parte dos monumentos, obras de arte e os chamados “códices” (manuscritos), os principais materiais de trabalho dos historiadores. Além disso, mas em menor proporção, antes da chegada dos espanhóis, alguns povos americanos, como os astecas, por exemplo, também tinham o hábito de destruir os vestígios dos povos por eles dominados. Grande parte das informações que possuímos desse período foi dada pela visão dos europeus, a versão dos “vencedores”.

Mas quem eram os povos americanos? Como chegaram ao continente? Esta é uma questão importante, já que a tese do autoctonismo foi posta por terra.

Atualmente, trabalhamos basicamente com duas hipóteses para explicar o povoamento do continente antes da chegada dos europeus. Uma delas é a hipótese asiática, defendida pelo dinamarquês Ales Hrdlicka, que considera os ameríndios

descendentes de populações da Ásia Oriental, que atravessaram o Estreito de Behring na última glaciação (cerca de 40 mil anos), quando uma violenta mudança climática no planeta o transformou numa “ponte de gelo”, facilitando a locomoção entre os dois continentes. No entanto, essa explicação não é suficiente para justificar a **heterogeneidade** dos diversos povos pré-colombianos.

A hipótese polinésia, defendida por Paul Rivet, sustenta, baseada nas semelhanças etnográficas, linguísticas e biológicas, ter existido também um povoamento da América realizado por povos vindos da Polinésia.

Segundo essas **hipóteses**, os primeiros habitantes da América, quando aqui chegaram, ainda não conheciam as técnicas da agricultura, vivendo basicamente da coleta, caça e pesca. Como não possuíam a noção de Estado (que só aparece nas sociedades mais complexas), viviam em pequenas comunidades caracterizadas pela propriedade coletiva dos meios de produção e distribuição das atividades, conforme os critérios de sexo e idade. Os laços de parentesco nessas sociedades eram o seu elo de ligação, reforçados pela crença em antepassados míticos comuns, nos quais fundamentavam as suas crenças.

O panorama encontrado pelos primeiros habitantes da América iria modificar-se quando uma nova transformação climática e ecológica ocorreu por volta de 7 mil a.C. A temperatura da Terra tornou a subir, numerosas espécies de animais que esses povos caçavam desapareceram, assim como a “ponte de gelo” do Estreito de Behring. Isolados do outro continente e com uma nova realidade, muitos povos começaram a buscar a sua sobrevivência em outras atividades, destacando-se entre elas a agricultura, que implicaria a sedentarização e, conseqüentemente, o primeiro passo para a urbanização das grandes civilizações, como as dos maias, astecas e incas. Estima-se que, quando da chegada do colo-

MIGRAÇÕES PRÉ-COLOMBIANAS PELO ESTREITO DE BEHRING



nizador europeu, a América possuía entre 25 e 40 milhões de habitantes.

Distribuindo-se pelo continente, esses povos tiveram processos diferenciados de estruturação de suas sociedades – fato esse perceptível visto que, no momento de chegada dos colonizadores, os grupos apresentavam variados graus de desenvolvimento cultural e material.

Podemos, entretanto, encaixá-los em três grandes grupos, que representam três estágios de desenvolvimento, segundo a classificação do antropólogo norte-americano Morgan:

- **Paleolítico** (selvageria): grupos cuja subsistência dependia da caça, pesca, coleta vegetal e agricultura rudimentar, localizados principalmente no Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina.

- **Neolítico** (barbárie): grupos já sedentarizados, com prática da agricultura e uma relativa organização social, política e econômica, localizados no norte da América do Sul, América Central e, praticamente, em toda a América do Norte.

- **Civilização**: sociedades complexas em alguns aspectos, como o seu modo de produção, localizadas no México, Guatemala, Nicarágua, Peru, Bolívia e Equador.

A Antropologia contemporânea considera o esquema evolutivo de Morgan extremamente rígido e até certo ponto preconceituoso e defende que, na realidade, existem diversidades étnicas e não grupos humanos “superiores” ou “inferiores”, como insinua a teoria de Morgan. Entretanto, esse esquema evolutivo será utilizado ao longo do texto.

2. A CULTURA OLMECA E TEOTIHUACANA

A sedentarização do homem e a prática da agricultura, na região do México e América Central – conhecida como Mesoamérica –, ocorreram entre 5.000 e 4.000 anos antes de Cristo.

Por volta de 2.000 a.C., surgiram os primeiros aglomerados humanos, as aldeias transformaram-se em centros cerimoniais e surgiu a classe sacerdotal, responsável pelos cultos, principalmente os vinculados à fertilidade.

Os sacerdotes, detentores do saber, passaram a controlar também o excedente agrícola, tornando-se uma classe mais poderosa ainda. Organizava-se um Estado Teocrático dentro dessas sociedades.

Entre 1.500 e 500 a.C., floresceu a **cultura olmeca** na costa sul do Golfo do México. Essa civilização agrícola, que vivia sobretudo da produção de milho, desenvolveu a construção de reservatórios de pedra para o armazenamento de água.

Os olmecas tinham como dirigente, em suas comunidades, a classe sacerdotal, a quem pagavam impostos sobre a produção agrícola ou a artesanal.

Os principais centros dessa cultura foram La Venta, San Lorenzo e Três Zapotes. Por volta do século I a.C., chegava ao fim a cultura olmeca, que legou às posteriores uma avançada técnica agrícola, o artesanato têxtil e de barro, um sistema de escrita e numeração, um calendário – o religioso com 260 dias e o civil com 365 dias –, além de uma religião extremamente organizada.

O poder político era exercido pelos sacerdotes de origem olmeca e a sociedade já se organizava de forma mais complexa.

A religião era extremamente importante, a ponto de a principal manifestação artística desse povo, a arquitetura, voltar-se para a religiosidade. Foi durante seu apogeu que essa civilização construiu a Cidade dos Deuses – *Teotihuacán* –, totalmente planejada, e também pirâmides dedicadas ao Sol e à Lua, ricamente decoradas com esculturas e afrescos.

A cidade de Teotihuacán, localizada no nordeste do Vale do México, estendeu seus domínios por todo o México Central entre 300 e 600 d.C. A população de Teotihuacán, sucessora dos olmecas, aperfeiçoou as técnicas de cultivo, desenvolveu o sistema de irrigação e as *chinampas* (técnica de plantio feita sobre esteiras de varas flutuantes que eram colocadas no Lago Texcoco).

A cultura teotihuacana desapareceu durante o século VI, sendo difícil precisar quais fatores foram responsáveis por tal fato. Porém, presume-se que doenças, rebeliões ou invasões expliquem a destruição da Cidade dos Deuses e sua civilização.

3. OS MAIAS

Introdução

No momento em que Teotihuacán entrou em decadência, o sul da Mesoamérica conheceu o esplendor da civilização **maia**.

Durante o apogeu de sua civilização, os maias dominaram a Península de Iucatã no sul do México, quase toda a Guatemala, parte de Honduras e El Salvador e Belize, ocupando o território da antiga cultura olmeca.

A denominação maia é utilizada em razão da semelhança linguística entre os povos da região. Originários das regiões setentrionais, atual Estados Unidos, estabeleceram-se inicialmente ao norte da Guatemala e Honduras, constituindo a mais antiga das civilizações pré-colombianas.

Características gerais

Os maias não chegaram a constituir um Império. Ao contrário do que se pensava, as cidades maias estiveram constantemente em conflito, sendo sua organização caracterizada pela formação de cidades-Estados.

O poder político era teocrático e hereditário. Cada cidade-Estado possuía um governante local que devia obediência ao poder central.

A sociedade era rigidamente dividida e a posição social era dada pelo nascimento. No topo da pirâmide social, estava a família governante, altos funcionários do Estado (sacerdotes e militares) e comerciantes; abaixo destes, vinham os cobradores de impostos, militares e responsáveis pelas cerimônias; na base da pirâmide, encontravam-se os trabalhadores braçais.

Na economia, o cultivo da terra era coletivo e as comunidades pagavam um imposto também coletivo, caracterizando-se pelo modo de produção asiático, pois ao Estado cabia a propriedade das terras e à comunidade, a posse útil. O principal produto cultivado era o milho, base da alimentação dos maias.

Além da produção agrícola, os maias davam significativa importância às atividades comerciais. Os mercados eram os responsáveis pela realização de trocas de produtos agrícolas e artesanais.

A religião defendia que o destino dos homens era controlado pelos deuses, aos quais prestavam cultos, realizavam cerimônias e construíam templos em forma de pirâmides com escadarias, utilizando mão de obra camponesa recrutada de forma compulsória. Ainda em função da religião, desenvolveram a escultura em terracota, a pintura e o calendário cíclico, com 52 anos, fundamentando-se em seus avançados estudos de astronomia. Com a intenção de facilitar os cálculos, inventaram o zero. A escrita elaborada é denominada glífica e consiste em um conjunto de caracteres que representam parcialmente um objeto ou algo relacionado a esse objeto.

❑ O Novo Império Maia

Por volta do ano 900, iniciou-se o declínio do Império Maia, que, dois séculos mais tarde, passou a sofrer influência da cultura tolteca.

Os toltecas, originários do grupo linguístico naua, haviam ocupado o Planalto Central Mexicano e transformado Tula em sua capital. Formavam uma sociedade urbanizada e militarista, na qual se destacava a religião, que tinha como deus principal *Quetzalcoatl* (*serpente emplumada*).

Ocorreu, então, a fusão das culturas maia e tolteca, dando início ao chamado Novo Império Maia, que, lentamente, entrou em declínio.

Quando os espanhóis chegaram, os maias já estavam em decadência. Entretanto, deixaram a marca da sua cultura em muitos povos vizinhos, na Mesoamérica. As hipóteses para explicar a sua decadência são muitas. Entre elas, podemos citar o esgotamento do solo, em razão da prática da agricultura de coivara ou queimada, a deficiência alimentar (o consumo de carne e, portanto, de proteína era raríssimo) e ainda os acirrados conflitos internos entre os diversos líderes das cidades-Estados.

No período de 1517 a 1697, os espanhóis conquistaram o Império Maia, o que foi marcado pela violência do branco contra o indígena, pela força das armas em busca do ouro.

Entre as culturas pré-colombianas, somente os maias resistiram à conquista europeia; estes não acreditavam, como os outros povos, que os europeus fossem deuses que chegavam à América.

4. OS ASTECAS

❑ Introdução

A localização geográfica originária dos **astecas** é a região noroeste do México, denominada *Aztlán*, daí se autodenominaram astecas.

Essa região foi ocupada aproximadamente nos séculos I e II a.C., período em que os astecas eram considerados “bárbaros” (*chichimecas* ou ainda *mexicas*), por pertencerem ao grupo linguístico *nahuatl*.

Como todos os grupos, os astecas primitivamente viviam da caça, pesca e coleta vegetal. Possuíam uma sociedade simples, na qual prevalecia a igualdade entre os membros do grupo, que era liderado por um chefe guerreiro. Aliás, a guerra sempre foi um elemento característico dos agrupamentos humanos durante o período do Paleolítico.

Ao se estabelecerem no Vale do México, durante o século XII d.C. – após o saque à cidade de Tula, dos toltecas –, os astecas sedentarizaram-se, passando à fase Neolítica.

Em 1325, fundaram a capital do Império, às margens do Lago Texcoco, que recebeu o nome de *Tenochtitlán* (que significa Rocha de

Cactus e corresponde à atual Cidade do México).

Firmaram aliança com as cidades-Estados de Tlacopan e Texcoco, que juntas submeteram os povos do Vale e deram origem ao Império Asteca.

No início, as três cidades dividiam o poder entre si, mas a supremacia militar de *Tenochtitlán* acabou transferindo o poder para os astecas.

Em 1440, Montezuma I inicia a construção de grandes aquedutos e obras para a irrigação do solo e, principalmente, a organização do Império.

Quando os espanhóis chegaram à região do Império Asteca, em 1521, Montezuma II era reconhecido como o único imperador, e os astecas viviam seu momento de apogeu.

❑ Economia

Na economia, os astecas tinham a agricultura como principal atividade; produziam milho, feijão, cacau e algodão, entre outros produtos. O Estado era o proprietário das terras, e a comunidade detinha a posse útil e pagava impostos sobre a produção. Utilizavam as *chinampas* e aperfeiçoaram o sistema de regadio em suas plantações.

O comércio, apesar de não ser a principal atividade econômica, também se destacava na sociedade. Realizavam-se trocas, dentro das cidades – como, por exemplo, no mercado de Tlatelolco –, de legumes, frutas, plumas, joias e escravos, além de produtos importados, como tabaco, peles e cristal. Esse comércio levou ao aprimoramento do sistema de troca, que transformou a semente de cacau em “moeda corrente”.

❑ Organização social

Primitivamente, os astecas organizavam-se em clãs, denominados *calpulli*, que tinham por base os laços de parentesco. Nesse período, a posse da terra era coletiva, inexistindo a noção de propriedade privada.

O imperador e sua família ocupavam o topo da pirâmide social.

A expansão sobre o Vale do México e a conquista de terras – realizada por meio da guerra – conferiram aos militares um grande poder no



Prováveis centros de origem dos principais animais domesticados.

Império. Os sacerdotes e os militares constituíam a nobreza, compondo a classe dominante. Esta recebia como privilégios a isenção de impostos e o domínio sobre extensões de terras, das quais não era proprietária particular, pois essas eram coletivas.

Os comerciantes (denominados *pochtecas*) e os artesãos compunham a camada social intermediária. Os comerciantes organizavam-se em corporações e detinham o monopólio sobre a atividade mercantil, que era transmitida de pai para filho. Os artesãos trabalhavam com a ourivesaria e a confecção de peças em plumas; também se organizavam em corporações e pagavam impostos ao Estado. A profissão era hereditária dentro das famílias.

Na base da pirâmide social, estavam os camponeses e os escravos. Os primeiros, de origem asteca, deviam obrigações ao Estado, como trabalhar em obras públicas, na agricultura, pagar impostos e prestar serviço militar. Na época do casamento, recebiam um lote de terra para cultivar e, nos combates militares, havia a possibilidade de ascensão social. Os escravos, adquiridos em guerras como pagamento de dívidas ou condenados por crimes, trabalhavam a terra e podiam ser libertados.

A poligamia era admitida no grupo pelo fato de a população masculina diminuir em períodos de guerra, mas predominava a monogamia.

❑ Política

A sociedade asteca, fortemente embasada no militarismo e influenciada pela religião, fez nascer um poder político militarizado e teocrático.

O imperador, inicialmente, era eleito por uma Assembleia de guerreiros. Em razão das conquistas, essa Assembleia foi perdendo cada vez mais sua importância e acabou sendo substituída por um Conselho que escolhia os imperadores em uma mesma família, o que tornou a sucessão hereditária.

O imperador, comandante supremo do Exército, dividia o poder com a *Mulher-Serpente*, função exercida por um homem, responsável pela chefia de governo.

❑ Religião e cultura

A religião era politeísta. Entre os deuses adorados pelos astecas, estavam o Colibri-Azul ou *Uitzilopochtli* (o deus do Sol do Meio-Dia) e *Tezcatlipoca* (deus protetor dos guerreiros e escravos, simbolizado pela Noite); o contato com outras civilizações os fez adorar deuses como *Quetzalcoatl* (a Serpente de Plumas).

Os astecas acreditavam na ideia de que seriam o povo incumbido de zelar pela manutenção da harmonia no universo, o que só poderia acontecer por meio da alimentação dos deuses; assim, o seu código religioso admitia o sacrifício humano. Os deuses que regiam o universo e asseguravam as boas colheitas e vitórias militares também regiam o destino dos homens.

Em termos culturais, podemos considerar que os astecas promoveram uma fusão de elementos das culturas anteriormente estabelecidas no Vale do México, porém superando-as.

A arquitetura foi extremamente desenvolvida, destacando-se a construção de pirâmides, palácios e sistemas de irrigação, além de aquedutos.

Estudavam astronomia e criaram um calendário dividindo o ano em dez meses (cada mês com vinte dias), mais cinco dias complementares; a cada 52 anos, concluíam-se um ciclo. Utilizando esse conhecimento, previam eclipses lunares e os solstícios.

Possuíam escolas: a *Calmeacac*, voltada para a formação da nobreza sacerdotal, e a *Telpochcalli*, destinada ao ensino comum. A escrita era pictórica e hieroglífica.

5. OS INCAS

❑ Introdução

O território ocupado pelos incas corresponde atualmente ao Peru, Bolívia, Equador, parte do Chile e norte da Argentina, na região do Altiplano Andino.

A ocupação da região pela civilização inca iniciou-se em 1200 e não constituiu o primeiro agrupamento humano dessa região.

Antes dos incas, o Altiplano Andino foi palco de culturas que são denominadas pré-incaicas. Entre essas culturas, encontramos a *Chavin*, séculos IX a II a.C., no norte do Peru.

Com a decadência dessa cultura, o Altiplano Andino assistiu a um longo período em que predominaram grupos fragmentados e, no século VI da Era Cristã, três grandes culturas floresceram nessa região. São elas: **Império Tiahuanaco**, no Altiplano Boliviano, próximo ao Lago Titicaca; a **civilização huari**, bacia do Rio do Aicachucho, estendendo-se da região de Cuzco até a costa norte do Peru; o **Império Chimu**, costa norte do Peru.

Os incas, originariamente, constituíam um povo nômade, parte integrante do grupo *quíchuas*, da região da Amazônia.

Após sucessivas conquistas, os incas estenderam o seu poder sobre uma área de quase 5.200.000 km², com uma população estimada entre 3,5 milhões e 7 milhões de habitantes.

Quando os espanhóis chegaram, em 1532, o Império Inca vivia seu auge, impressionando os espanhóis pela sua organização e suas imponentes obras arquitetônicas.

Apesar da dominação espanhola, a influência dos incas faz-se presente até hoje. No Peru, o *quíchuas*, antiga língua dos incas, é atualmente uma das línguas oficiais do país.

Os incas eram também conhecidos como os “Filhos do Sol” por acreditarem que o Sol (o deus *Inti*) era o ancestral de seus governantes.

❑ Economia

A base da economia inca era a agricultura, na qual a batata e o milho ocupavam lugar de destaque. Para ampliar a área cultivável, faziam terraços nas regiões do Altiplano Andino, o que, além de favorecer a agricultura, evitava a erosão da terra. O solo era fertilizado com o *guano*, fertilizante natural de excremento de aves.

Primitivamente, a terra, no Altiplano Andino, era propriedade coletiva da comunidade *ayllu*, que trabalhava em conjunto nas plantações.

Uma parte da produção era recolhida aos depósitos públicos para ser distribuída aos habitantes em tempo de crise pelo *curaca*, líder local.

Com a chegada dos incas e seu processo de expansão e submissão das comunidades, as terras passaram a pertencer ao Estado e a estrutura fundiária original foi alterada. As terras foram, então, divididas em terras da comunidade e terras do Estado, cultivadas pelos membros do *ayllu*.

O tributo em espécie não era pago diretamente ao Estado, mas este detinha o direito de requisitar a *mita*, paga sob a forma de trabalho compulsório nas minas, construção de estradas e obras públicas, como canais de irrigação. Na época em que a *mita* era requisitada, o Estado devia prover os trabalhadores com víveres.

O comércio também se desenvolveu com base na produção de cerâmica, tecidos e artesanato em ouro, bronze e prata.

❑ Organização política e social

Antes da dominação inca, a organização social básica era a comuni-

dade denominada *ayllu*, liderada pelo *curaca*, fundador ou descendente do ancestral do grupo.

Com a conquista incaica sobre a região do altiplano, no século XIII, as comunidades foram subordinadas e o poder político ficou nas mãos de um imperador – *Inca* ou *Sapa Inca* –, cuja força se fundamentava na religião e no Exército, do qual era o comandante supremo, caracterizando, assim, um governo teocrático-militarista.

Abaixo do imperador, estava a nobreza, formada por seus parentes, por altos funcionários do Estado e do clero e pelos *curacas*, que mantiveram seu prestígio em razão da tradição de sua família. Em seguida, vinham os artesãos, médicos, artistas, militares e contabilistas; finalmente, na base da pirâmide social, estavam os camponeses e os escravos.

Dentro do Império, o *ayllu* continuou a ser a base da organização social e administrativa, sendo formado de acordo com os laços de parentesco e chefiado pelo *curaca*, cujo poder era transmitido hereditariamente.

Para tentar evitar os conflitos internos, graças às conquistas sobre outros povos, os incas tomavam os filhos dos *curacas* dominados como “reféns” e os enviavam à capital do Império para estudar, forçando a submissão dos líderes derrotados.

Administrativamente, o Império foi dividido em quatro partes (províncias), que eram interligadas por numerosas estradas, permitindo tanto o serviço dos correios quanto a ação do Exército, em caso de revolta. Ironicamente, mais tarde, essas vias acabaram facilitando o trabalho dos invasores espanhóis.

❑ Religião e cultura

Os incas dedicaram-se à astronomia, elaborando um calendário que, além de marcar o tempo, servia para fazer previsões astrológicas.

Na religião, além do Sol, da Lua, do Trovão e da Terra, cultuavam *Viracocha*, o “Criador do Universo”. Completando as suas cerimônias, que incluíam danças e uso da chicha (espécie de cerveja feita de cereais), sacrificavam humanos e lhamas.

MÓDULO 10

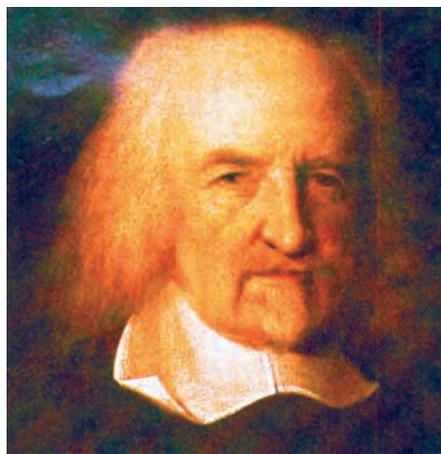
Bases do Colonialismo Mercantilista

1. ANTIGO REGIME

A Era Moderna, demarcada tradicionalmente entre 1453 e 1789, constitui uma unidade completa, num sistema com uma estrutura própria: o Antigo Regime. Na França, o absolutismo evoluiu até o século XVIII, quando a Revolução Francesa e os movimentos liberais burgueses do século XIX eliminaram a estrutura do Antigo Regime e, com ele, a Dinastia dos Bourbons. Na Inglaterra, a monarquia absolutista transformou-se numa monarquia limitada, quando das Revoluções Inglesas do século XVII.

❑ Absolutismo

O Estado absolutista define-se como um Estado de transição entre a monarquia feudal, dominada pela nobreza, e a República burguesa, pois corresponde ao período em que a burguesia adquiriu a supremacia econô-



Thomas Hobbes, defensor de um Estado todo-poderoso.

mica, mas ainda não havia conseguido o predomínio político.

O que tornava típico o Estado absolutista era o fato de que o soberano se equilibrava sobre as camadas sociais em conflito, aproveitando-se de seus antagonismos. O rei concedia

vantagens econômicas à burguesia, dava-lhe monopólios, mas concedia pensões e cargos à nobreza. Protegia os interesses dos grandes capitalistas, mas impedia a destruição das corporações de ofício; ajudava os nobres a debelar as revoltas camponesas, mas conservava os camponeses como uma arma potencial contra os nobres. Enfim, o monarca vivia dos conflitos sociais e, em certos momentos, chegava mesmo a estimulá-los.

Na tentativa de legitimar essa autoridade, os reis absolutos incentivaram a produção literária a respeito das origens do poder, procurando dar-lhes uma fundamentação religiosa. A teorização sobre o poder real teve início com o importante trabalho de Maquiavel, *O Príncipe*, no qual ele desenvolve a ideia da razão de Estado para justificar os atos dos governantes absolutos (“Os fins justificam

os meios”). Thomas Hobbes, em seu livro *Leviatã*, justifica a necessidade do poder real para que haja paz na sociedade civil. Mas o grande teórico do absolutismo é Jacques Bossuet, autor de *Política Extraída das Sagradas Escrituras*.

❑ A intolerância religiosa

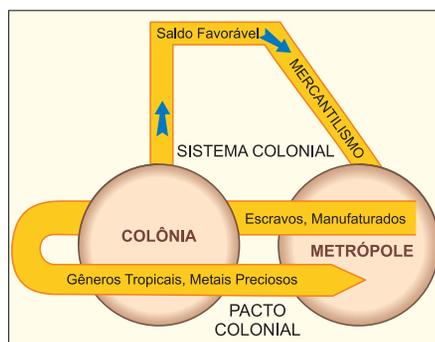
A Reforma religiosa do século XVI quebrou a unidade do cristianismo ocidental. Os reis da Era Moderna transformaram a religião num forte elemento de poder, pois controlar a Igreja no país era indispensável para que a autoridade real fosse absoluta. Por meio do clero, os reis dominavam os súditos, pois os púlpitos contribuíam para transmitir a vontade do rei aos membros da nação. Da Bíblia vinha a justificativa do poder real, considerado de origem divina. Nessa medida, a unidade política do reino dependia de sua unidade religiosa. Não havia lugar para a liberdade religiosa, apenas para a intolerância política, pois as perseguições religiosas eram, no fundo, perseguições políticas.

❑ A razão predomina sobre a fé

Enquanto na Idade Média a filosofia escolástica marcava a predominância da fé sobre a razão, na Era Moderna assistimos a uma inversão desse princípio. O desenvolvimento do capitalismo e da burguesia, com suas profundas transformações dentro da sociedade, quebrou o monopólio da Igreja sobre a cultura, estendendo-a aos leigos (“laicização da cultura”).

No Renascimento, a burguesia e o pensamento leigo utilizavam a razão para investigar o mundo e a natureza. No século XVII, na época do Barroco, o racionalismo era usado para transportar a natureza para a arte. No século XVIII, por sua vez, o racionalismo era usado socialmente, tendo por finalidade definir a posição da burguesia no quadro da sociedade.

Essa tentativa de visão da sociedade em termos racionais dava à burguesia uma consciência crítica do Antigo Regime, do absolutismo e da sociedade estamental, abrindo condições para o movimento iluminista.



Apoiada no tripé econômico do Antigo Regime (Capitalismo Comercial, Mercantilismo e Sistema Colonial), deu-se a acumulação do capital.

❑ A sociedade de “Estados” ou de “Ordens”

A sociedade da Era Moderna era uma sociedade de transição, contendo elementos feudais e capitalistas. Os elementos feudais eram as ordens sociais que vinham da Idade Média; os elementos capitalistas correspondiam às classes que começavam a surgir. Essa sociedade apresentava também a confluência de dois critérios de estratificação social: o tradicional e o econômico. O Estado, porém, via a sociedade como estamental, dividida em três ordens: clero, nobreza e povo, que na França formavam o chamado Terceiro Estado. Todavia, com o desenvolvimento capitalista, começou a haver uma diferenciação econômica entre os indivíduos, esboçando-se uma sociedade de classes dentro da sociedade estamental.

❑ Capitalismo comercial

Entende-se por capitalismo uma forma assalariada de produção, na qual se verifica uma separação entre os que detêm os meios de produção (empresários capitalistas) e os que possuem apenas o seu trabalho (assalariados). Este é o elemento essencial e definidor do capitalismo, que comporta também algumas outras características: organização empresarial, espírito de lucro, atitudes racionais, produção para o mercado e trocas monetárias.

Chamamos de capitalismo comercial o período no qual a acumulação de capital se dá no âmbito da circulação das mercadorias (troca), e não em sua produção. A acumulação na produção somente se desenvolveria com a Revolução Industrial do

século XVIII. No capitalismo comercial, a maior parte do lucro fica com os intermediários, com os comerciantes, e não com os empresários que produzem as mercadorias.

2. MERCANTILISMO

❑ Conceito

“Política econômica” é a prática econômica de um governo, o modo pelo qual é orientada a economia de um país. A política mercantilista é a política econômica do capitalismo comercial, pois, na medida em que o lucro se acumula na circulação das mercadorias, a ênfase da política mercantilista recai sobre a atividade comercial.

Assim, a agricultura e a indústria passam a ser consideradas atividades subsidiárias, que devem ser orientadas em função dos interesses.

❑ Objeto

Se hoje em dia consideramos que a finalidade de uma política econômica é proporcionar o bem-estar social à nação, isso não acontecia na época do mercantilismo: nela, o objetivo direto e fundamental era promover a força do Estado e, indiretamente, incrementar a riqueza da burguesia. Evidentemente, há uma contradição nesse processo porque, ao enriquecer a burguesia, a política mercantilista cria condições para que ela suplante o Estado absolutista.

❑ Prática

Considerando-se que a riqueza é obtida por meio do comércio, cabe ao Estado organizar essa atividade de modo que sejam atingidos seus objetivos. Consequentemente, tal política é intervencionista, e não liberal. O Estado procura conservar a balança comercial favorável (mais exportação e menos importação), o que se traduz num saldo monetário que evidencia o êxito da política econômica e representa a riqueza da nação. Para atingir esse objetivo, desenvolve-se uma política de monopólios, tanto dentro da metrôpole quanto em relação às colônias. Para uma perfeita realização da política de monopólios, é necessário adotar medidas protecionistas, utilizando

navios de guerra para combater o contrabando e elevando as tarifas alfandegárias para impedir a importação de produtos concorrentes. Porém, como a concorrência entre as potências europeias era muito forte, os elementos da prática mercantilista somente seriam exequíveis em relação às colônias. Por isso, o sistema colonial é a peça decisiva da política mercantilista.

❑ Tipos de mercantilismo

As metrópoles que possuíam colônias conseguiram, ao menos inicialmente, manter sua balança comercial em situação favorável em relação às demais nações europeias. Assim, quem não tivesse colônias seria obrigado a empregar meios indiretos para atrair as riquezas coloniais, principalmente os metais preciosos. A Inglaterra expandiu o mercantilismo comercial, cujo modo de ação era o desenvolvimento do comércio marítimo, por meio das companhias de navegação, procurando manter a balança favorável mediante a diferença entre os preços de compra e venda. Na França, desenvolveu-se o mercantilismo industrial (ou colbertismo, por causa do ministro Colbert), no qual as manufaturas de artigos de luxo produziam os principais rendimentos do Estado e da burguesia mercantil. A Holanda empenhou-se em desenvolver um tipo misto (comercial-industrial), com a criação de companhias de comércio e montagem de refinarias de

açúcar. A Espanha, tendo conseguido metais preciosos na América, pôde desenvolver uma política de exportação desses metais em troca de mercadorias; daí o mercantilismo bulionista (metalista), segundo o qual o metal era a própria riqueza do país, e não mero representante dessa riqueza. Portugal passou por quase todas as experiências da política mercantilista: mercantilismo comercial (na Ásia e África), mercantilismo industrial (durante as crises comerciais) e mercantilismo metalista (no decorrer da fase do ouro no Brasil).

❑ O sistema colonial

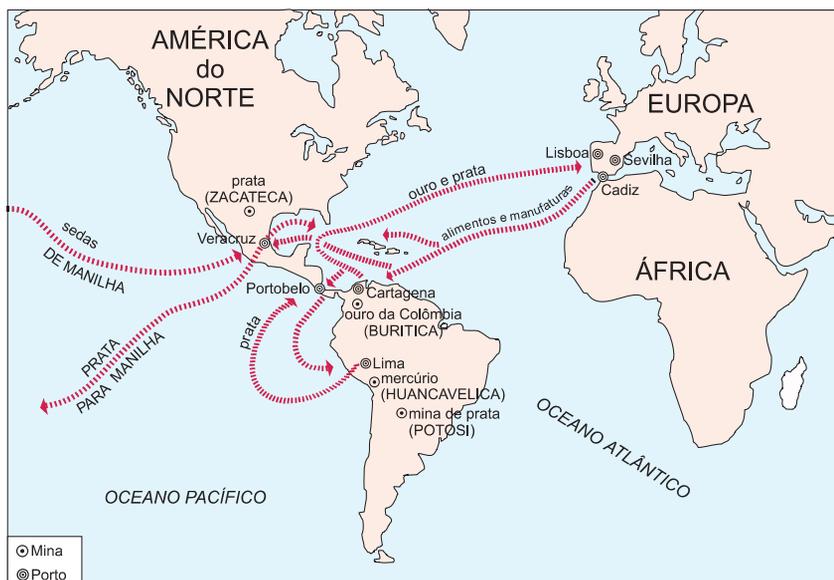
Se todas as nações europeias buscassem uma balança comercial favorável, a concorrência mercantil faria com que algumas delas acabassem não atingindo o seu objetivo, ficando, assim, com a balança desfavorável. Nessa medida, as colônias se tornavam indispensáveis, pois mantinham favorável a balança mercantil de suas metrópoles. Daí a necessidade de enquadrar as colônias no conjunto da política mercantilista e do sistema colonial, regidos pela noção de acumulação mercantil, de monopólio e de protecionismo. As colônias deviam alcançar sua finalidade: enriquecer a burguesia do reino e contribuir para o fortalecimento do Estado. Portanto, a exploração colonial, determinada pela metrópole, definiu o sistema colonial e o próprio modo de produção colonial: monocultura, latifúndio e escravismo.

❑ O novo escravismo

A introdução de escravos africanos ocorreu em virtude da imposição do sistema, pois era exatamente o comércio de escravos que produzia os maiores lucros (muito mais do que a produção de açúcar). A necessidade de conservar o lucrativo comércio de escravos explica a introdução de negros africanos na produção colonial. É dessa forma que se entende a substituição do trabalho forçado indígena, usado na fase de implantação da empresa colonial, pelo trabalho do negro africano. De fato, desde que a atividade econômica açucareira se tornou rentável, o lucro passou a ser desviado das mãos do produtor (senhor de engenho) para as mãos dos intermediários (reis e burguesia). A ideia de que o indígena não se adaptou à produção é tradicional e superada.

❑ Tipos de colonização

A grande exploração agrícola possibilitou a ocupação e defesa das terras da América pelos portugueses. Na América espanhola, a descoberta de metais preciosos provocou uma concentração dos interesses e da defesa em áreas mais restritas, como, por exemplo, o Golfo do México. A colonização da América do Norte, porém, obedeceu principalmente ao regime de colônias de povoamento, nas quais a ocupação básica era empreendida por homens que estavam descontentes com a situação religiosa e política de seus países de origem e que, portanto, pretendiam construir uma nova pátria em terras americanas.



Minas, portos e rotas do comércio colonial espanhol.

3. CRONOLOGIA

Século XVI – Preponderância do metalismo.

1492 – Descoberta da América.

1500 – Descoberta do Brasil.

Século XVII – Preponderância do comércio.

Século XVIII – Preponderância da indústria.

1415 – Tomada de Ceuta pelos portugueses.

1. A EXPANSÃO ESPANHOLA E A CONQUISTA DA AMÉRICA

A expansão ultramarina espanhola começou tardiamente em relação a Portugal. Contudo, os mesmos objetivos mercantilistas e a justificativa católica que orientaram as viagens marítimas lusas fizeram-se presentes nos empreendimentos espanhóis. Por isso, quando Colombo descobriu a América, em 1492, anunciou ter chegado às Índias dando a volta ao mundo.

Depois dos primeiros contatos com a América recém-descoberta, os espanhóis começaram a colonização, ocupando a Ilha Hispaniola (Haiti). Daí partiram os “conquistadores” Hernán Cortés e Francisco Pizarro para a conquista do México (terra dos astecas) e do Peru (terra dos incas). As riquezas metalíferas localizadas na meseta mexicana e no Altiplano Andino fizeram com que a metrópole espanhola concentrasse a colonização nessas áreas. A América possuía em grandes quantidades os metais preciosos (prata e ouro) que os europeus tanto procuravam.

2. A ADMINISTRAÇÃO DO IMPÉRIO ESPANHOL

Os colonizadores espanhóis estabeleceram, então, um sistema de organização político-administrativo que visava ao controle direto sobre a América, por meio da divisão do Império Espanhol em quatro vice-reinos: Nova Espanha (México e América Central), Nova Granada (Equador, Colômbia, Venezuela e Panamá), Peru (Peru, Bolívia e Chile) e Rio da Prata (Argentina, Paraguai e Uruguai).

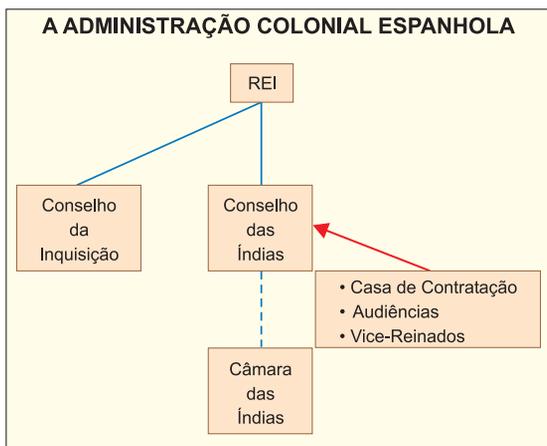
A ocupação efetiva desse imenso território concentrou-se na exploração argentífera e aurífera, deixando de lado a agricultura tropical. O polo dinâmico da exploração limitou-se à região representada pelo Golfo do México, o Porto de Vera Cruz, de onde saíam a prata e o ouro em dire-

ção a Sevilha, cuja Casa de Contratação controlava todo o comércio das colônias.

A administração colonial ficava por conta do Conselho das Índias, criado em 1524, por Carlos I (também imperador da Alemanha, com o nome de Carlos V), que nomeava os vice-reis e capitães-gerais.

O vice-rei correspondia à maior autoridade executiva na América, sendo representante direto da coroa espanhola e responsável por funções militares, judiciais, fiscais, administrativas e financeiras.

Todo o aparelho burocrático montado tinha por objetivo impedir o contrabando e garantir a manutenção do monopólio comercial e da cobrança de impostos para a coroa espanhola.



Centralizada nas mãos dos reis, a colonização espanhola foi marcada por um rígido controle, garantindo para o Estado e para os mercadores espanhóis os lucros da exploração colonial americana.

OS MAIS ANTIGOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DA AMÉRICA





Ao contrário do Brasil, as colônias espanholas foram divididas em quatro grandes Vice-Reinos e quatro Capitania Gerais, subordinadas diretamente ao Conselho das Índias.

3. O TRABALHO COMPULSÓRIO (MITA)

A exploração das minas de prata e ouro foi realizada por meio do trabalho compulsório dos indígenas, particularmente da “mita”, pela qual as aldeias de índios eram forçadas a entregar certa quantidade de seus membros, aptos para realizar trabalhos durante um prazo determinado. Esses índios eram compensados com certa quantidade de dinheiro e destinados aos mais variados serviços. Na realidade, a “mita” era uma instituição anterior à chegada dos espanhóis, tendo sido praticada pelos incas e outras civilizações pré-colombianas.

A base socioeconômica da colonização espanhola foi o sistema de “encomienda”, pelo qual o colonizador da terra tinha o direito de receber dos índios um pagamento em trabalho, devendo em troca convertê-los à fé católica.

Ao longo da colonização, o aparelho burocrático foi dirigido pelos *chapetones* — espanhóis nascidos na Espanha —, enquanto os *criollos*, espanhóis nascidos na América, ocupavam postos secundários da administração colonial.

4. CRONOLOGIA

1469 – Casamento de Isabel de Castela e Fernando de Aragão.

1492 – Fim da Guerra de Reconquista e Descobrimto da América.

1493 – *Bula Inter Coetera*.

1494 – Tratado de Tordesilhas, com sede em Sevilha.

1503 – Criação da Casa de Contratação.

1511 – Início da colonização de Cuba por Diego Velásquez.

1513 – Descobrimto do Oceano Pacífico por Vasco de Balboa.

1519-22 – Primeira viagem de circunavegação da Terra.

1519-21 – Conquista do Império Asteca por Hernán Cortés.

1524 – Criação do Conselho das Índias, presidido pelo rei da Espanha.

1532 – Descobrimto da Califórnia.

1531-33 – Conquista do Império Inca por Francisco Pizarro.

1535 – Fundação de Ciudad de los Reyes (atual Lima).

MÓDULO 12

Colonizações Inglesa, Francesa e Holandesa

1. INGLATERRA

Antecedentes da colonização

A Inglaterra, com a França e a Holanda, insere-se no quadro das navegações tardias.

No século XVI, enquanto Portugal e Espanha dominavam e monopolizavam as ricas regiões tropicais da América, as expedições inglesas não passavam de explorações no Novo Mundo. De fato, a colonização inglesa na América teve início no século XVII, e à Inglaterra não sobraram terras ricas e em abundância. Em comparação com as colônias luso-espanholas, as colônias da Inglaterra eram pobres e pouco desenvolvidas, pois

localizavam-se em áreas de pouco ou quase nenhum interesse econômico para o mercantilismo reinante naquela época.

Derrotados pela França na **Guerra dos Cem Anos** (1337 a 1453), os ingleses acabaram mergulhando em uma guerra civil — a **Guerra das Duas Rosas** (1455 a 1485) —, que somente teve fim com a ascensão da Dinastia Tudor, a qual realizara a centralização do poder político.

Durante o reinado dos Tudors (1485 a 1603), a Inglaterra assistiu à consolidação do Estado Absolutista.

Henrique VIII, o segundo rei da Dinastia Tudor, impulsionou a forma-

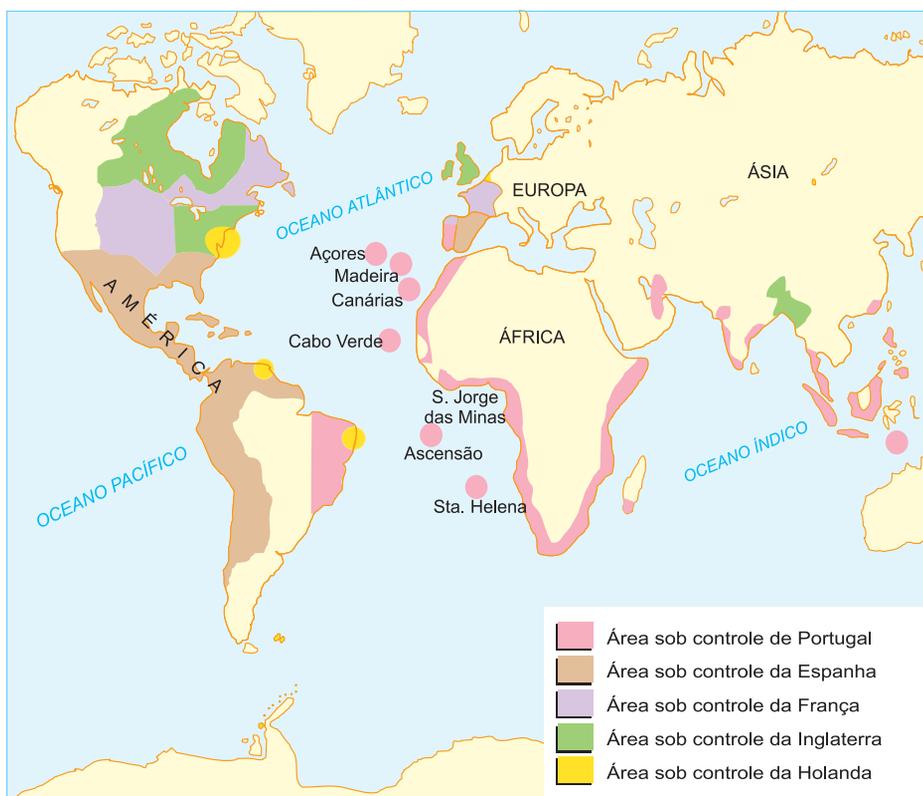
ção do Estado Absoluto ao criar uma Igreja Nacional separada da Igreja Católica. Em 1534, com o Ato de Supremacia, o rei tornou-se chefe da Igreja Anglicana.

Como uma das características do Estado Absolutista é a intolerância religiosa, tiveram início as perseguições a católicos e protestantes (presbiterianos e puritanos), que não professavam a religião oficial.

No governo de Elizabeth I (1558 a 1603), a Inglaterra passou por sensíveis transformações socioeconômicas e políticas, que seriam decisivas para o início do processo colonizador.

Durante seu reinado, houve a criação de uma próspera burguesia, forjada pelos incentivos à navegação, ao comércio e à pirataria. Por outro lado, a rainha impunha leis, como a dos cercamentos (*enclosures*), que beneficiavam os grandes produtores de lã de ovelha, utilizada nas manufaturas, criando, ao mesmo tempo, uma vasta camada de marginalizados que inundavam as cidades, constituindo mão de obra barata para as manufaturas inglesas. Afinal, a Lei dos Pobres proibia a mendicância.

A entrada de metais preciosos da América na Europa, levados por mãos espanholas, ocasionou a Revolução dos Preços. A inflação tomou conta da economia europeia e as camadas mais pobres da população sentiram esse processo de uma forma mais intensa, à medida que seus rendimentos não acompanhavam a desvalorização monetária provocada pela crescente inflação.



O mundo dividido entre as potências europeias.

AS TREZE COLÔNIAS INGLÊSAS NA AMÉRICA



O processo original de ocupação das Treze Colônias.

Enquanto a burguesia mercantil prosperava com esse processo, as camadas sociais subalternas viam sua renda diminuir cada vez mais e aumentar a camada de pobres existente.

Em 1588, a rainha levou Filipe II, da Espanha, a expor sua **vulnerabilidade**. A esquadra inglesa derrotou a "Invencível Armada" e colocou à Inglaterra a perspectiva de colonização de parte da América.

Com a morte de Elizabeth, que não deixou herdeiros, deu-se a ascensão da Dinastia Stuart, da Escó-

cia. O reinado dessa dinastia ocupou, praticamente, todo o século XVII e foi marcado pelos constantes conflitos entre o rei e o Parlamento.

Os Stuarts eram ferrenhos defensores do absolutismo e do mercantilismo. No entanto, ao Parlamento, que abrigava burgueses ricos e puritanos, interessava limitar os poderes reais no que diz respeito ao aumento de impostos e às leis que ferissem a relativa autonomia que esse órgão tinha adquirido historicamente.

Como meio de se impor ao Parlamento, os Stuarts iniciaram violentas perseguições aos burgueses. Os conflitos desse período são denominados **Revoluções Inglesas: a Puritana**, de 1642 a 1649, e a **Gloriosa**, de 1688, que colocou a burguesia definitivamente no poder na Inglaterra.

Para muitos, ficar na Inglaterra era arriscado. Preferiram recomeçar a vida do outro lado do Atlântico, o que acabou impulsionando, ainda mais, a colonização da América.

□ O processo da colonização

Depois das primeiras viagens exploratórias realizadas por Giovanni Caboto, que atingiu a região do Labrador, no Canadá, foram iniciadas

as tentativas de colonização na América do Norte. Ao contrário da colonização de "exploração" que caracterizou a ocupação ibero-americana, os ingleses fundaram, na sua grande maioria, colônias de povoamento. Estas colônias foram ocupadas, valorizadas e povoadas por refugiados religiosos que saíam em busca de novas terras para fugir da intolerância religiosa e política. Além disso, elementos do governo inglês ou empreiteiros ligados ao Estado procuravam riquezas. "Havia ainda os infelizes, desde criminosos até vagabundos, que vieram por conta própria ou foram involuntariamente alugados para trabalhar no Novo Mundo."

As chamadas colônias de povoamento, situadas ao norte dos Estados Unidos, dedicavam-se à policultura, ao artesanato, ao comércio interno e externo (comércio triangular), mantendo relativa independência da metrópole. Nessas regiões, predominaram o trabalho livre e a organização familiar.

Sir Humphrey Gilbert e Sir Walter Raleigh foram os dois primeiros ingleses a fazer tentativas sérias de colonização nas terras da América do Norte, na região da Virgínia. Esta

área acabou transformando-se em colônia de exploração, com mais quatro outras colônias situadas no sul dos Estados Unidos. Ao contrário das colônias de povoamento, as áreas de exploração desenvolveram a grande propriedade escravista voltada para a produção de arroz, anil, tabaco e algodão, visando à exportação para a Europa.

Os rumos que tomaram as Treze Colônias Inglesas, as contradições entre as colônias do Norte e Centro e as do Sul, o grau de liberdade dessas colônias fizeram com que, mais tarde, a Inglaterra adotasse uma política mercantilista mais rígida, provocando a reação dos colonos e o processo de independência que rompeu o pacto colonial inglês, na segunda metade do século XVIII.

2. FRANÇA

A França iniciou tardiamente seu processo de expansão. Mergulhada em problemas internos, somente na segunda metade do século XV iniciou as navegações que proporcionaram a formação de seu Império Colonial na América.

As navegações francesas tinham por objetivo encontrar uma passagem a noroeste para a Ásia. Assim como os ingleses, os franceses organizaram sua ação em termos de pirataria e concessão de cartas de corso reais contra a frota de países ibéricos ou por meio de ataques a vilas e povoados da América Espanhola.

Na primeira metade do século XVI, os franceses organizaram expedições para o Novo Mundo, sendo Jacques Cartier o explorador da foz do Rio São Lourenço entre 1534 e 1535, região que passou a ser denominada Nova França.

Nesse momento, tiveram início as guerras de religião na França, o que deteve, temporariamente, o movimento de expansão.

No início do século XVII, os franceses fundam Quebec, no Canadá, área que se destinou inicialmente à exploração agrícola e acabou desenvolvendo um lucrativo comércio de peles. A partir de então, a ocupação do atual Canadá tornou-se progressiva até a anexação da Luisiana, em

1682, por Robert de Cavellier de la Salle. A ocupação da América do Norte pelos franceses resultou em choques com os ingleses, como, por exemplo, a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), travada em duas frentes: uma americana e outra europeia.

Nas Pequenas Antilhas, a ocupação francesa deu-se principalmente com a fundação da Companhia das Índias Ocidentais por Colbert. Nas ilhas de Guadalupe, Martinica, São Cristóvão, São Bartolomeu, São Martinho, Santa Lúcia, Santa Cruz e Granada, produziam-se tabaco, algodão, açúcar, cacau, café e madeiras tintoriais.

Essas regiões foram gradualmente sendo perdidas pela França em razão das guerras perdidas para os ingleses. O Tratado de Paris de 1763, assinado após a Guerra dos Sete Anos, fez com que os franceses entregassem o Canadá, as Pequenas Antilhas e o leste do Rio Mississippi para a Inglaterra.



Luís XIV representou o apogeu do Absolutismo francês.

3. HOLANDA

Até 1581, a Holanda era uma extensão do Império Espanhol. A opressiva política de Filipe II levou ao início do movimento de independência, que acabou sendo reconhecido pela Espanha em 1609.

Mesmo durante o período em que esteve subordinada aos espanhóis, a Holanda desenvolveu-se como um Estado capitalista, até mesmo com uma burguesia professando a religião protestante calvinista.

Em 1602, foi criada a Companhia das Índias Orientais e, em 1621, a Companhia das Índias Ocidentais, por meio das quais os holandeses fortaleceram sua política mercantilista.

O momento de independência da Holanda coincide com a formação da União Ibérica (1580-1640). Durante esse momento, Filipe II decretou uma série de sanções contra os holandeses, além da proibição de continuar comercializando com as colônias espanholas e também com o Brasil. Essas sanções geraram as Guerras do Açúcar, que redundaram na ocupação do Nordeste brasileiro entre 1639 e 1654.

O declínio holandês começa com os Atos de Navegação, em 1651, de Oliver Cromwell, quando a Holanda deixa de realizar o comércio de matérias-primas e produtos tropicais para a Europa.

4. CRONOLOGIA

1337-1453 – Guerra dos Cem Anos.

1455-85 – Guerra das Duas Rosas.

1497 – Realização da primeira expedição marítima inglesa por Giovanni Caboto.

1508 – Descobrimto da Baía de Hudson por Sebastian Caboto.

1534 – Ato de Supremacia, dando origem à Igreja Anglicana.

1534 – Descoberta da foz do Rio São Lourenço por Jacques Cartier.

1581 – Independência da Holanda em relação à Espanha.

1585 – Tentativa de colonização inglesa na Virgínia.

1603 – Fundação de Quebec.

1620 – Chegada dos puritanos à América no *Mayflower*.

1627 – Fundação da Companhia de Comércio da Nova França.

1630-54 – Ocupação holandesa no Nordeste brasileiro.

1642 – Fundação de Montreal pelos jesuítas.

1673-74 – Descoberta dos Grandes Lagos pelos jesuítas.

1. PERÍODO PRÉ-COLONIAL (1500-30)

O governo português pouco se interessou pelo Brasil nos anos que se seguiram ao descobrimento, uma vez que o comércio com as Índias oferecia perspectivas de lucro muito mais imediatas. É importante notar que, naquela época, a acumulação de capitais se fazia principalmente por meio da circulação de mercadorias (capitalismo comercial ou acumulação primitiva de capitais). Todavia, o “abandono” do Brasil pela metrópole foi apenas relativo, já que a Coroa, além de arrendar a exploração do pau-brasil a um grupo de particulares, chegou a enviar duas expedições exploradoras e duas guarda-costas.

2. INÍCIO DA COLONIZAÇÃO

A partir de 1530, Portugal viu-se obrigado a mudar de atitude, tendo em vista o fracasso do comércio de especiarias e a presença constante de entrelopos (contrabandistas) franceses no litoral brasileiro. Assim, com o objetivo de proteger sua colônia e nela desenvolver a produção açucareira, o rei D. João III (o Colonizador) enviou para o Brasil uma primeira expedição colonizadora, sob o comando de Martim Afonso de Sousa.

Martim Afonso percorreu o litoral desde o Maranhão até o Rio da Prata, combateu os contrabandistas que encontrou e finalmente, em 1532, fundou São Vicente — primeira vila do Brasil, marco inicial da colonização portuguesa na América e local de instalação do primeiro engenho de açúcar. A colonização efetiva, porém, começaria alguns anos depois, mediante a criação das capitâncias hereditárias e a montagem de um complexo agroindustrial e comercial com base na produção açucareira.

3. CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

A implantação do regime de capitâncias hereditárias no Brasil, em

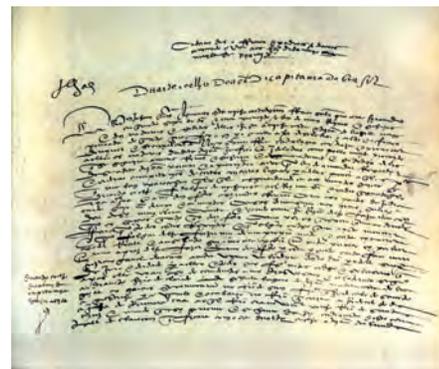
1534, está vinculada à incapacidade econômica do Estado português em financiar diretamente a colonização, pois o monopólio do comércio com as Índias se tornara deficitário. Por essa razão, e considerando a premência de se colonizar o Brasil, D. João III decidiu dividi-lo em capitâncias hereditárias, para que elas mesmas fossem colonizadas com recursos particulares, sem ônus para a Coroa.

O regime de capitâncias fora aplicado com êxito nas ilhas atlânticas (Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé). No próprio Brasil, já existia a capitania de São João, correspondente ao atual arquipélago de Fernando de Noronha.

O território brasileiro foi dividido em 14 capitâncias (uma delas subdividida em dois lotes), doadas a doze donatários. Os limites de cada território, definidos sempre por linhas paralelas iniciadas no litoral, estavam especificados na Carta de Doação. Este documento estipulava também que a capitania seria hereditária, indivisível e inalienável, podendo ser readquirida somente pela Coroa. Um segundo documento era o Foral, que regulamentava minuciosamente os direitos do rei. Na realidade, os donatários não recebiam a propriedade das capitâncias, mas apenas sua posse. De qualquer forma, possuíam amplos poderes administrativos, militares e judiciais, sendo responsáveis unicamente perante o soberano. Tratava-se, portanto, de um regime administrativo descentralizado.

São Vicente e Pernambuco foram as únicas capitâncias que prosperaram. O fracasso do projeto como um todo decorreu de vários fatores: falta de coordenação entre as capitâncias, grande distância da metrópole, excessiva extensão territorial, ataques indígenas, desinteresse de vários donatários e, acima de tudo, insuficiência de recursos.

As capitâncias hereditárias não desapareceram com a criação do Governo-Geral: elas foram gradualmente readquiridas pela Coroa, até serem totalmente extintas, na segunda metade do século XVIII, pelo marquês de Pombal.



A Carta de Doação, garantindo a posse da terra e estabelecendo as obrigações dos donatários, era uma das bases jurídicas do sistema de capitâncias.

4. O GOVERNO-GERAL

Reconhecendo o fracasso do regime de capitâncias hereditárias, D. João III resolveu criar o Governo-Geral. Por meio dessa medida, o monarca visava centralizar a administração colonial, subordinando as capitâncias a um governador-geral que coordenasse e acelerasse o processo de colonização do Brasil. Com esse objetivo, elaborou-se em 1548 o Regimento do Governador-Geral no Brasil, que regulamentava as funções do governador e de seus principais auxiliares — o ouvidor-mor (Justiça), o provedor-mor (Fazenda) e o capitão-mor (Defesa).

O primeiro governador-geral foi Tomé de Sousa, que fundou Salvador, primeira cidade e capital do Brasil. Com ele vieram os primeiros jesuítas e foi criado o primeiro bispado em terras brasileiras. Este último fato é relevante, tendo em vista a importância da Igreja Católica e sua estreita ligação com o Estado português.

A administração do segundo governador-geral, Duarte da Costa, apresentou sérios problemas: sublevação dos índios na Bahia, conflito entre o governador e o bispo e, principalmente, a invasão francesa do Rio de Janeiro (criação da França Antártica). Em compensação, o terceiro governador-geral, Mem de Sá, mostrou-se tão eficiente que a metrópole

o manteve no cargo até sua morte; foi ele quem conseguiu expulsar os invasores franceses, graças à atuação de seu sobrinho Estácio de Sá.

Depois de Mem de Sá, por duas vezes a colônia foi dividida temporariamente em dois governos-gerais: a Repartição do Norte, com capital em Salvador, e a do Sul, com capital no Rio de Janeiro.

Durante a União Ibérica (domínio espanhol sobre Portugal), o Brasil foi transformado em duas colônias distintas: Estado do Brasil (cuja capital era Salvador e, depois, Rio de Janeiro) e Estado do Maranhão (cuja capital era São Luís e, depois, Belém). A reunião só seria concretizada pelo marquês de Pombal, em 1774.

5. AS CÂMARAS MUNICIPAIS

Além das capitanias e do Governo-Geral, foram criadas as Câmaras Municipais nas vilas e nas cidades

do Brasil Colônia. O controle político das Câmaras Municipais era exercido pelos grandes proprietários locais, os “homens-bons”, o que reforçava suas posições sociais de mando. Entre suas competências, destacavam-se o poder deliberativo sobre preços de mercadorias e a fixação dos valores de alguns tributos. “As Câmaras de Belém e São Paulo, por exemplo, procuraram garantir o direito de organizar expedições para escravizar os índios, e as do Rio de Janeiro e Bahia muitas vezes estabeleceram moratória para as dívidas dos senhores de engenho e combateram os monopólios comerciais” (Bóris Fausto).

As eleições para as Câmaras Municipais eram realizadas entre os “homens-bons”. Elegiam-se três vereadores, um procurador, um tesoureiro e um escrivão, sob a presidência de um juiz ordinário (juiz de paz), mais tarde substituído pelo juiz de fora. Ao

longo da colonização, os choques entre os interesses da metrópole e os da colônia, isto é, entre o centralismo e o localismo, foram simbolizados, respectivamente, pelo Governo-Geral e pelas Câmaras Municipais.

6. O ESTATUTO JURÍDICO DA COLÔNIA

A base jurídica da colônia estava assentada num estatuto, idêntico ao da metrópole, isto é, seguia as denominadas **Ordenações Reais**, conjuntos de leis publicadas pelo Estado português, que possuíam como característica a ação centralizadora e absolutista. As primeiras foram as Ordenações Afonsinas (1446), alteradas em 1512 pelas Ordenações Manuelinas e, em 1603, pelas Ordenações Filipinas. Tinham por inspiração originária o Código Romano e o direito de Justiniano.

7. CRONOLOGIA

1501 – Primeira expedição exploradora.

1503 – Segunda expedição exploradora.

1504 – Criação da capitania de São João, doada a Fernando de Noronha.

1516 – Primeira expedição guarda-costas.

1526 – Segunda expedição guarda-costas.

1530 – Expedição colonizadora de Martim Afonso de Sousa.

1532 – Fundação da vila de São Vicente.

1534 – Implantação do regime de capitanias hereditárias.

1549 – Tomé de Sousa, primeiro governador-geral; fundação da cidade de Salvador.

1553 – Duarte da Costa, segundo governador-geral.

1554 – Fundação de São Paulo.

1555 – Instalação da França Antártica na Baía da Guanabara.

1558 – Mem de Sá, terceiro governador-geral.

1565 – Fundação da cidade do Rio de Janeiro.

1567 – Expulsão dos franceses do Rio de Janeiro.

1580 – Início da União Ibérica.

MÓDULO 14

Economia e Sociedade Açucareiras e Pecuária

1. INTRODUÇÃO

Em consequência do tipo de colonização desenvolvida por Portugal no Brasil, uma colônia de exploração, encontramos as seguintes características gerais:

- Uma economia integrada no sistema capitalista nascente, fornecendo ao centro dele produtos vegetais tropicais, alimentos, matérias-pri-

mas e metais preciosos. Consequentemente, era complementar, especializada, altamente dependente do mercado consumidor metropolitano e basicamente extrovertida, ou seja, de exportação.

- Uma economia predatória, isto é, altamente desgastante em relação aos recursos naturais da colônia. Essa característica depredadora esteve relacionada à própria utili-

zação das práticas agrícolas rudimentares, tais como a queimada ou coivara, que acarretaram um rápido esgotamento da terra.

2. A GRANDE LAVOURA

A produção colonial estava baseada na grande propriedade monocultora. O surgimento da grande propriedade no Brasil não está apenas

relacionado à exigência de uma produção de larga escala, objetivando o lucro pela exportação de produtos tropicais, mas a determinados fatores históricos de origem, como as doações das grandes áreas na forma de sesmarias (pertencentes a uma determinada capitania hereditária), à necessidade de ocupação efetiva do território e, principalmente, às exigências criadas pela cana-de-açúcar, produto que foi inicialmente cultivado no Brasil e se tornou a base da nossa colonização inicial. O referido produto, possuindo uma baixa produtividade por unidade territorial de plantio, não seria lucrativo. Necessariamente, para sê-lo, teve de ser cultivado em larga escala de produção.

No Brasil, a grande propriedade dominante foi o denominado latifúndio (grande propriedade, com utilização de muita mão de obra, técnicas precárias e baixa produtividade). Em algumas regiões, como Bahia e Pernambuco, na época do apogeu da cana-de-açúcar, entre os séculos XVI e XVII, desenvolveram-se algumas grandes propriedades do tipo *plantation*, mas não chegaram a ter a mesma produtividade que as famosas *plantations* da região antilhana.

❑ A escravidão

Outra característica geral foi a predominância do trabalho escravo. A implantação desse novo escravismo está adequada às exigências do sistema capitalista nascente e de sua efetivação na periferia do Sistema Colonial, ou seja, foi fundamental para realizar a acumulação de capitais. A mão de obra escrava, no Brasil, abrangeu dois tipos: a indígena (ou escravismo vermelho) e a negra africana. A primeira, apesar de toda uma reação contrária dos padres jesuítas, foi praticada até 1758, quando ocorreu a abolição do escravismo índio em face do decreto publicado pelo marquês de Pombal. A mão de obra escrava negra já era adotada pelos portugueses nas ilhas do Atlântico, sendo, portanto, o tráfico negreiro preexistente ao descobrimento do Brasil. (Remonta a, aproximadamente, 1440.) No Brasil, as primeiras levas de escravos negros foram introduzidas na década de

1530, mas o tráfico negreiro tornou-se mais intenso a partir de 1550, com a dinamização da agricultura canavieira no Nordeste, Bahia e Rio de Janeiro. Ante o tipo de técnica agrícola utilizada pelos negros e mais adequada às exigências da produção colonial, é dito que um “negro correspondia ao trabalho de quatro indígenas”. Como é sabido, a escravidão negra prolongou-se até 1888, tendo o tráfico sido extinto em 1850. Do século XVI até a abolição do tráfico, foram introduzidos e ficaram no Brasil quase 3.500.000 negros, divididos basicamente, em virtude de sua origem, em dois grupos: sudaneses e bantos.

3. FORMAÇÃO SOCIAL DO BRASIL

Além do indígena, cuja história e cultura já foram aqui estudadas, dois outros elementos humanos foram responsáveis pela estruturação social do Brasil: o elemento branco, que, apesar da origem marginal metropolitana, participa em grande parte do processo de dominação; o elemento negro, que, atuando como mão de obra na estrutura produtiva, representou a base da colonização, “o pilar mais sólido sobre o qual se erigiu a sociedade brasileira”.

❑ Os portugueses

Consideram vários autores que a maior parte dos elementos brancos vindos para o Brasil na época da colonização eram degredados, condenados a pagar penas delituosas em terceira instância de gravidade. De fato, os infratores da lei em primeiro e segundo grau eram deportados para a África e somente os de terceiro grau vinham para o Brasil, o que demonstra a aspereza da vida na colônia.

Os primeiros brancos deixados em terra por Cabral eram **degredados**. Martim Afonso de Sousa repetiu o comportamento de Cabral, deixando igualmente homens com penas a cumprir pelos seus crimes. Consta que, entre 256 casos de penas de degredo, 87 foram enviados para o Brasil. Além dos degredados, vieram também aventureiros europeus acostumados a andanças, em busca de

riqueza e oportunidades. Isto explica o número de holandeses, franceses, alemães e até mesmo italianos que vieram para o Brasil como mercenários nas expedições portuguesas.

Porém, não se devem negligenciar os brancos fidalgos que vieram para o Brasil por vários motivos: porque tinham tido fracassos no Reino, ou porque se endividavam e não podiam saldar seus compromissos, ou ainda porque a expectativa do Eldorado, que seria o Novo Mundo, os atraísse.

OS ENGENHOS DE AÇÚCAR NO BRASIL



Pelo mapa do litoral brasileiro, retratando a produção açucareira no século XVI, percebe-se que Pernambuco e Bahia possuíam o maior número de engenhos produtores de açúcar.

É evidente que não foi a presença desses elementos brancos (e, portanto, um problema de ordem racial) que determinou a forma de colonização do Brasil. A questão foge a essa **falácia** ideológica, resolvendo-se no contexto de uma análise do capitalismo comercial e de sua resultante: o sistema colonial tradicional.

A influência do elemento branco português no processo da colonização tem raízes na própria formação étnica de Portugal, dado que, ao contrário dos anglo-saxões, os portugueses não fizeram nenhuma restrição à integração com os negros e índios, o que provocou a proliferação de mestiços no Brasil. Além disso, os portugueses tinham grande capacidade de adaptação a novas con-

dições climáticas – resultado talvez da própria variação climática da Península Ibérica, cujo clima é muito mais seco (tipo africano) que úmido (tipo europeu).

O desenvolvimento cultural do Brasil, nossas instituições, usos e costumes estão profundamente influenciados pela cultura portuguesa, praticamente transplantada para o Brasil e modificada ao sabor das condições locais.

Outro grupo que pertence à raça branca e que muito atuou no Brasil desde os tempos coloniais foram os judeus. Os judeus portugueses, convertidos ao cristianismo e por isso chamados de **cristãos-novos**, vieram ao Brasil para integrar-se no setor comercial do açúcar. Aqui, foram pouco perseguidos pelos Tribunais da Inquisição. As visitas do Santo Ofício ao Brasil consideravam muito levemente seus deslizes religiosos (ao contrário do Santo Ofício na Península Ibérica). Muitos deles integraram-se no setor da produção de açúcar, até mesmo por meio de casamento com as melhores **famílias fidalgas** vindas do Reino.

4. A ESPECIALIZAÇÃO

A última característica geral da nossa economia foi o fato de ela ter sido caracterizada por períodos ou fases, nos quais sobressai um “produto-rei ou chave”. Tais períodos econômicos, apesar de terem sido chamados de ciclos econômicos, na realidade não se configuram precisamente como tais, na medida em que são fases estanques com predominância de um produto básico para exportação. É nesse tocante que se assemelham a um ciclo econômico.

5. PAU-BRASIL

Durante o Período Pré-Colonial (1500-30), o extrativismo vegetal de pau-brasil constituiu o único objetivo de Portugal no Brasil. Essa exploração era um monopólio da Coroa (estanco), que o arrendava a particulares: estes utilizavam mão de obra indígena, remunerando-a com bugi-gangas. Em se tratando de uma atividade predatória e, portanto, itineran-

te, apoiada em feitorias (meros entrepostos para armazenagem do pau-brasil), a extração da madeira vermelha não chegou a promover o povoamento da colônia e, por outro lado, também não conseguiu impedir a presença de estrangeiros no litoral brasileiro.

6. O MUNDO DO AÇÚCAR

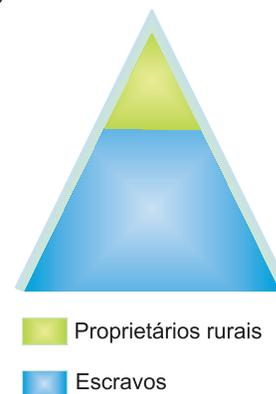
A partir de 1530, em razão da queda do comércio com os produtos das Índias e atendendo à necessidade de defender sua colônia americana, o governo luso decidiu efetivar a colonização do Brasil. A base econômica do empreendimento seria a produção de gêneros tropicais, visando à demanda externa. O produto escolhido foi o açúcar, que era de grande aceitação na Europa e que os portugueses já vinham produzindo nas ilhas do Atlântico (Açores, Madeira e Cabo Verde). No Brasil, as condições climáticas e o tipo de solo (massapê, em Pernambuco) favoreceram a lavoura canavieira. De grande importância foi a participação flamenca no financiamento, transporte, refinação e principalmente na comercialização do açúcar. Aliás, foram os holandeses que mais lucraram com a produção açucareira do Brasil.

Como parte do Sistema Colonial Tradicional (ou Antigo Sistema Colonial), o Brasil produziu açúcar em larga escala, apoiando-se em três elementos: mão de obra escrava, latifúndio e monocultura. A agroindústria do açúcar no Nordeste levou o Brasil à posição de maior produtor mundial em meados do século XVII, graças à associação de interesses luso-flamengos. Todavia, com o estabelecimento do domínio espanhol sobre Portugal (1580-1640) e a situação de guerra vigente entre Espanha e Holanda, aquela associação foi rompida e os holandeses invadiram o Brasil em 1624-25 e 1630-54. Expulsos, passaram a cultivar cana-de-açúcar nas Antilhas. Assim, na segunda metade do século XVII, o Brasil perdeu a hegemonia na produção mundial de açúcar — fato que assinalou a decadência econômica do Nordeste.

7. ATIVIDADES SUBSIDIÁRIAS – PECUÁRIA

É provável que as primeiras cabeças de gado bovino tenham sido introduzidas no Brasil, em 1534, por D. Ana Pimentel, esposa e procuradora de Martim Afonso de Sousa. Mais tarde, o governador-geral Tomé de Sousa reservou uma de suas caravelas para transportar gado bovino. Como atividade complementar à empresa açucareira, o gado forneceu alimento, força motriz e meio de transporte. A irradiação das fazendas de gado, a partir de Pernambuco e Bahia, foi particularmente beneficiada pelo êxito da agroindústria do açúcar; pelas proibições metropolitanas de criar gado na faixa litorânea; pela existência, no interior, de terras desocupadas, de vias fluviais, “lambedouros” (sal-gema) e vegetação favorável. Nas grandes fazendas de gado, foi utilizado o trabalho escravo africano e, nas demais, a mão de obra livre do elemento indígena.

SOCIEDADE COLONIAL AÇUCAREIRA – SÉCULO XVII



8. LAVOURA DE SUBSISTÊNCIA

Como a pecuária, a lavoura de subsistência foi uma projeção da empresa agrícola canavieira, fornecendo alimento para a população dos engenhos. Essa atividade foi estimulada pela metrópole e praticada por escravos, o que justifica o desinteresse dos fazendeiros e as crises de fome no Período Colonial. A mandioca, o milho e o feijão, culturas de origem indígena, foram as espécies que se desenvolveram na colônia.

9. CRONOLOGIA

1502 – Contrato entre a Coroa portuguesa e Fernando de Noronha para a exploração comercial de pau-brasil e escravos.

1533 – Fundação do Engenho do Governador ou dos Erasmos, em São Vicente, por Martim Afonso de Sousa.

1534 – Introdução do gado na capitania de São Vicente.

1535 – Primeiro engenho de açúcar em Olinda.

1538 – Chegada ao Brasil dos primeiros escravos africanos.

1568 – Início do tráfico regular de escravos negros para o Nordeste do Brasil.

1614 – Estabelecimento da primeira feira de gado na Bahia.

1640 – Edital de Maurício de Nassau proibindo a produção do açúcar sem

o plantio paralelo da mandioca.

1642 – Decreto do monopólio do tabaco em favor da Coroa.

1649 – Criação da Companhia Geral de Comércio do Brasil.

1652 – Apogeu das exportações de açúcar no Período Colonial.

1655 – Proibição da extração de sal em qualquer parte do Brasil.

1682 – Criação da Companhia Geral de Comércio do Estado do Maranhão.

MÓDULO 15

Invasões no Brasil Colonial

1. UNIÃO IBÉRICA (1580-1640)

Em 1578, o jovem rei D. Sebastião I morreu lutando contra os mouros, em Alcácer Quebir, no norte da África, desencadeando uma crise sucessória. O trono luso ficou com seu tio-avô, o cardeal D. Henrique, que morreu em 1580, extinguindo-se a Dinastia de Avis. O parente mais próximo e com direitos à Coroa portuguesa era Filipe II, rei da Espanha, pertencente à Casa Real de Habsburgo, que ordenou ao duque de Alba a invasão de Portugal. Este rei contou com o apoio da nobreza e da burguesia portuguesas, oferecendo favores e riquezas do Império colonial espanhol da América. Apesar do domínio espanhol em Portugal, este manteve sua autonomia administrativa, mas foi atingido por uma grande decadência econômica. Outro desdobramento foi o fechamento dos portos ibéricos aos navios flamengos, até mesmo nas colônias, boicotando desta forma o comércio açucareiro. O boicote e o confisco dos navios flamengos acarretaram as invasões holandesas no Brasil e nas feitorias de escravos da África.

2. INVASÕES NO PERÍODO FILIPINO

□ A França equinocial (1612-1615)

Em 1612, Daniel de la Touche, senhor de La Ravardière, fundou a França equinocial, aproveitando os primeiros contatos estabelecidos por

seus conterrâneos, Jacques Rifaut e Charles des Vaux, que haviam chegado ao Maranhão em 1594, vítimas de um naufrágio. Essa nova colônia francesa teve duração efêmera. Em 1615, sob o comando de Jerônimo de Albuquerque, Diogo Moreno e Alexandre de Moura, os portugueses eliminaram a França equinocial.

□ Ataques ingleses

No final do século XVI, além dos franceses, devem-se mencionar os ataques de corsários ingleses, objetivando o saque puro e simples. Em 1583, Edward Fenton entrou em Santos, sendo repellido em seguida. Mais tarde, outro pirata inglês, Thomas Cavendish, ocupou Santos no Natal, repetindo a façanha em 1592. Anteriormente, o ataque comandado por Withrington e Lister em Salvador havia fracassado.

□ Invasões holandesas

As invasões holandesas na primeira metade do século XVII estão associadas à União Ibérica. Afinal, antes do domínio dos Habsburgos, as relações comerciais e financeiras entre Portugal e Holanda eram intensas. Entretanto, pouco antes de Filipe II tornar-se rei de Portugal, os Países Baixos iniciaram violenta guerra de independência, tentando libertar-se do jugo espanhol. Iniciada em 1568, essa guerra de libertação culminou com a União de Utrecht, sob a chefia de Guilherme de Orange. Em 1581, nasciam as Províncias Unidas dos Países Baixos, mas a guerra conti-

nuou. Assim que Filipe II assumiu o trono luso, proibiu o comércio açucareiro luso-flamengo. O embargo de navios holandeses em Lisboa provocou a criação de companhias privilegiadas de comércio. Entre 1609 e 1621, houve uma trégua, que permitiu a normalização temporária do comércio entre Brasil-Portugal e Holanda. Em 1621, terminada a trégua, os holandeses fundaram a Companhia de Comércio das Índias Ocidentais, cujo alvo era o Brasil. Começava a Guerra do Açúcar.

A primeira invasão foi na Bahia, realizada por três mil e trezentos soldados. Salvador foi ocupada sem muita resistência. O governador Diogo de Mendonça Furtado foi preso e a cidade, saqueada. A população fugiu para o interior, onde a resistência foi organizada pelo bispo D. Marcos Teixeira e por Matias de Albuquerque. Nessa conjuntura, os baianos receberam a ajuda de uma esquadra luso-espanhola (“Jornada dos Vassalos”) e, em maio de 1625, os holandeses foram expulsos.

A segunda invasão holandesa no Nordeste foi dirigida contra Pernambuco, uma capitania rica em açúcar e pouco protegida. Olinda e Recife foram ocupadas e saqueadas. A resistência foi comandada por Matias de Albuquerque, a partir do Arraial do Bom Jesus, e durante alguns anos impediu que os invasores ampliassem sua área de dominação. Mas a “traição” de Domingos Calabar alterou a situação.

Entre 1637 e 1644, o Brasil holandês foi governado pelo conde Maurício de Nassau-Siegen, que expandiu o domínio holandês do Nordeste até o Maranhão e conquistou Angola (fornecedora de escravos). Porém, em 1638, fracassou ao tentar conquistar a Bahia. Quando Portugal restaurou sua independência e assinou a Trégua dos Dez Anos com a Holanda, Nassau continuou administrando o Brasil holandês de forma exemplar. Urbanizou Recife, fundou um zoológico, um observatório astronômico e uma biblioteca, construiu jardins e palácios e promoveu a vinda de artistas e cientistas para o Brasil. Além disso, adotou a tolerância religiosa e

dinamizou a economia canavieira. Sua política granjeou-lhe o apoio da aristocracia local, mas entrou em choque com os objetivos da Companhia das Índias Ocidentais. Em 1644, Nassau demitiu-se. Nesse ínterim, os próprios brasileiros organizaram a luta contra os flamengos, com a Insurreição Pernambucana. Os líderes foram André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira, Henrique Dias (negro) e o índio Filipe Camarão. Em 1648 e 1649, as duas batalhas de Guararapes foram vitórias dos nativos. Em 1652, o apoio oficial de Portugal e as lutas dos holandeses na Europa contra os ingleses, em decorrência dos prejuízos causados pelos

Atos de Navegação de Oliver Cromwell, levaram os holandeses à Capitulação da Campina do Taborda. Expulsos do Brasil, os holandeses foram desenvolver a produção de açúcar nas Antilhas, contribuindo para a crise do complexo açucareiro nordestino. Mais tarde, Portugal e Holanda firmaram o Tratado de Paz de Haia (1661), graças à mediação inglesa. Segundo tal tratado, a Holanda recebia uma indenização de 4 milhões de cruzados e a cessão pelos portugueses das ilhas Molucas e do Ceilão, recebendo ainda o direito de comerciar com maior liberdade nas possessões portuguesas, em razão da perda do **Brasil holandês**.

3. CRONOLOGIA

1578 – Morte do rei D. Sebastião na Batalha de Alcácer Quebir, na África.

1580 – Morte do cardeal-rei D. Henrique; extinção da Dinastia de Avis e início da União Ibérica (Domínio Filipino).

1588 – Derrota da “Invencível Armada”.

1591 – Thomas Cavendish saqueia Santos e São Vicente.

1595 – James Lancaster saqueia o Recife.

1621 – Criação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais.

1624 – Invasão holandesa na Bahia.

1630 – Invasão holandesa em Pernambuco.

1637 – Início do governo de Nassau; Pedro Teixeira sobe o Rio Amazonas até Quito.

1640 – Fim da União Ibérica (Restauração Portuguesa); expulsão dos jesuítas de São Paulo.

1645 – Início da Insurreição Pernambucana contra os holandeses.

1649 – Criação da Companhia Geral de Comércio do Brasil.

1651 – Fim da Trégua dos Dez Anos entre Portugal e Holanda.

1654 – Expulsão dos holandeses do Brasil.

1606 – Destruição das reduções do Guairá por Manuel Preto e Antônio Raposo Tavares.

1612 – Fundação da França equinocial.

1602 – Criação da Companhia Holandesa das Índias Orientais.

MÓDULO 16

Expansão Territorial e Tratados de Limites



1. BANDEIRISMO

As bandeiras, tradicionalmente definidas como expedições particulares, em oposição às entradas, de caráter oficial, contribuíram, decisivamente, para a expansão territorial do Brasil Colônia. A pobreza de São Paulo, decorrente do fracasso da lavoura canavieira no século XVI, a possibilidade da existência de metais preciosos no interior e, particularmente, a necessidade de mão de obra para o açúcar nordestino, durante a União Ibérica, levaram os paulistas a organizar a caça ao índio, o bandeirismo de contrato e a pesquisa mineral.

❑ O ciclo da caça ao índio

Inicialmente, a caça ao índio (preação) foi uma forma de suprir a carência de mão de obra para a prestação de serviços domésticos aos próprios paulistas. Logo, porém, transformou-se em atividade lucrativa, destinada a complementar as necessidades de braços escravos, bem como para a triticultura paulista. Na primeira metade do século XVII, os vicentinos realizaram incursões, principalmente contra as reduções jesuíticas espanholas, resultando na destruição de várias missões, como as do Guairá, Itatim e Tape, por Antônio Raposo Tavares. Nesse período, os holandeses, que haviam ocupado uma parte do Nordeste

açucareiro, também conquistaram feitorias de escravos negros na África, aumentando a escassez de escravos africanos no Brasil.

❑ O ciclo do bandeirismo de contrato

A ação de bandeirantes paulistas contratados pelo governador-geral ou por senhores de engenho do Nordeste, com o objetivo de combater índios inimigos e destruir quilombos, corresponde a uma fase do bandeirismo na segunda metade do século XVII. O principal acontecimento desse ciclo de bandeiras foi a destruição de um conjunto de quilombos situados no Nordeste açucareiro, conhecido genericamente como Palma-

res, destacando-se nesse episódio o bandeirante paulista Domingos Jorge Velho.

❑ Grande ciclo do ouro e dos diamantes

Inicialmente, os vicentinos dedicaram-se ao chamado ouro de lavagem, localizado nos arredores de São Paulo e em Iguape, Paranaguá, Curitiba e Santa Catarina. Entretanto, a atuação das bandeiras paulistas, em busca das minas e dos metais preciosos, foi estimulada pela crise da lavoura canavieira e pela Coroa portuguesa no final do século XVII. Nessa época, foi descoberto ouro em Minas Gerais por Antônio Rodrigues Arzão. Com isso, iniciaram-se a ocupação e o povoamento na área mineradora dos atuais Estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

2. A EXPANSÃO OFICIAL

Entende-se por expansão territorial oficial o processo de anexação e ocupação de vastíssimas áreas promovido pela Metrópole.

O ponto de partida dessa expansão oficial foi a luta contra os franceses na época da fundação da França Antártica (1555/1567). Contudo, a fase mais importante de ampliação territorial coordenada pela Metrópole ocorreu durante o Domínio Filipino (1580/1640).

Durante o século XVI e início do século XVII, a competição entre as metrópoles europeias para a aquisição de colônias no Novo Mundo, particularmente aquelas nações marginalizadas pelo Tratado de Tordesilhas, resultaria na tentativa de ocupação de território na América, e o Brasil tornou-se um dos principais alvos, durante o longo período de dominação espanhola. Temendo a perda de parte da Colônia, a Coroa viu-se obrigada a expulsar os invasores e criar núcleos de povoamento nas regiões atingidas.

❑ Luta contra os ingleses

O ano de 1530 marca a entrada de comerciantes e navegadores da

Inglaterra no Atlântico Sul (William Hawkins): um comércio regular estabeleceu-se com as regiões da África Ocidental e do Nordeste do Brasil; era um comércio ilícito que se desenvolveu diretamente com os índios, mas de pequena monta. Posteriormente, os ingleses operaram associando-se a comerciantes portugueses.

As incursões armadas dos ingleses constituíram episódios de luta pelo comércio livre, contra o monopólio (Pacto Colonial) que os países ibéricos estabeleceram em relação às suas colônias. Até a União das Coroas Peninsulares, o porto de Lisboa fora o grande empório comercial da Europa com referência aos produtos coloniais, posteriormente distribuídos pelos navios mercantes holandeses e ingleses. Mas as proibições dos reis espanhóis, após 1580, a qualquer comércio que não fosse português ou espanhol alteraram, qualitativamente, a situação.

Os ingleses limitavam-se a assaltos de piratas e corsários, embora as primeiras tentativas estivessem ligadas às pretensões do candidato ao trono Prior do Crato, apoiadas pela Inglaterra e França.

Em 1583, dois galeões de guerra, sob o comando de Eduardo Fenton, entraram em Santos, alegando a morte de Filipe II e a posse de D. Antônio, Prior do Crato. Mas nada conseguiram dos vicentinos, e naus espanholas puseram um galeão a pique.

Entretanto, no Natal de 1581, Thomas Cavendish, comandando três de seus navios, tomou Santos de surpresa e a saqueou.

Em 1595, nova expedição encaminhou-se contra Recife, sob o comando de James Lancaster, resultando em êxito total.

❑ Conquista das regiões setentrionais

A conquista da Paraíba: ao tempo da “União Peninsular”, o povoamento apenas alcançava as capitâncias hereditárias de Itamaracá.

Os poucos colonos da Paraíba, depois de manter boas relações com os índios do interior, acabaram rompendo com eles; os franceses entendiam-se, no entanto, com os índios do litoral, com quem traficavam.

- Alguns navios espanhóis, embarcações portuguesas e forças pernambucanas que seguiam por terra empreenderam a conquista da Paraíba em 1584, tendo como consequência a fundação da terceira cidade do Brasil, Filipeia.

- A conquista do Rio Grande do Norte: era o último reduto francês, cujos elementos estavam profundamente ligados aos indígenas potiguares, até mesmo pelo cruzamento racial.

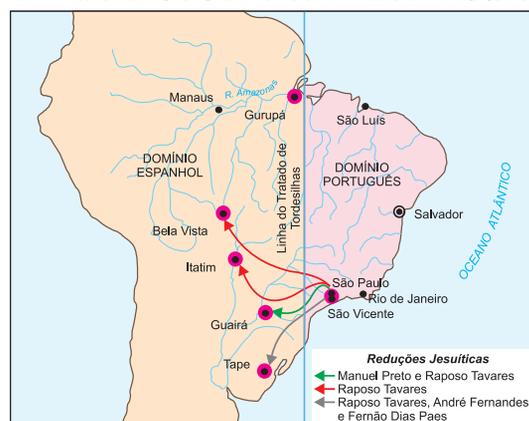
Os franceses foram expulsos após a derrota de 1597, fundando-se nesse mesmo ano o Forte dos Reis Magos (atualmente Natal), que se tornou o núcleo de ocupação da região.

- A conquista do Ceará: a costa era frequentada por franceses. A tentativa de Pero Coelho falhou, pois apreendeu índios tabajaras e potiguares, levando-os para o trabalho forçado nos engenhos da Paraíba e Pernambuco. Ao voltar para o Ceará em 1606, teve de retirar-se em péssimas condições.

A conquista definitiva do Ceará foi realizada por Martim Soares Moreno, iniciando o povoamento em 1611.

- A conquista do Grão-Pará: Alexandre de Moura encarregou Francisco Caldeira de Castelo Branco do acossamento de um ponto

EXPANSÃO TERRITORIAL PROVOCADA PELO BANDEIRISMO



Indicações das principais bandeiras no período de colônia, indicando a ultrapassagem da linha de Tordesilhas.

vizinho da foz do Amazonas. A fundação do Forte do Presépio em 1616, origem de Nossa Senhora do Belém, foi o resultado obtido com a expedição marítima comandada por Caldeira de Castelo Branco.

- A conquista da Amazônia: a foz do Amazonas estava ocupada por holandeses e ingleses. Montaram feitorias e pequenos estabelecimentos militares. O comércio que se estabeleceu compreendia a produção extraída da floresta.

Muitas foram as lutas dos colonos contra os indígenas na região, destacando-se Pedro Teixeira. Na verdade, a devastação da Amazônia é resultado da atividade das “tropas de resgate”, expedição de apresamento de índios, que subiam os rios em canoas, sob a alegação de “guerra justa” que, na verdade, era deliberadamente provocada. A posse da maior parte da Bacia Amazônica deve-se às lutas contra os estrangeiros, às tropas de resgate e às missões de religiosos. Finalmente, em 1637, é enviada uma expedição comandada por Pedro Teixeira a fim de tomar posse, para Portugal, da maior extensão de terras que fosse possível, o que contrariava as disposições do Tratado de Tordesilhas, abandonado desde 1637 pelo próprio rei Filipe IV, ao criar a capitania hereditária do Cabo Norte (Amapá) para um português.

❑ A fundação da Colônia do Sacramento

Este acontecimento está diretamente vinculado à importância comercial da região: por um lado, a velha ideia dos portugueses de expandir a colonização até a região do Prata e, por outro, o interesse econômico da Inglaterra visando criar uma “ponta de lança” para o contrabando na região platina, o que possibilitaria a hegemonia comercial britânica em territórios hispano-americanos. Efetivamente, a Colônia é fundada em 1680 por D. Manuel Lobo, a serviço de Portugal, o que acabou acarretando profundos debates diplomáticos que se estenderam até o princípio do século XIX.

3. OS TRATADOS DE LIMITES NO SUL

A expansão territorial do Brasil atingiu seu ponto alto nos séculos XVII e XVIII, com a ocupação de territórios que pertenciam à Espanha. Esse fato iria repercutir nas relações diplomáticas dos dois países ibéricos, dando origem a uma série de tratados de limites.

A separação dos domínios ibéricos na América havia sido estabelecida em 1494 com a assinatura do Tratado de Tordesilhas. Entretanto, o Meridiano de Tordesilhas tornou-se inoperante durante o Domínio Filipino, permitindo as penetrações portuguesas em regiões muito além dos limites fixados por Tordesilhas.

Com a restauração da Monarquia portuguesa em 1640, o problema de limites dos domínios ibéricos volta a existir. Até 1750, tanto portugueses quanto espanhóis procuraram ocupar terras em direção à região dominada pelo outro. Já no século XVII, para garantir os domínios portugueses na América e evitar penetrações espanholas nas terras brasileiras, Portugal fundou, em 1680, a Colônia do Sacramento. Em 1681, era assinado o primeiro tratado diplomático entre Portugal e Espanha a respeito da Colônia do Sacramento.

No século XVIII, eclodiu na Espanha a Guerra de Sucessão: disputavam o trono espanhol o duque de Anjou e o arquiduque Carlos de Habsburgo, que contava com o apoio da Inglaterra, do Sacro Império e da Holanda. Portugal, durante a guerra, manteve-se neutro. Terminada esta, reconheceu seu vencedor, o duque de Anjou, como rei da Espanha, com o nome de Filipe V. O resultado foi a assinatura do Tratado de Utrecht (1715) entre os dois países. A Espanha reconhecia, definitivamente, a permanência dos portugueses na Colônia do Sacramento. Porém, os atritos na região platina entre portugueses e espanhóis continuaram. Em 1750, foi celebrado o Tratado de Madri. A atuação do brilhante diplomata luso-brasileiro Alexandre de Gusmão, defendendo o princípio do *uti possidetis* (soberania

portuguesa sobre todos os territórios da América ocupados por colonos do Reino), foi de extrema importância para a conquista de um território três vezes maior do que aquele fixado pelo Tratado de Tordesilhas. Contudo, a condição exigida pelos espanhóis para aceitarem o princípio do *uti possidetis* foi o domínio da Colônia do Sacramento. Mas, em troca, a Espanha cedeu o território dos Sete Povos das Missões.



Sete Povos das Missões e Sacramento foram as principais áreas de litígio dos tratados ibéricos posteriores a 1640.

As demarcações do Tratado de Madri foram aceitas quase em sua totalidade, exceto pelos jesuítas da Região dos Sete Povos. Quando as tropas de demarcação se aproximaram, os índios guaranis, insuflados pelos missionários, repeliram-nas violentamente. Foi a Guerra Guaranítica. Em decorrência desse fato, foi assinado, em 1761, o Tratado ou Convênio do Pardo, que anulava a cláusula do tratado anterior referente ao Sul.

Com a ascensão de D. Maria I ao trono, portugueses e espanhóis resolveram retomar as discussões sobre as fronteiras na região platina. Em 1777, foi assinado o Tratado de Santo Ildefonso, que outorgava à Espanha direitos de soberania sobre a Colônia do Sacramento e a Região dos Sete Povos das Missões. Mesmo após a assinatura do Tratado de 1777, colonos brasileiros permaneceram na Região dos Sete Povos e sua presença ocasionou a assinatura do Tratado de Badajós (1801).

O território dos Sete Povos seria incorporado aos domínios lusitanos.

4. CRONOLOGIA

1578 – Morte do rei D. Sebastião na batalha de Alcácer Quebir, no Marrocos.

1580 – Morte do cardeal-rei D. Henrique; extinção da Dinastia de Avis e início da União Ibérica (Domínio Filípino).

1588 – Derrota da “Invencível Armada”.

1591 – Thomas Cavendish saqueia Santos e São Vicente.

1595 – James Lancaster saqueia o Recife.

1602 – Criação da Companhia Holandesa das Índias Orientais.

1606 – Destruição das reduções

jesuíticas de Guairá por Manuel Preto e Antônio Raposo Tavares.

1612 – Fundação da França equinocial.

1621 – Criação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais.

1624 – Invasão holandesa na Bahia.

1630 – Invasão holandesa em Pernambuco.

1637 – Início do governo de Nassau; Pedro Teixeira sobe o Rio Amazonas até Quito.

1640 – Fim da União Ibérica (Restauração Portuguesa).

1642 – Criação do Conselho Ultramarino.

1645 – Início da Insurreição Pernambucana.

1649 – Criação da Companhia Geral de Comércio do Brasil.

1651 – Fim da Trégua dos Dez Anos com a Holanda.

1654 – Expulsão dos holandeses do Brasil.

1693 – Descoberta de ouro em Minas Gerais pelo paulista Antônio Rodrigues Arzão.

1695 – Destruição final do Quilombo dos Palmares por expedição de Domingos Jorge Velho.

1715 – Tratado de Utrecht.

1750 – Tratado de Madri.

1761 – Convênio de El Pardo.

1777 – Tratado de Santo Ildefonso.

1801 – **Tratado de Badajós.**

MÓDULO 17

Restauração e Movimentos Nativistas

1. CARACTERIZAÇÃO GERAL

Trata-se de movimentos políticos caracterizados pela repulsa aos abusos do fiscalismo português, que provinham do próprio enriquecimento do Pacto Colonial e ocorreram entre meados do século XVII e princípios do XVIII.

Tais movimentos não constituíram uma contestação ao domínio português como um todo. Eclodiram revoltas ou conflitos regionais contra aspectos isolados do colonialismo, principalmente após 1640, quando a “relativa harmonia” entre os interesses da aristocracia rural local e os da Metrópole foi-se rompendo, à medida que endurecia a política portuguesa. A Insurreição Pernambucana (1645-54) contribuiu para o advento desses movimentos, visto que durante essa revolta houve divergência entre os interesses dos colonos e os objetivos da Metrópole. Por essa razão, os movimentos nativistas estão menos relacionados com um ideal emancipacionista, ligando-se mais a um sentimento de defesa de interesses locais ou regionais.

2. PRINCIPAIS MOVIMENTOS

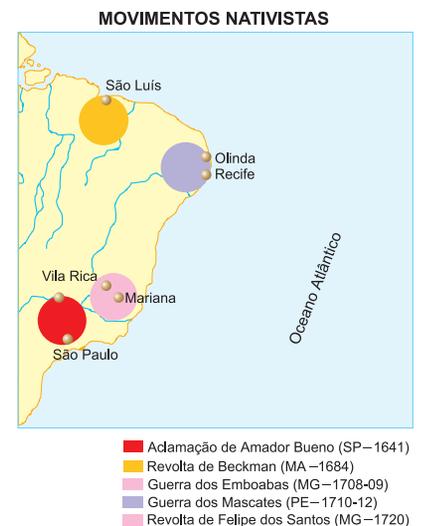
Cada movimento nativista possui um fator específico, de característi-

cas locais ou regionais, que atua como elemento causal.

Na **Aclamação de Amador Bueno da Ribeira**, em março de 1641, como “rei de São Paulo”, houve uma divergência entre clãs locais (Garcia-Pires, “portugueses”, e Camargos, “espanhóis”) ante a notícia da Restauração em Portugal. Este fato fora interpretado como uma ameaça aos interesses “espanhóis” na região. Mais tarde, evidenciou-se a tensão entre jesuítas e bandeirantes, em virtude da escravidão indígena, ocorrendo então a Botada dos Padres para Fora, por parte dos colonos de São Paulo. Este episódio repetir-se-ia no Pará e, em 1684, no Maranhão.

Na **Revolta do Rio de Janeiro** (1660-61), o movimento ocorreu em razão de forte política fiscalista aplicada pelo governador português Salvador Correia de Sá e Benevides. Seu líder foi Jerônimo Barbalho, que, após ter deposto o governador por causa da decretação de novos tributos, foi preso e executado. Na **Revolta de Nosso Pai**, em Pernambuco (1664-65), também houve uma rebelião local contra o governador português Jerônimo de Mendonça Furtado, alcunhado “Xumberga”, acusado de corrupção e de ser coniven-

te com os franceses. Na realidade, nesse acontecimento já havia indícios da rivalidade entre Olinda e Recife.



Na **Revolta de Beckman**, no Maranhão, em 1684, mais uma vez ficou evidente a divergência de interesses entre os colonos locais, representados pelos irmãos Beckman (Manuel e Tomás), e a Companhia Geral de Comércio do Estado do Maranhão, que detinha o monopólio do comércio e da introdução de escravos africanos. A rebelião ocorreu contra os abusos da Companhia de Comércio, que não cumpriu os acordos feitos com os colonos, e

contra a Companhia de Jesus, que se opunha à escravidão indígena.

Outro movimento nativista foi a **Guerra dos Emboabas**, em Minas Gerais (1708-09), com a rivalidade entre os paulistas e os “emboabas” forasteiros, principalmente portugueses, que acabavam sendo protegidos pelo órgão do governo colonial, pois recebiam o monopólio de diversos ramos comerciais. O movimento eclodiu em face de diversos incidentes, nos quais sempre havia de um lado elementos paulistas e do outro os emboabas.

Em 1720, novamente na região de Minas Gerais, em Vila Rica, ocorreu a **Revolta de Felipe dos Santos**, outra rebelião contra os abusos do fiscalismo português, caracterizados pela elevação dos impostos decretada pelo governador Conde de Assumar. A revolta dos mineradores reivindicava a redução dos impostos, a abolição dos monopólios exercidos pelos portugueses e a extinção das Casas de Fundição.

Um dos mais famosos movimentos nativistas foi a **Guerra dos Mascates** (1710-12), em Pernam-

buco, cuja causa geral básica foi a rivalidade entre os senhores de engenho de Olinda e os comerciantes portugueses do Recife, apelidados de “mascates”. Estes últimos eram apoiados pelo governador Sebastião de Castro Caldas. O conflito irrompeu quando Recife foi elevado à categoria de vila, o que favorecia o grupo português. Ao terminar o movimento, em 1712, Recife passava a ser cidade e capital de Pernambuco, o que acentuou ainda mais a rivalidade da aristocracia pernambucana contra os portugueses.

3. CRONOLOGIA

1580-1640 – União Ibérica.

1640 – Restauração Portuguesa.

1641 – Aclamação de Amador Bue-

no como “rei de São Paulo”.

1645 – Insurreição Pernambucana.

1660 – Revolta do Rio de Janeiro.

1664 – Revolta de Nosso Pai.

1684 – Revolta de Beckman.

1708 – Guerra dos Emboabas.

1710 – Guerra dos Mascates.

1720 – Revolta de Felipe dos Santos.

MÓDULO 18

Economia Mineradora



1. INTRODUÇÃO

O ouro desempenhou um importante papel na economia da Idade Moderna, pois o mercantilismo era fundamentalmente metalista, isto é, considerava os metais preciosos amoeáveis (ouro e prata) a base da riqueza de um país.

No Brasil, a extração regular de ouro teve início no século XVIII, visto que a descoberta das primeiras grandes jazidas só se verificou no final do século anterior. Entretanto, já em fins do século XVI, fora explorado na capitania de São Vicente, o chamado ouro de lavagem, cuja baixa rentabilidade logo o fez ser abandonado.

2. A IDADE DO OURO NO BRASIL

O grande centro minerador do Brasil Colônia foi Minas Gerais, mas houve também duas outras áreas importantes: Mato Grosso e Goiás. Como o ouro explorado era de origem aluvional – e, portanto, superficial –,

as jazidas se esgotaram rapidamente.

O primeiro imposto a ser cobrado sobre o ouro foi o tradicional quinto, substituído mais tarde pela capitação (imposto cobrado sobre o número de escravos empregados na mineração) e, finalmente, pela finta (cobrança do quinto com base em uma estimativa da produção aurífera de Minas Gerais). O atraso no pagamento da finta fez com que a Metrópole instituisse a derrama; esta consistia na cobrança forçada dos quintos atrasados, aplicada compulsoriamente a todos os colonos – mesmo àqueles que não estivessem ligados diretamente à atividade mineradora.

Em razão da crescente dependência econômica lusa em relação à Inglaterra a partir da Restauração Portuguesa de 1640, o ouro brasileiro acabou sendo canalizado para Londres, sem ter contribuído para a prosperidade de Portugal.

No decorrer do século XVIII, o Brasil tornou-se também produtor de diamantes, valorizadíssimos, porque até então só eram encontrados na Ín-

dia. Aberta inicialmente a quaisquer particulares, a exploração diamantífera passou para o regime de contratação (arrendamento concedido pela Coroa), substituído mais tarde pela Real Extração. A área de ocorrência dos diamantes veio a constituir o Distrito Diamantino, submetido a uma administração especial.

A formação social da mineração, embora também tivesse base escravista, diferenciava-se da sociedade do açúcar sob vários aspectos: era essencialmente urbana, apresentava mobilidade, possuía maior poder aquisitivo, contava com uma significativa camada intermediária e sua elite era intelectualmente mais evoluída que a aristocracia rural tradicional.

A mineração trouxe importantes consequências para o Brasil Colônia: interiorização do povoamento, expansão territorial, deslocamento do eixo econômico do Nordeste para o Centro-Sul, transferência da capital para o Rio de Janeiro e florescimento cultural em Minas Gerais.

3. CRONOLOGIA

1693– Descoberta do ouro em Minas Gerais por Antônio Rodrigues.

1700– Descoberta das minas em Sabará por Borba Gato.

1719– Descoberta de ouro em Cuiabá; criação das casas de fundição.

1725– Descoberta de ouro em Goiás.

1729– Descoberta de diamantes em Minas Gerais.

1733– Demarcação do Distrito Diamantino.

1735– Substituição do quinto pela capitação.

1740– Instituição do regime de contratação de diamantes.

1751– Fim da capitação e restabelecimento do quinto, cobrado pelo regime de fintas (cobranças por estimativa).

1765– Instituição da derrama.

1771– Criação da Real Extração de Diamantes.

MÓDULO 19

Ilustração e Reformas Pombalinas

1. INTRODUÇÃO

No início do século XVIII, enquanto as práticas despóticas do absolutismo continuavam sendo aplicadas na Europa, a Revolução Industrial e suas transformações decorrentes provocaram profundas mudanças no plano do capitalismo comercial, inaugurando o capitalismo industrial e novas teorias alicerçadas no liberalismo.

Na França, a estrutura do Antigo Regime ainda sustentava os Bourbons, impedindo qualquer mudança na sociedade. Foi nesta conjuntura que surgiram, na segunda metade do século XVIII, vários pensadores que provocaram com suas ideias uma revolução intelectual de grande importância na história do pensamento moderno. Suas ideias eram caracterizadas pelo uso da razão, rejeitando as tradições e buscando sempre uma explicação racional para todas as coisas. As novas ideias faziam numerosos adeptos, que se julgavam “iluminados” por elas, o que deu origem a um movimento que foi conhecido pelo nome de Iluminismo ou Ilustração.

Ao mesmo tempo em que os filósofos e os economistas procuravam novos meios para dar felicidade aos homens, faziam um ataque violento contra as injustiças, a intolerância religiosa e os privilégios.

Em vários países, os monarcas puseram em prática alguns princí-

pios do pensamento ilustrado, promovendo reformas no Estado absolutista. Na França, berço dos filósofos modernos, o agravamento da crise do Antigo Regime e a inexistência de reformas resultaram na mais violenta das revoluções burguesas: a Revolução Francesa.

❑ Princípios fundamentais

Durante o século XVIII, o progresso dos estudos científicos e as numerosas invenções ocorridas durante a Revolução Industrial despertaram o interesse pelos estudos sociais, políticos e econômicos. Na França, vários princípios que foram tidos como indiscutíveis até o século XVII e que constituíram o Antigo Regime, tais como o absolutismo de direito divino, os privilégios das ordens sociais, a intolerância religiosa e os monopólios, passaram a ser questionados.

A filosofia iluminista estava voltada para o estudo da natureza e da sociedade. O uso da razão era considerado indispensável. Como o homem fazia parte da natureza, concluía-se que Deus acabava por estar presente no coração do próprio homem, tornando-se a Igreja uma instituição dispensável e sendo suficiente ao homem uma vida piedosa e cheia de virtudes.

Os iluministas defendiam a teoria de que os homens eram iguais perante a natureza, sendo as desigualdades provocadas pelos homens e pela sociedade. Como existiam leis para regular os fenômenos da natu-

reza, assim também as relações entre os homens eram reguladas por leis naturais. O meio no qual o homem vivia era responsável pelo fato de haver diferenças sociais.

A modificação da sociedade se impunha e, para atingi-la, era necessário: promover a igualdade aos homens, a liberdade de expressão e a tolerância religiosa; reagir contra a brutalidade, a escravidão e a injustiça.

❑ Principais filósofos

Podemos dividir os filósofos em dois grupos: os que se ocuparam sobretudo dos problemas políticos, sociais e religiosos e os que procuraram uma maneira de aumentar a riqueza das nações, os economistas.

Os principais filósofos franceses foram Montesquieu, Voltaire, Rousseau e Diderot.

Montesquieu publicou, em 1721, *Cartas Persas*, nas quais satirizava os costumes e as instituições. Em 1748, publicou sua grande obra, *O Espírito das Leis*, dedicada ao estudo de diversas formas de governo. Dava grande destaque à monarquia inglesa, preconizando a separação dos poderes executivo, legislativo e judiciário, única forma capaz de garantir a liberdade.

Voltaire foi o mais destacado dos filósofos iluministas. Durante sua estada na Inglaterra, publicou as *Cartas Inglesas*. Elogiava as liberdades inglesas, atacando o absolutismo e a intolerância. Depois

de vagar pela Europa, fixou-se em Ferney, na França, em 1755, de onde exerceu extraordinária influência até sua morte. Seus discípulos espalharam-se pela Europa, divulgando suas ideias.

Rousseau, ao contrário de Voltaire e Montesquieu, monarquistas liberais, foi um democrata convicto. Suas ideias foram expostas num tratado de educação e, principalmente, no *Contrato Social*, sua obra máxima. Defendia a liberdade e a igualdade entre os homens, afirmando que o poder político repousava sobre o povo que era, portanto, o soberano máximo. Suas ideias foram seguidas por Robespierre e outros líderes da Revolução Francesa.

Diderot foi o responsável pela organização da grande *Enciclopédia*, obra em 35 volumes, que continha as novas ideias. O governo condenou a obra, proibindo sua divulgação em duas oportunidades. Diderot foi auxiliado por um matemático, D'Alembert, tendo como colaboradores a maior parte dos novos pensadores e escritores.

O liberalismo econômico

Essencialmente, os economistas pregavam a liberdade econômica, opondo-se rigidamente às regulamentações impostas pelo mercantilismo. A economia deveria ser dirigida pela natureza, não devendo haver qualquer intervenção do Estado. A predominância da natureza valeu-lhes a denominação de fisiocratas (governo da natureza).

Quesnay e Gournay foram os fundadores do fisiocratismo e seus grandes defensores. Afirmavam que a atividade verdadeiramente produtiva era a agricultura, sendo a indústria e o comércio considerados estérteis. Apesar de Gournay não ter escrito nenhum livro, suas ideias propagaram-se, devendo-se a ele o *laissez-faire, laissez-passer*, lema do liberalismo econômico.

Adam Smith, considerado o pai do liberalismo econômico, defendeu em sua obra-prima, *A Riqueza das Nações*, que o trabalho era conside-

rado a verdadeira fonte de riqueza, não a agricultura, como acreditavam os fisiocratas, nem o comércio, como defendiam os mercantilistas. O trabalho completamente livre, sem intervenções, criaria toda riqueza, guiado espontaneamente pela natureza.

2. O DESPOTISMO ESCLARECIDO

Estimulados pelos filósofos da Ilustração, numerosos príncipes buscaram pôr em prática as novas ideias, procurando governar de acordo com a razão, segundo os interesses do Estado, mas sem abandonar seu poder absoluto. Esta aliança de princípios filosóficos e poder monárquico deu origem a um regime típico do século XVIII: o despotismo esclarecido.

Na Prússia, Frederico II (1740-1786), rei filósofo e discípulo de Voltaire, indiferente à religião, concedeu liberdade de culto. Estimulou o ensino básico, tendo ele mesmo baixado o princípio de instrução primária obrigatória para todos. Apesar de os jesuítas estarem sendo expulsos de quase todos os países da Europa pelas suas ligações com o Papado, atraiu-os por causa de suas qualidades de educadores. A tortura foi abolida e um novo código de justiça, organizado. Exigia obediência total às ordens, mas concedia liberdade de expressão. Procurou estimular a economia, adotando medidas protecionistas contrárias às ideias iluministas e preservando, assim, a ordem social existente. A Prússia permaneceu em estado feudal, com servos sujeitos à classe dominante dos proprietários, chamados *junkers*.

Catarina II (1762-1769) atraiu os filósofos franceses à sua Corte, mantendo com eles correspondência regular. Anunciou grandes reformas que jamais realizou, apesar de ter concedido liberdade religiosa e de se preocupar em desenvolver a educação das altas classes sociais. O essencial permaneceu como era, ou melhor, foi agravado, pois a servidão não foi abolida e os direitos dos proprietários sobre os servos da terra foram aumentados, incluindo até mes-

mo a condenação à morte. Melhorou a administração e estimulou a colonização da Rússia meridional, na Ucrânia e no Volga. Talvez o resultado único de sua política tenha sido a polidez da alta sociedade russa, completamente afrancesada nos usos e costumes.

José II (1780-1790), da Áustria, foi o tipo mais bem acabado do despotismo esclarecido. Fez numerosas reformas ditadas pela razão: aboliu a escravidão; deu igualdade a todos perante a lei; uniformizou a administração em todo o Império; deu liberdade de culto e direito de emprego aos católicos. Houve reações às suas reformas na Hungria e um levante dos belgas nos Países Baixos.

Na Espanha, o ministro Aranda pôs em execução uma série de reformas: o comércio foi liberado internamente; a indústria de luxo e tecidos de algodão foi estimulada; a administração foi dinamizada com a criação de intendentess, que fortaleceram o poder do rei Carlos III.

Em Portugal, o Marquês de Pombal, ministro de D. José I, fez numerosas reformas que o colocaram entre os principais déspotas: a indústria de vinho, peixes, diamantes, seda e chapéus cresceu; o comércio passou a ser controlado por companhias que detinham o monopólio comercial nas regiões coloniais; a agricultura da cana e da videira foi estimulada; a nobreza e o clero foram perseguidos com o objetivo de fortalecer o poder real.

3. AS REFORMAS POMBALINAS

Pombal, na qualidade de secretário de Estado do rei D. José I, tornou-se o "homem forte" do governo, aproveitando-se do enfraquecimento do absolutismo português, da desorganização político-administrativa do reino, da situação privilegiada da nobreza com interesses ultramarinos, da influência da Igreja sobre o trono luso, particularmente da ordem dos jesuítas e, no plano externo, do domínio exercido pela Inglaterra.

As primeiras medidas adotadas por Pombal voltaram-se para as questões relativas à reorganização do Estado e do comércio português.

“Neste plano iniciou a chamada política das companhias, protegendo os grandes empresários metropolitanos contra o comércio livre. Criou para isso organizações monopolistas, espécies de sociedades por ações, abertas à participação tanto de nacionais como de estrangeiros, e às quais ficavam entregues a autoridade e a iniciativa do comércio de certos gêneros ou em determinadas regiões. Assim, defendendo o grande negociante, criou em 1753 a Companhia da Ásia; em 1755 a Companhia do Grão-Pará e Maranhão; em 1756 a Companhia da Pesca da Baleia e a Companhia da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro; e em 1759 a Companhia de Pernambuco e Paraíba. Efetivamente tal política monopolista combateu o pequeno comércio, estrangulando seu crédito e perseguindo os comissários volantes, ativos e numerosos, que negociavam com o Brasil.”

(MARANHÃO, Ricardo. *Brasil: História – texto & consulta*. São Paulo: Brasiliense, 1976. v. 1.)

A política econômica mercantilista empreendida por Pombal não poupou a Companhia de Jesus, e o envolvimento dos jesuítas num atentado contra o rei foi utilizado como pretexto para a expulsão dos inicianos de Portugal e do Brasil. Com isso, as missões foram secularizadas, sendo criado o ensino leigo na Colônia.

Além das companhias de comércio já mencionadas, Pombal criou o estanco dos diamantes, e a exploração dessas pedras preciosas foi limitada ao Distrito Diamantino.

A política tributária pombalina para a Colônia preocupou-se fundamentalmente com a cobrança dos quintos. Para isso, Pombal instituiu o sistema de quotas anuais – 100 arrobas – e mais tarde criou a derrama, forma de cobrança forçada dos impostos atrasados.

A política externa pombalina concentrou-se na neutralização do domínio inglês em Portugal, com a

COMÉRCIO DO ALGODÃO NO SÉCULO XVIII



→ Algodão para a indústria inglesa

O algodão brasileiro era destinado à Inglaterra, berço da Revolução Industrial, que teve no setor têxtil o primeiro momento de mecanização.

revogação, na prática, do Tratado de Methuen, dos “panos e vinhos”.

Com a morte de D. José I, em 1777, o trono luso foi ocupado pela rainha D. Maria I, filha do rei, que resolveu “virar” completamente a política pombalina, afastando Sebastião José de Carvalho e Melo das decisões reais.

4. RENASCIMENTO AGRÍCOLA

□ Fatores básicos

A principal causa do renascimento agrícola no Brasil foi a exigência de maior produção de matérias-primas, como o algodão, provocada pela Revolução Industrial europeia. A esta causa estão relacionados: o crescimento demográfico da população das metrópoles; a independência dos EUA (1776), fato que reduzia a produção de algodão para a Inglaterra; as guerras napoleônicas, provocando entraves ao comércio deste produto no Egito e na Índia.

Outros fatores podem ser relacionados: internamente, a decadência da mineração, provocando uma volta à prática da agricultura de exportação, e, externamente, problemas sociopolíticos em áreas coloniais concorrentes, como as Antilhas.

□ Principais produtos de exportação

O mais importante foi o algodão, matéria-prima básica para a indústria europeia. A produção interna chegou a ser fomentada por Portugal por meio da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Era uma lavoura em grande propriedade escravista, porém sem necessidade de instalações tão complexas e onerosas quanto os engenhos. O principal produtor, na época, foi o Maranhão (região de Caxias), destacando-se, posteriormente, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

Outro produto importante voltava a ser o açúcar, que neste momento conhecia uma decadência da produção antilhana com a abolição do tráfico negreiro para a Jamaica. O Brasil passava a ser o 3.º produtor mundial, com destaque para Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

O tabaco, que desde o século XVII era utilizado para o escambo de negros na África e considerado monopólio régio desde 1642, teve seu impulso no período em estudo. Seu maior desenvolvimento deu-se na Bahia e no sul de Minas Gerais, sendo uma atividade que era praticada em grande propriedade, com mão de obra escrava negra, e que exigia cuidados especiais: adubo, galpões etc.

Outro produto de exportação foi o cacau, que inicialmente era atividade extrativista praticada nas capitanias do Pará e Rio Negro, posteriormente introduzido como agricultura na Bahia e Maranhão, com mão de obra escrava negra. O arroz, o anil (do Rio de Janeiro) e outros produtos agrícolas chegaram a ser exportados nesta fase econômica, o que provocou o deslocamento do eixo econômico novamente para o litoral.

Neste período agrícola, um novo produto começava a se destacar na economia brasileira: o café. Introduzido no Brasil no início do século XVIII, no Pará, foi trazido para a Baixada Fluminense e Vale do Paraíba, onde se desenvolveu. No início do século XIX, já representava 18% de nossas exportações. Seu grande momento será no Brasil Império, após 1830, no chamado Oeste Paulista.

5. CRONOLOGIA

1734 – Publicação de *Cartas Inglesas*, de Voltaire.

1735 – Substituição do quinto pela capitação.

1748 – Publicação de *O Espírito das Leis*, de Montesquieu.

1750-1777 – Despotismo esclarecido luso: reinado de D. José I e governo do Marquês de Pombal.

1751-1772 – Publicação da *Enciclopédia*, dirigida por Diderot e D'Alembert.

1751 – Criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em substituição ao antigo Estado do Maranhão.

1751 – Fim da capitação e restabelecimento do quinto, cobrado pelo regime de fintas (cobrança por estimativa).

1755 – Criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

1759 – Extinção das últimas capitânias hereditárias; criação da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba; expulsão dos jesuítas de Portugal e colônias.

1760 – Início da Revolução Industrial na Inglaterra; intensificação da cultura do algodão no Maranhão.

1762 – Publicação de *O Contrato Social*, de Rousseau.

1765 – Publicação de *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith; criação da derrama.

1771 – Criação da Real Extração de Diamantes.

1776 – Invenção da máquina a vapor por James Watt; Declaração de Independência dos EUA.

1777 – Morte de D. José I e ascensão de D. Maria I; demissão de Pombal.

MÓDULO 20

Independência dos Estados Unidos

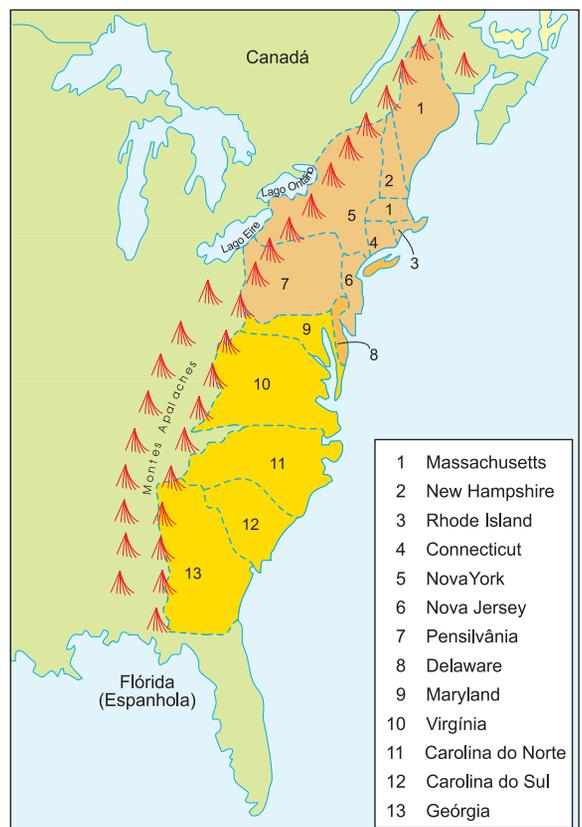
1. INTRODUÇÃO

A evolução do capitalismo comercial acabou criando suas próprias contradições. Na Europa, a burguesia tomou consciência de sua importância, buscando o rompimento com os entraves mercantilistas e absolutistas. Ao tentar legitimar seu poder, criou sua própria ideologia, o Iluminismo, utilizando a lógica e o racionalismo para justificar sua ascensão ao poder.

No plano externo, as sementes das revolucionárias ideias francesas atravessaram o oceano, encontrando na América um campo fecundo para sua germinação. Essas ideias foram difundidas no Novo Mundo, contribuindo decisivamente para o rompimento do pacto colonial, ou seja, da exploração total da Colônia por sua Metrópole.

A Inglaterra, mãe do liberalismo político, acabou sendo alvo de suas próprias ideias, pois foi em suas treze colônias da América que ocorreu o primeiro clamor aos princípios da liberdade, lançando-se a fagulha do liberalismo que acabou acendendo a fogueira das rebeliões coloniais.

O movimento de independência dos Estados Unidos inaugurou, desta forma, a falência do Antigo Regime, influenciando com seus ideais a eclosão da maior revolução da História do Ocidente: a Revolução Francesa.



Dentro da colonização inglesa na América do Norte, a região da Nova Inglaterra (colônias do Centro-Norte) organizou-se nos moldes de colônias de povoamento.

❑ A colonização inglesa na América

No século XVI, Portugal e Espanha eram as mais importantes potências da Europa, detentoras da descoberta do Novo Mundo. A preocupação mercantilista orientou a exploração do novo continente em busca de produtos tropicais e, principalmente, de metais preciosos. Os territórios considerados menos valiosos aos interesses ibéricos foram relegados, propiciando a investida dos países marginalizados pelo Tratado de Tordesilhas nessas regiões.

Coube à Inglaterra, no século XVII, a colonização da costa litorânea atlântica do atual território dos Estados Unidos. A formação das treze colônias inglesas da América processou-se de forma bastante diferente dos interesses ibéricos, que visavam, primordialmente, à exploração de riquezas naturais para o abastecimento de seus mercados. A conturbada situação política e religiosa da Inglaterra neste período, marcada por violentas perseguições, provocou a fuga de dissidentes puritanos, que buscavam na América uma nova atmosfera, longe das sistemáticas perseguições. Vinham com a finalidade de fixar-se sem o espírito aventureiro de “fazer a colônia”, isto é, enriquecer e voltar para a Europa. Fundaram no norte dos Estados Unidos, na fronteira próxima ao Canadá, a Nova Inglaterra. A existência de clima e solo semelhantes aos da Inglaterra possibilitou o desenvolvimento de uma agricultura de subsistência, baseada na pequena propriedade, utilizando a mão de obra livre e assalariada, apesar da existência de um grande número de *indentured servants* (servos de contrato). Independentemente disso, a sociedade nesta região apresentava uma grande homogeneidade em comparação com o Sul.

A colonização do Sul, propícia para a produção de gêneros tropicais, deu-se em bases mercantilizadas, buscando atender às necessida-

des da Metrópole, inserida no contexto da *plantation*, caracterizada pelo latifúndio, monocultura e trabalho escravo, e voltada para os interesses do mercado externo.

Dessa forma, enquanto nas colônias do Centro-Norte se desenvolveu uma colonização de povoamento, o Sul foi tipicamente marcado pelas colônias de exploração. Cabe ressaltar que, independentemente das diferenças regionais e colonizadoras, até o século XVIII as treze colônias gozaram de uma certa dose de autonomia, pois seus governadores, que representavam os interesses metropolitanos, eram em sua maioria eleitos pela população local. As colônias tinham liberdade absoluta umas em relação às outras e apresentavam-se ao poder real totalmente separadas.

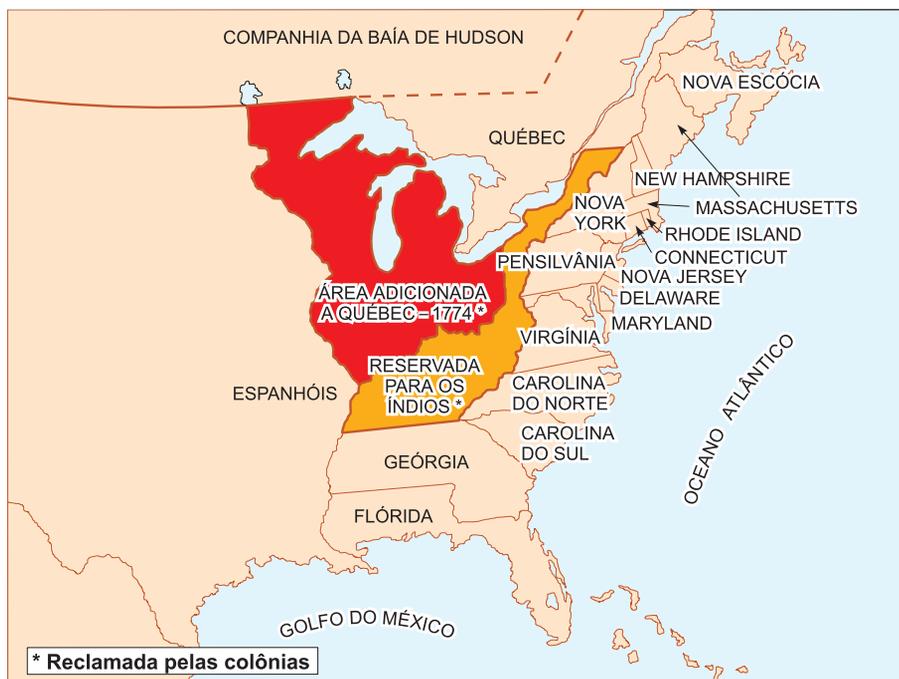
O desenvolvimento das colônias do Norte ultrapassou suas fronteiras. Foram organizados os triângulos comerciais, que consistiam no comércio de produtos americanos no exterior, onde eram adquiridos novos produtos que eram, por sua vez, vendidos em outra região, de onde se traziam equipamentos e mercadorias necessários ao crescimento interno. Um dos mais ativos desses comércios

consistiu em vender peixe, madeira e gado nas Antilhas, de onde compravam melão e rum; a bebida era então enviada à África para a compra de escravos, introduzidos nas colônias do Sul ou nas Antilhas.

❑ O processo de independência

A nova política colonial inglesa

As divergências existentes na Europa entre a França e a Inglaterra pela hegemonia mundial acabaram por chegar à América, em razão dos conflitos pela exploração do comércio colonial. Em 1756, iniciou-se a Guerra dos Sete Anos, em que a Inglaterra, envolvida com outros palcos do conflito, deixou praticamente aos colonos a defesa de suas possessões na América. A luta contra os franceses e seus aliados indígenas despertou nos colonos um forte sentimento de autoconfiança, bem como a consciência de sua força militar. Pela primeira vez, as Treze Colônias uniram-se em torno de um ideal comum. Vários líderes militares surgiram neste conflito, destacando-se a figura do aristocrata George Washington.



As colônias inglesas da América às vésperas da Independência.

A Inglaterra saiu-se vitoriosa do conflito contra a França, surgindo, porém, uma forte crise econômica devido aos gastos militares. Procurando recuperar seu erário bastante abalado, os ingleses adotaram uma nova política administrativa sobre suas colônias, caracterizada pelo arrocho. A liberdade comercial, que os colonos possuíam até então, restringiu-se às rígidas práticas do pacto colonial.

Com o término da Guerra dos Sete Anos, a Inglaterra proibiu a apropriação de terras situadas a oeste, entre as regiões dos Montes Alleghanies e o Mississippi, e entre a Flórida e Québec, justificando serem reservas indígenas, o que causou forte descontentamento entre os colonos, ávidos por novas terras. No ano seguinte, em 1764, a Inglaterra promulgou a Lei do Açúcar, que estabelecia uma taxa sobre o melaço comercializado pelos colonos com outras nações. Novas restrições mercantilistas surgiram quando, em

1765, foi aprovada a Lei do Selo, pela qual a Metrópole inglesa obrigava que vários produtos, como jornais, revistas, baralhos e livros, fossem sobretaxados com um selo.

Em 1767, o Parlamento britânico aprova a Lei do Chá, que dava monopólio de comercialização do produto à Cia. Inglesa das Índias Orientais.

❑ **A reação dos colonos e a independência**

Contra a Lei do Chá, que concedia a exclusividade de comércio deste produto à Cia. da Índias Orientais (inglesa), os colonos protestaram por intermédio do *Boston Tea Party*. A Inglaterra reagiu com a promulgação das “Leis Intoleráveis”.

Os colonos reuniram-se em 1775, na cidade de Filadélfia, num congresso que reivindicava a revogação das “Leis Intoleráveis”, sem, no entanto, pretender a independência das colônias.

Nesse ínterim, ocorreram alguns choques entre os colonos e os soldados ingleses, dando início à guerra entre as duas partes. Em 1776, o Segundo Congresso de Filadélfia rompeu com a Inglaterra, aprovando a *Declaração de Independência* elaborada por Thomas Jefferson.

A Guerra de Independência durou até 1781, tendo sido os colonos comandados por George Washington. A França, a Espanha e a Holanda apoiaram os insurretos. A França foi quem deu maior auxílio, enviando o marquês de La Fayette e o general Rochambeau. A vitória decisiva aconteceu em Yorktown, na Virgínia.

Em 1783, em Versalhes, a Inglaterra reconheceu a independência das Treze Colônias da América do Norte. Em 1787, ficou pronta a Constituição, que definiu um regime republicano para os Estados Unidos.

2. CRONOLOGIA

Século XVII – Início da colonização da América do Norte.

1734 – Publicação de *Cartas Inglesas*, de Voltaire.

1748 – Publicação de *O Espírito das Leis*, de Montesquieu.

1751-1772 – Publicação da *Enciclopédia*, dirigida por Diderot e D’Alembert.

1757-1763 – Guerra dos Sete Anos.

1762 – Publicação de *O Contrato Social*, de Rousseau.

1764 – Lei do Açúcar e Ato de Québec.

1765 – Publicação de *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith; Lei do Selo.

1767 – Ato Townshend.

1773 – Lei do Chá; *Boston Tea Party*.

1774 – Leis Intoleráveis; Primeiro Congresso Continental de Filadélfia.

1775 – Início da luta entre ingleses e colonos; Segundo Congresso Continental de Filadélfia.

1776 – Declaração de Independência das Treze Colônias.

1781 – Vitória decisiva dos norte-americanos em Yorktown.

1783 – Tratado de Versalhes.

1. INTRODUÇÃO

Do mesmo modo que na Grécia, também na Itália o primeiro tipo de organização política foi a cidade-Estado. De acordo com a tradição, Roma surgiu às margens do Rio Tibre, em 753 a.C. Era uma espécie de acampamento militar dos povos albanos contra os etruscos. Até 509 a.C., Roma foi governada por sete reis, quando o último deles, Tarquínio, o Soberbo, foi deposto. Iniciou-se então a República Romana.

O regime republicano duraria até 27 a.C., data oficial do início do Império Romano, que se extinguiu no Ocidente, em 476 d.C., e no Oriente, em 1453 d.C.

Para compreender a história de Roma, é necessário dividi-la em duas fases: a primeira corresponde ao período em que Roma é apenas uma cidade-Estado às voltas com inimigos, como os cartagineses, quando ainda não se constituía o modo de produção escravista; a segunda fase reflete Roma transformada em senhora do Mediterrâneo e dominadora de um grande império, marcado pelo desaparecimento do trabalho livre e pela proliferação do trabalho escravo.



Rômulo e Remo:
a origem lendária de Roma.

2. A MONARQUIA ROMANA

Durante a fase da Monarquia, a economia de Roma era baseada na agricultura e no pastoreio. A socieda-

de era formada pelos *patrícios*, originários das antigas famílias, que constituíam os grandes proprietários de terra e rebanhos; *clientes*, homens livres, de famílias pobres, que viviam sob a proteção dos patrícios; *plebeus*, representados pelos estrangeiros, pequenos proprietários, artesãos e comerciantes.

Em toda a fase monárquica, as lendas falam da existência de sete reis: dois latinos, dois sabinos e os três últimos etruscos. Nessa última fase, a cidade de Roma passou por um grande desenvolvimento urbano, em decorrência do notável conhecimento de técnicas arquitetônicas dos etruscos, que exerceram uma profunda influência na civilização romana.

Até o advento dos reis etruscos, em 640 a.C., Roma era governada por soberanos que dependiam do *Senado* — Conselho dos Anciãos —, órgão formado exclusivamente por patrícios. As decisões eram aprovadas pela *Assembleia Curiata*, que reunia todos os cidadãos das famílias aristocráticas, cuja finalidade era votar as leis e aprovar a guerra.

3. A CRISE DA REALEZA

O último rei de Roma, Tarquínio, o Soberbo, de origem etrusca, aproximou-se da plebe com a finalidade de anular a força do Senado. Por esta razão, os patrícios depuseram o rei e implantaram a República, em 509 a.C., órgão essencialmente aristocrático.

As lendas, porém, atribuem a deposição do rei Tarquínio, o Soberbo, a uma crise que envolveu Casta Lucrecia, uma jovem de família aristocrática, seduzida pelo filho do rei. Assim, a justificativa que assinalou o fim da Monarquia envolveu uma profunda questão moral, que orientou a conduta dos cidadãos romanos durante grande parte de sua história.

4. A REPÚBLICA ROMANA (SISTEMA NÃO ESCRAVISTA)

Neste período, Roma tinha uma economia agropastoril, produzindo apenas para as necessidades de sua população. Voltava-se, portanto, para o mercado interno, o que dava um caráter estático à sua economia. O único comércio mais ativo era o de sal, daí o desenvolvimento da estrada denominada Via Salária.

Dado o caráter estático da economia, a sociedade apresentava pequena mobilidade social, compartimentando-se em verdadeiros estamentos; dentro destes, destacavam-se os grandes proprietários rurais, a aristocracia patrícia. Chefes de grandes famílias, os patrícios congregavam em torno de si os clientes, parentes afastados e de condição social inferior. Os artesãos e principalmente os pequenos agricultores das terras pouco férteis formavam a ampla camada dos plebeus. A expressão “povo romano” era usada para designar o conjunto das três camadas sociais.

Com a queda da Monarquia e a implantação da República (de *res publica* = “coisa pública”), o poder passou a ser monopolizado pelo patriciado, por meio do controle do Senado (Supremo Poder Legislativo), que escolhia os magistrados (Poder Executivo).

Entre as principais magistraturas da Roma republicana, podemos citar: o Consulado (exercido por dois magistrados, que tinham como funções convocar o Senado, comandar o Exército e presidir os cultos públicos); os pretores (ministravam a justiça); os censores (zelavam pela moral dos cidadãos, faziam o censo, preparavam o Álbum Senatorial e orientavam os trabalhos públicos); os questores (administravam o tesouro e orientavam os gastos financeiros em

campanhas militares); os edis (responsáveis pela conservação pública); os tribunos da plebe (representantes dos plebeus que podiam vetar as leis contrárias aos interesses plebeus). Em caso de grave crise política, social ou militar, era nomeado um ditador que governava Roma durante seis meses, com poderes absolutos.

Os plebeus tinham participação meramente formal na Assembleia Centuriata, a qual era reunida para votar as leis já preparadas pelo Senado; tratava-se, portanto, de leis ao gosto dos patrícios. Estes decretavam leis que empobreciam a plebe, obrigando-a a se endividar e acabando por escravizá-la pelo não-pagamento das dívidas contraídas dos próprios patrícios.

Tal fato provocou revoltas sociais em Roma, obrigando os patrícios a fazer concessões à plebe: Tribuno da Plebe (494 a.C.), Lei das Doze Tábuas (450 a.C.), Lei Canuleia (445 a.C.), Lei Licínia (366 a.C.) e a lei que criava o Comício da Plebe (286 a.C.), o que dava aos plebeus o direito ao plebiscito.

5. A EXPANSÃO ROMANA

O primeiro momento a ser considerado quando tratamos da expansão romana é a conquista da própria Península Itálica pelos romanos. Foi um processo lento que precisou de mais de 230 anos para se efetivar, mas que resultou na anexação de todos os povos vizinhos (inclusive os aliados, como os latinos). Nesse processo, Roma logrou derrotar e anexar territórios dos sabinos, a Etrúria, a Gália, a Planície da Campânia e Tarento, conquistas que lhe deram o controle sobre toda a Península.

O principal instrumento para a conquista foi um exército muito bem preparado para dominar os demais povos.

Os romanos foram grandes engenheiros. Por volta de 200 a.C., centenas de quilômetros de estradas, algumas com até 12 metros de largura, cortavam seus domínios. Elas eram construídas pelos legionários do

exército durante suas campanhas. Primeiro, eles colocavam fogo no local escolhido, a fim de destruir a vegetação e evitar emboscadas inimigas; em seguida, ajustavam os blocos de pedra sobre uma camada de areia, para depois cobri-los com mistura de cascalho e cimento. As estradas eram levemente encurvadas para drenar a água das chuvas. Elas permitiam o trânsito dos viajantes a cavalo, de carroças puxadas por bois e mulas e das tropas de soldados, que viajavam a pé, em marcha.

As campanhas militares eram longas e, durante o avanço das tropas, era preciso montar e desmontar acampamentos com rapidez e eficiência. Para isso, cada soldado era sempre encarregado de executar as mesmas tarefas, como nivelar o terreno e demarcá-lo, cavar o fosso, erguer a paliçada e as torres de observação, abrir ruas no interior do acampamento, dividindo-o em quarteirões.

Roma preocupou-se com a construção de estradas para, justamente, facilitar o deslocamento de suas tropas e a mobilização de recursos necessários às conquistas.

Quando Roma partiu para a expansão além da Península Itálica, internamente havia uma relativa estabilidade política, pois as questões sociais entre patrícios e plebeus tinham sido resolvidas, temporariamente, pelas conquistas plebeias — algumas ocorreram paralelamente à unificação da Península Itálica.

❑ As guerras ofensivas

Com a conquista de Tarento, o grande alvo de Roma passou a ser a cidade de Cartago, pois essa antiga colônia fenícia dominava o comércio no Mediterrâneo, chegando a atingir a costa ocidental da África, a Bretanha e a Noruega. Os cartagineses ofereciam tecidos, perfumes, pedras preciosas, trigo, marfim e ouro, além de possuírem uma poderosa frota naval e um exército de terra.

Na Primeira Guerra Púnica (264-241 a.C.), os romanos investiram contra Cartago na disputa pelo controle sobre a Sicília. A vitória

romana forçou os cartagineses a pagar-lhes uma pesada indenização de guerra e a entregar-lhes a Sicília, a Córsega e a Sardenha.

A Segunda Guerra Púnica, entre Roma e Cartago (218-202 a.C.), deu aos romanos o controle sobre o norte da África e o sul da Espanha, exceto o Reino da Numídia e Cartago.

Entre 150 e 146 a.C., Roma e Cartago enfrentaram-se na Terceira Guerra Púnica, e Cartago sucumbiu diante de Roma.

O historiador Políbio afirma que:

“Os cartagineses deviam lutar pela sua própria existência e pelo domínio da Líbia; os romanos, pelo domínio do mundo. Podia alguém permanecer indiferente a tais acontecimentos? Nunca existiram antes exércitos tão experimentados nas batalhas, nem chefes tão afortunados e hábeis na arte militar, nem enfim a sorte havia prometido às partes rivais recompensas tão preciosas. Ao vencedor não só correspondia como prêmio o poder sobre a Líbia ou sobre a Europa, mas sobre todos os países do mundo conhecido.”

Ao mesmo tempo em que Roma e Cartago se defrontavam, os romanos desenvolviam guerras também no Mediterrâneo oriental. Durante a Segunda Guerra Púnica, como Filipe V da Macedônia havia dado apoio aos cartagineses, Roma invadiu o seu território, tornando as cidades-Estado gregas independentes da Macedônia. O domínio sobre a Macedônia e a Grécia concluiu-se em 146 a.C. Também no século II a.C., Roma anexou a Síria, a Ásia Menor, a Gália, o Ponto, a Palestina, a Bitínia e o Egito.

❑ As repercussões das conquistas

O comércio interligava Roma às suas províncias em toda a orla do Mediterrâneo. As atividades agrícolas nas províncias foram estimuladas. Contudo, na própria Itália, a agricultura praticamente desapareceu. Os campos ficaram incultos ou subocupados. Uma classe de comerciantes, banqueiros, arrendatários, cobradores de impostos (publicanos) surgiu,

sendo denominada classe dos homens-novos ou cavaleiros. Os patrícios dependentes da exploração fundiária se empobreceram, passando a depender dos cargos públicos para manter seu nível social. A plebe, marginalizada pelo aumento do número de escravos, passou a ser sustentada pelo Estado, que distribuía trigo e proporcionava espetáculos circenses gratuitamente: iniciava-se a política de “pão e circo”, que tinha como

meta primeira a alienação política da plebe romana. Frequentemente, os plebeus serviam como agregados aos mais ricos em troca de esmolas e alimentos. Nessa fase, os escravos provenientes das conquistas militares chegavam a Roma em grandes proporções, tornando-se cada vez mais baratos, e eram considerados seres inferiores, apenas “instrumentos falantes” (*instrumenta vocalia*).

O contato com o Oriente e com a

Macedônia colocou os romanos em encontro direto com a cultura helenística, que passou a ser assimilada por Roma. O Exército, principal agente das conquistas, também se alterou: os soldados foram profissionalizados e passaram a receber salários. O Exército cada vez mais interferia na vida política romana. A estrutura republicana já não dava mais conta do Império Universal e passava a dar sinais de desintegração.

6. CRONOLOGIA

753 a.C. – Fundação de Roma, segundo a tradição.

640 a.C. – Roma passa a ser governada por soberanos etruscos.

509 a.C. – Deposição de Tarquínio, o Soberbo, e instauração da República Romana.

494 a.C. – Criação do cargo de Tribuno da Plebe.

450 a.C. – Lei das Doze Tábuas.

445 a.C. – Lei Canuleia.

366 a.C. – Lei Licínia.

287 a.C. – Criação do Comício da Plebe.

395 a.C. – Conquista da cidade etrusca de Veios.

335 a.C. – Submissão dos latinos.

272 a.C. – Conquista de Tarento, no sul da Itália.

265 a.C. – Anexação da Etrúria.

264-241 a.C. – Primeira Guerra Púnica.

218-202 a.C. – Segunda Guerra Púnica.

200 a.C. – Ocupação da Macedônia.

150-146 a.C. – Terceira Guerra Púnica.

146 a.C. – Submissão da Grécia.

133 a.C. – Domínio romano sobre a Espanha.

120 a.C. – Anexação do sul da Gália.

Século I a.C. – Conquista da Ásia Menor, Síria, restante da Gália e Egito.

MÓDULO 2

Império Romano

1. A GUERRA CIVIL

As instituições políticas da República começaram a se desintegrar. Não mais se adaptavam às novas condições de um Império Universal. A crise da República evidenciou-se durante as guerras civis, que em seu final levaram à implantação do Império.

As forças políticas que se defrontaram durante essas guerras eram as seguintes: os patrícios, que procuravam manter a República e os seus privilégios; os cavaleiros, que almejavam o controle do poder político; os clientes, que serviam de instrumento na luta política; o Exército, que, reformado a partir de 105 a.C., constituiu igualmente um instrumento político nas mãos dos generais.

Os primeiros sinais da crise apareceram quando os Irmãos Graco — Tibério e Caio — pretenderam realizar

a Reforma Agrária, a fim de libertar a plebe de seu estado de submissão. Foram abatidos pelos nobres e cavaleiros unidos.

Surgiram, em seguida, generais políticos — primeiro Mário, depois Sila —, que, apoiados na plebe e no Exército, exerceram o poder de forma absoluta durante anos.

Em 60 a.C., César, Pompeu e Crasso formaram o Primeiro Triunvirato, reduzindo a autoridade do Senado. Crasso morreu na Pérsia, Pompeu foi vencido por César no Egito, onde a rainha Cleópatra passou a receber a proteção do vencedor. Em Roma, César procurou legalizar o seu poder, obtendo a ditadura. O Senado acumulou-o de títulos, mas César passou a pretender também a hereditariedade que só o título de “rei” lhe proporcionaria. Por isso, foi assassinado por um grupo de senadores liderados por Brutus e Cassius.

Marco Antônio, general e amigo de César, uniu-se ao sobrinho deste, Caio Otávio, e, com Lépido, formou o Segundo Triunvirato. Venceram os rebeldes na Macedônia e dividiram a República entre si. Mais tarde, Otávio afastou Lépido, venceu Marco Antônio e Cleópatra e se apoderou do Egito. Os tesouros pilhados propiciaram-lhe um exército numeroso e celeiros abarrotados de trigo, distribuído à plebe em seu nome. Voltou para Roma e foi recebido como o salvador da República; na verdade, Caio Otávio tornava-se o fundador do Império.

2. O ALTO IMPÉRIO

O Império estabeleceu-se de fato em Roma quando Caio Otávio retornou do Egito com seu Exército. O Senado concedeu-lhe vários títulos que legalizaram seu poder absoluto: côn-

sul vitalício, censor, príncipe do Senado e, finalmente, Augusto — título que até então era reservado aos deuses e que permitia a Otávio escolher seu sucessor.

Embora Caio Otávio, o Augusto, conservasse durante seu reinado as aparências republicanas, seu poder apoiava-se efetivamente no *Imperium*, comando do Exército; no poder pró-consular, ou seja, no direito de indicar os governadores das províncias; no poder tribunicio, de caráter popular e delegado pela plebe. Era a fase do principado de Augusto, em que as aparências republicanas escondiam o seu poder de imperador.

Augusto reorganizou as províncias, dividindo-as em imperiais (militares) e senatoriais (civis). Indicava os governadores e controlava-os por meio de inspeções diretas e relatórios anuais. Criou o sistema estatal de cobrança de impostos, acabando com a concessão da arrecadação a particulares.

No plano social, acabou com a tradicional superioridade do patriciado, criando uma estrutura social fundamentada em critérios censitários. Os mais ricos, que tinham uma renda acima de 1 milhão de sestércios, pertenciam à Ordem Senatorial, que tinha os privilégios políticos e distinguia-se pelo uso da cor púrpura. A Ordem Equestre era composta de romanos com renda acima de 400 mil sestércios, usava a cor azul e possuía menos direitos. Abaixo desse nível, ninguém mais possuía direitos políticos; a grande maioria constituía a Ordem Inferior.

Apiano mostra as transformações provocadas pelas guerras civis:

“Os ricos, após ocuparem a maior parte das terras não assinaladas no ager publicus, confiando que com o passar do tempo ninguém as tomaria mais, voltaram-se contra os pequenos proprietários vizinhos, dominados pela pobreza e relegados ao desamparo, seja por meios amigáveis, seja pela força: dessa forma, em vez de pequenos campos, passaram a ser cultivados grandes domínios.

Para fazer render essas terras, eles se serviam de escravos para o trabalho de cultivo e para o pastoreio; os ricos proprietários tinham medo de que, se empregassem homens livres, estes abandonassem as culturas para ingressar no Exército. Além disso, esse procedimento lhes trazia um benefício considerável, em razão do nascimento de novos escravos. Eles acumulavam também grandes riquezas e o número de escravos se multiplicava no país. Os italianos, ao contrário, sofriam o despovoamento e a falta de homens, despojados que estavam pela pobreza, pelas contribuições e pelo serviço militar. Eles se corrompiam na sua ociosidade, pois as terras estavam nas mãos dos ricos, que não os empregavam como cultivadores; no lugar de homens livres, utilizavam os escravos. O latifúndio perdeu a Itália.”

Augusto procurou conter a influência da cultura helenística (fusão grega e oriental), que estimulava a busca do prazer (hedonismo) e o culto aos deuses orientais. Para tanto, tentou reavivar os valores do passado agrário de Roma, sem muito êxito. Para defender suas ideias, trouxe para a corte literatos como Tito Lívio, Virgílio, Ovídio e Horácio.

Não tendo herdeiros diretos, Augusto indicou como sucessor seu filho adotivo, Tibério. Não obstante, as indicações seguintes seriam feitas em geral pelos militares. Até 68 d.C., a Guarda Pretoriana monopolizou o processo de sucessão política. Então, teve início a revolta militar, e os demais exércitos — Espanha, Gália, Germânia e Oriente — passaram a intervir nesse processo, cada um indicando um candidato.

Na época dos Severos, o imperador era um soberano que se apoiava na burocracia e no Exército. O Senado havia-se esvaziado. A economia denunciava a crise: os impostos diminuíram e o governo passou a emitir dinheiro, gerando aumento de preços, de salários e da inflação. Além da crise interna, os romanos enfrentavam ainda pressões dos bárbaros sobre suas fronteiras.

3. O BAIXO IMPÉRIO

❑ A crise do escravismo

No século III, tem início o chamado Baixo Império Romano, fase da crise aguda do escravismo, pois os problemas do Império se acumularam em razão de três fatores: militar, religioso e econômico.

Em termos militares, a anarquia e o final das guerras de conquistas contribuíram para a diminuição do número de escravos, pois a agricultura romana, para garantir uma boa produção, necessitava de um número abundante de escravos. À medida que as guerras cessavam, escasseava a mão de obra disponível e o seu preço se elevava.

O cristianismo foi também um fator religioso que, ao pregar a liberdade como um dom natural do ser humano, fez com que grandes levas de escravos se convertessem e fugissem das propriedades, fazendo diminuir a população escrava.

As dificuldades para manter a mão de obra escrava aumentavam, os senhores gastavam grande parte — senão toda — da produção para alimentá-los e vesti-los, além dos gastos com vigilância para impedir as fugas. Enquanto isso, os latifúndios começavam a ser divididos e os lucros diminuía, o que impedia a aquisição de novos escravos, gerando uma retração econômica que contribuiu para a crise do escravismo.

Como consequência desse processo, Roma assistiu a mudanças significativas. Os proprietários rurais começaram a adotar o sistema de arrendamento como saída para a crise. Os trabalhadores passaram a se sustentar com o próprio trabalho, num pedaço de terra arrendado pelo proprietário, porém deveriam trabalhar alguns dias por semana para pagar os benefícios recebidos — por exemplo, a concessão de casa para morar. Assim, os escravos foram diminuindo e alguns chegaram a comprar seu próprio lote de terras, transformando-se em homens livres. Dessa forma, o escravo elevava-se à condição de colono, ou seja, um homem livre, mas preso à terra.

As cidades foram deixando de ser o centro da vida do Império, verificando-se uma tendência de ruralização da economia, pois os latifúndios tornaram-se autossuficientes e independentes da economia urbana. Esse fato se acentuou com as pressões bárbaras sobre o Império, levando as vilas a constituírem verdadeiras fortalezas, o que fez a vida de suas populações mais segura.

Ao mesmo tempo, essas alterações provocaram uma retração geral da economia, à medida que a produção urbana e o comércio geravam cada vez menos riquezas.

Para o Estado, os impostos diminuíram, o que dificultava o pagamento de despesas. Então, emitia-se moeda. Os produtos escasseavam no mercado e seus preços subiam, o que não era acompanhado pelo aumento de salários. O Império passava a vivenciar a inflação.

❑ **As medidas para conter a crise**

O Império foi obrigado a reduzir suas despesas em razão da crise. Para tanto, deixou de sustentar a plebe urbana, limitou os gastos da corte imperial, dispensou funcionários e reduziu os contingentes militares.

Diocleciano, para impedir que os atritos entre militares no momento de sucessão aumentassem e para garantir a eficiência contra as invasões bárbaras, estabeleceu a Tetrarquia, dividindo o Império em Ocidente e Oriente. Cada região passava a ser governada por quatro imperadores – dois augustos (imperadores principais) e dois césares (imperadores subalternos) –, que comandariam os destinos de Roma.

Em 301, Diocleciano publicou o Edito do Máximo, numa tentativa de controlar o aumento de preços e de salários, fixando o valor máximo que ambos poderiam alcançar. Com isso, pretendia conter a inflação.

Com a morte de Diocleciano, Constantino subiu ao poder e aboliu

a divisão do Império, reunificando-o. Em 313, o novo imperador legalizou o cristianismo por meio do Edito de Milão.

Durante o governo de Teodósio, o cristianismo foi oficializado por meio da Lei da Tessalônica, de 391. O Império foi novamente dividido em Oriente e Ocidente, mas já era tarde, pois a desintegração de sua parte ocidental era evidente mediante a penetração dos bárbaros em suas fronteiras.

❑ **As invasões bárbaras e o fim do Império no Ocidente**

O enfraquecimento militar facilitou as invasões dos bárbaros, que foram ocupando o território do Império Romano do Ocidente: visigodos, na Espanha; vândalos, na África; francos, na Gália; anglo-saxões, na Bretanha; ostrogodos, na Itália.

Em 476, o Império do Ocidente reduzia-se à Itália. O imperador Júlio Nepos foi deposto por Orestes, chefe do Exército, que colocou seu filho de 6 anos no trono com o nome de Rômulo Augústulo. Odoacro, rei dos hérulos, chefe bárbaro aliado a Júlio Nepos, deu um contragolpe: afastou Orestes e Rômulo Augústulo, tornando-se rei da Itália.

As insígnias imperiais foram enviadas para Constantinopla, o que significa, ao menos teoricamente, a reunificação do Império sob o domínio de Constantinopla. Mais tarde, o imperador do Oriente, Zenon, pretendendo livrar-se dos ostrogodos, que lhe causavam problemas, concedeu-lhes a Itália. Chefiados por Teodorico, os ostrogodos formaram o Reino Ostrogótico da Itália, pondo fim ao Império Romano do Ocidente.

4. O LEGADO CULTURAL

A estrutura do Direito Romano influenciou toda a sociedade ocidental. Seu Código de Justiça, o Direito Romano, é até hoje a base de todos os códigos de justiça do Ocidente e, por isso, disciplina obrigatória na formação de juristas.

Com exceção do Direito, as demais ciências não atingiram grande

destaque na civilização, já que muitas delas, como a Medicina, permaneceram no espaço do folclore.

A ideia de homem e sociedade dos romanos é a mola-mestra no mundo atual. Afinal, é deles que herdamos a ideia de família como a célula-mãe da sociedade.

O latim deu origem às línguas românicas da Europa: o português, o francês, o espanhol, o italiano e o romeno.

Devemos ainda destacar seus ensinamentos na arte militar, na administração pública e na arquitetura.

5. CRONOLOGIA

133 a.C. – Tibério Graco é eleito Tribuno da Plebe.

132 a.C. – Assassinato de Tibério Graco.

124 a.C. – Caio Graco é eleito Tribuno da Plebe.

121 a.C. – Suicídio de Caio Graco.

107 a.C. – Primeiro consulado de Mário.

104 a.C. – Realização da reforma do Exército por Mário.

105-100 a.C. – Mário é cônsul por seis vezes consecutivas.

82 a.C. – Sila é nomeado ditador perpétuo.

79 a.C. – Renúncia de Sila à vida pública.

60 a.C. – Primeiro Triunvirato.

44 a.C. – Assassinato de Júlio César.

40 a.C. – Segundo Triunvirato.

30 a.C. – Conquista do Egito por Otávio.

27 a.C. – Otávio é proclamado Augusto. Início do Principado.

14 d.C. – Morte de Otávio Augusto.

54-68 – Reinado de Nero.

96 – Morte de Domiciano, último dos Doze Césares. Início da Dinastia dos Antoninos.

98-117 – Reinado de Trajano. O Império Romano atinge sua extensão máxima.

193-235 – Dinastia dos Severos.

213 – Edito de Caracala, estendendo a cidadania romana a todos os homens livres do Império.

235 – Início da anarquia militar.

Século III – Início da crise econômica do Império Romano.

284 – Início do governo de Diocleciano e criação da Tetrarquia.

301 – Edito do Máximo.

313 – Constantino abole a Tetrarquia e assina o Edito de Milão.

391 – Edito da Tessalônica.

395 – Morte de Teodósio e divisão do Império Romano.

406 – Início das Grandes Invasões Germânicas.

410 – Saque de Roma pelos visigodos.

415 – Fundação do Reino Visigótico.

439 – Fundação do Reino Vândalo.

443 – Fundação do Reino Borgúndio.

449 – Ocupação da Bretanha por anglos, saxões e jutos.

455 – Saque de Roma pelos vândalos.

476 – Deposição de Rômulo Augústulo e fim do Império Romano do Ocidente.

488 – Ocupação da Itália pelos ostrogodos.

MÓDULO 3

Islamismo



1. INTRODUÇÃO

O aparecimento efetivo dos árabes na História ocorreu somente na Idade Média, quando formaram um vasto Império que passou a rivalizar com o Império Bizantino (ou Império Romano do Oriente) e o Império Persa. A rápida expansão dos árabes, que constituiu um dos principais aspectos da História Medieval, resultou da unificação política e religiosa da Arábia, efetuada por Maomé, que lançou as bases da fundação do primeiro Estado nacional árabe.

2. O ESPAÇO GEOGRÁFICO

A Península Arábica é uma região desértica em sua maior parte, localizada entre o Mar Vermelho e o Golfo Pérsico. Essa região imensa, aparentemente vazia, possuía numerosos oásis e postos caravaneiros, além de algumas cidades situadas na proximidade da costa e dos portos. As rudes condições de vida da região explicam seu isolamento; assim, não foi conquistada pelos grandes Impérios da Antiguidade Oriental, nem mesmo pelos romanos, que diziam não lhes interessar as “pedras e a areia da Arábia”.

3. A RELIGIOSIDADE DOS ÁRABES

A palavra *islamita* quer dizer “submisso a Deus” e muçulmano significa “crente”. Os árabes acreditavam em espíritos (*djinnns*), representados por árvores e pedras, e em uma infinidade de divindades subordinadas a um ser superior – Alá (Deus, a divindade). O único fator de unidade religiosa era o santuário existente na cidade de Meca, a Caaba, em cujo interior era guardada uma Pedra Negra, reverenciada por todos os árabes que para lá se dirigiam em peregrinação. Ali estavam também representados os ídolos das diversas tribos da Arábia, que todos os anos eram visitados pelos peregrinos que aproveitavam para realizar suas práticas comerciais.

Aos habitantes de Meca interessavam, sobretudo, as romarias que se realizavam ao final de cada ano, pois dinamizavam as trocas e transformavam a cidade em um grande centro comercial. Sua única grande rival era Yatrib, velha cidade situada em um oásis, 350 quilômetros ao norte de Meca. Desse afluxo de beduínos viviam os grandes comerciantes pertencentes à tribo dos coraixitas, que controlavam o santuário da cidade e o poder político local.

4. MAOMÉ

Maomé era descendente de uma família pobre (haxemitas), mas pertencia à tribo dos coraixitas. Dedicando-se desde cedo ao trabalho em caravanas, conheceu outros povos do Oriente Médio e entrou em contato com o cristianismo e o judaísmo. Depois de seu casamento com uma rica viúva, Kadidja, Maomé entregou-se aos retiros espirituais e meditações, sem abandonar por completo a atividade profissional. Segundo ele próprio afirmou, teve sucessivas visões do arcanjo Gabriel. Este lhe teria confiado a missão de propagar uma nova religião, cuja essência se consubstanciava na seguinte frase: “Maomé, tu és o Profeta do Deus único, Alá.”

Maomé converteu primeiramente seus familiares e, em seguida, tentou convencer os coraixitas, sem obter êxito. Perseguido, fugiu de Meca para Yatrib (desde então chamada *Medina en Nabi*, que significa “a Cidade que recebeu o Profeta”) com vários familiares, no episódio que ficou conhecido como Hégira, que marca o início do calendário muçulmano.

Apoiando-se nos habitantes de Medina, Maomé deu início à Guerra Santa contra Meca, atacando suas

caravanas. O prestígio de Maomé cresceu com suas vitórias e, com o apoio dos beduínos, marchou contra Meca, destruindo os ídolos da *Caaba*, declarando sagrado o recinto do santuário e implantando definitivamente o monoteísmo. Nesse ano de 630, nasceu o Islã.

Os últimos anos de sua vida, Maomé passou convertendo os demais árabes pela força das armas. Morreu em Medina, onde construíra a primeira mesquita do Islão, deixando elaborada a doutrina islâmica, que transmitiu a seus seguidores.

As transcrições de seus ensinamentos consubstanciaram-se mais tarde no livro sagrado, o *Corão* ou *Alcorão*. A doutrina islâmica é um sincretismo fundamentado no cristianismo e no judaísmo, bem como nas tradições religiosas da própria Arábia. Prega a crença em um único Deus, nos anjos, no paraíso celestial e no Juízo Final. Impõe aos fiéis como princípios essenciais do dogma: peregrinar a Meca, pelo menos uma vez na vida; dar esmolas; jejuar no mês do Ramadã; orar e pronunciar a profissão de fé cinco vezes ao dia, voltados em direção a Meca; fazer a Guerra Santa, que representava uma obrigação ocasional.

As tradições em torno da vida de Maomé foram reunidas por seus adeptos em outro livro denominado *Suna* (*Tradição*), utilizado sempre que se tratava de achar argumentos para impor uma decisão ou definir uma norma de governo para a qual o *Corão* não fornecesse elementos.

A unidade do mundo muçulmano foi quebrada após a morte do profeta, com o surgimento de vários movimentos, entre os quais se destacam os sunitas e os xiitas. A divergência inicial entre esses dois grupos reside na questão do direito de sucessão ao governo do Islão. Segundo o *Corão*, somente os parentes de Maomé poderiam substituí-lo no comando dos crentes. Mas na *Suna* não havia a mesma afirmação sobre a questão. Assim, os xiitas constituíram o grupo fundamentalista

que aceita apenas as regras estabelecidas pelo *Corão*, ou seja, que apenas os descendentes de Maomé possuem o direito de governo, enquanto os sunitas abraçaram a *Suna* e iniciaram um processo de disputa sucessória com os xiitas.

5. A EXPANSÃO MUÇULMANA (SÉCULOS VII-XI)

Quando Maomé morreu, deixou a Arábia unificada, com sua capital em Meca e sob a preponderância política dos haxemitas. A morte do profeta não provocou a dissolução do incipiente Estado árabe: primeiro, porque os adeptos do islamismo, em sua maioria, eram crentes apegados à fé e à propagação dos ideais religiosos; segundo, porque surgiram de imediato dois homens, Abu Bekr e Omar – os dois primeiros califas –, que souberam assumir a sucessão e a herança de Maomé, exercendo autoridade civil, militar e religiosa. Um ano após a morte de Maomé, Abu Bekr conseguiu eliminar os focos de resistência locais e consolidar a unificação da península.

A expansão islâmica, iniciada imediatamente após a morte do profeta, foi estimulada por diversos fatores: econômico – interesse pelo saque contra os vencidos (“butim”); social – alta densidade demográfica,

provocada pelo crescimento da população e pela grande capacidade de miscigenação dos árabes; político – unificação política alcançada pela unidade religiosa; religioso – obediência ao preceito de Guerra Santa contra os infiéis; psicológico – atração exercida pelo paraíso muçulmano, que prodigalizava recompensas materiais. Consideram-se ainda elementos propulsores da expansão árabe, facilitando suas conquistas, a fraqueza dos Impérios Bizantino e Persa e a instabilidade política dos reinos germânicos do Ocidente.

Omar foi o principal califa da Dinastia Haxemita. Conquistou a Síria, a Palestina, a Pérsia e o Egito.

A substituição dos califas haxemitas pelos omíadas, em 660, levou a duas mudanças: a capital foi transferida para Damasco, na Síria, e as conquistas voltaram-se para o Ocidente. Avançando de forma fulminante, os maometanos conquistaram a África do Norte, a Península Ibérica e até o sul da Gália, onde foram detidos pelos francos, liderados por Carlos Martel, na Batalha de Poitiers; as ilhas de Córsega, Sardenha e Sicília também caíram sob dominação muçulmana. Os árabes passavam a deter o controle sobre o Mar Mediterrâneo.

Em 750, em Damasco, um golpe político afastou os omíadas do poder. Nesse momento, ascendia a Dinastia Abássida, formada por parentes do



As conquistas árabes, após a morte de Maomé, deram origem ao mundo muçulmano.

profeta, que instalaram a capital em Bagdá (Mesopotâmia) e orientaram as conquistas rumo ao Oriente, em direção à Índia e à China.

6. CONSEQUÊNCIAS DAS CONQUISTAS MUÇULMANAS

A economia do Mundo Antigo foi caracterizada pela unidade em torno do Mar Mediterrâneo. Os bárbaros, ao invadir a Europa Ocidental no século V, esfacelaram o Império Romano, mas não interromperam as comunicações pelo Mediterrâneo. A expansão muçulmana dos séculos VIII e IX, porém, bloqueou a navegação cristã através daquele mar, isolando o Ocidente europeu e fortalecendo sua tendência para uma economia autossuficiente, com base numa produção rural. Evidentemente, houve exceções a essa regra geral, como, por exemplo, o comércio entre as cidades italianas e os árabes da Sicília.

De qualquer maneira, mesmo que os árabes não tenham sido diretamente responsáveis pela implantação do feudalismo na Europa – pois este processo já se iniciara durante a crise do Império Romano –, contribuíram decisivamente para acelerar a consolidação do processo.

7. A ARTE ISLÂMICA

Afora a civilização material criada pelos árabes, ocorreu também um florescimento intelectual. A conquista da Pérsia possibilitou o contato com uma civilização muito antiga, fecun-

dada por influências indianas e helênicas, conservadas cuidadosamente pelos documentos reproduzidos por copistas profissionais. É somente a partir da época em que os árabes começaram a assimilar os valores da cultura grega que se pode verdadeiramente falar em uma “civilização árabe”.

Durante a Dinastia Abássida, os estudos científicos ganharam importância. As ciências introduzidas no meio árabe foram a Filosofia, a Matemática e a Medicina.

Na Filosofia, destacou-se Averróis, que viveu no século XII, estudioso da obra de Aristóteles e, ao mesmo tempo, filósofo, médico, jurista e astrônomo. Os princípios da Matemática foram buscados em Euclides; os cálculos, muito simplificados pelo uso dos algarismos arábicos – que, na verdade, foram assimilados da Índia – e pela criação da Álgebra.

Além da Matemática, os árabes tinham predileção pela Astronomia, pois já estavam familiarizados com as constelações que lhes serviam de guias em suas travessias noturnas no deserto.

A Alquimia também foi estimulada em pesquisas e experiências, com a finalidade de descobrir o elixir da longa vida e a pedra filosofal, que permitiria transformar todos os metais em ouro. No domínio da Medicina, o nome mais célebre foi Avicena, considerado um gênio universal.

A arquitetura árabe foi notável, desenvolvida com uma finalidade prática: assegurar, onde quer que os mu-

çulmanos se encontrassem, a possibilidade de fazer em comum suas preces de sexta-feira, num edifício destinado para isso – a mesquita.

A pintura e a escultura praticamente não se desenvolveram, em razão da proibição à idolatria. Porém, os árabes destacaram-se na arte decorativa, na sua escrita ornamental (arabescos), na caligrafia e na ilustração.

Na Literatura, cabe destacar: *As Mil e Uma Noites*, o *Livro dos Reis* e *Rubayat*, de Omar Khayan.

8. CRONOLOGIA

570 – Nascimento de Maomé.

610 – Maomé tem a primeira visão do arcanjo Gabriel.

622 – Hégira.

629 – Conquista de Meca por Maomé.

632 – Morte de Maomé.

630-660 – Governo dos califas haxemitas.

660-750 – Governo dos califas omíadas.

711 – Invasão da Espanha pelos árabes (mourous).

732 – Derrota dos árabes perante Carlos Martel na Batalha de Poitiers.

750-1258 – Dinastia Abássida.

756 – Fundação do califado de Córdoba; início da fragmentação do Império Árabe.

MÓDULO 4

Monarquias Nacionais e Crises dos Séculos XIV e XV

1. CONTEXTO HISTÓRICO

Com a crise do feudalismo e o nascimento do capitalismo, o poder evoluiu da descentralização para a centralização, dos senhores feudais para o rei. O exercício do poder pelo rei sobre a nação (povo) dá origem às monarquias nacionais.

Vários fatores contribuíram para o êxito real: a fragilidade da nobreza por causa da crise do feudalismo, o for-

talecimento da burguesia decorrente da ascensão do capitalismo e a necessidade de dar unidade política ao território nacional, o que somente seria possível com a centralização do poder.

A condição básica para conseguir a unificação é a centralização. O rei é o único que tem condições de uniformizar pesos, medidas, moedas, leis alfandegárias e, ao mesmo tempo, organizar a expansão em di-

reção ao mercado externo, rumo às conquistas marítimas.

Para realizar a sua tarefa, o rei teria de se aproximar do aparelho de Estado, isto é, dominar a tributação (apropriação dos excedentes), monopolizar a violência pelo domínio da força e, finalmente, exercer o poder por intermédio da administração burocrática e da justiça organizada.

Esse processo de centralização teve início na França, continuando na Inglaterra, Portugal e Espanha.

2. A CENTRALIZAÇÃO MONÁRQUICA NA FRANÇA

Em 987, após derrubar o último rei carolíngio, Hugo Capeto assumiu poderes políticos que serão preservados por mais de 300 anos. Embora não houvesse leis que concedessem à Dinastia Capetíngia poderes centralizadores, diversos capetos governaram poderosamente. Vários foram os fatores que auxiliaram esta excessiva centralização medieval: a divisão do reino nunca fora questionada pelos sucessores; nunca houve regências imperiais; o florescimento comercial dava à dinastia condições de manter-se inabalável diante da pressão nobiliárquica.

A monarquia nacional francesa tem seu início com Filipe Augusto (1180-1223) nomeando funcionários de sua confiança para supervisionar a justiça nos tribunais feudais, o que diminuiu consideravelmente a autonomia dos senhores feudais. Apesar de continuar dependendo de seus vassalos em questões bélicas, preocupou-se em tomar providências para criar um exército nacional submetido à sua própria autoridade. Por isso, tratou de assalarar e convocar soldados aos milhares, conseguindo, dessa forma, o poder da força. A partir daí, muitas funções, até então atribuídas aos senhores feudais, caíram em mãos reais.

A unificação da França, porém, avançou substancialmente com a figura de Luís IX (1226-1270). Com sua vida monástica, soube utilizar-se de princípios religiosos em seu proveito político, instituindo o direito de apelo, segundo o qual todos os casos graves seriam julgados pelos juízes reais. Nas províncias, combateu duramente os abusos dos funcionários, adotando leis escritas, e proibiu também as guerras privadas. Em nível externo, destacou-se pela assinatura do Tratado de Paris, no qual tentou abrandar as difíceis rela-

ções com a Inglaterra, cedendo Limousin e Perigord aos ingleses em troca dos territórios franceses questionados pela Inglaterra.

Filipe, o Belo, governou a França entre 1285 e 1314, sucedendo o reinado do rei cruzado São Luís e logo de início entrou em litígio com o papa Bonifácio VIII. O Sumo Pontífice não aceitou a excessiva tributação cobrada pelo monarca francês. Apesar de o papa ir contra as resoluções tributárias do rei francês, os legistas publicaram uma carta sem grande força jurídica, apoiando o monarca contra o papa. Bonifácio VIII excomulgou Filipe em 1303, porém o papa foi cercado pelas tropas reais em Anagni, onde morreu.

A política de Filipe, o Belo, visava angariar fundos para o erário francês e assim partiu contra os judeus, banqueiros italianos, confiscando suas propriedades. A crise política agravou-se, obrigando Filipe, o Belo, a convocar, em 1302, uma assembleia do clero, nobres e representantes das cidades; surgiram, então, os Estados-Generais. Os constantes litígios entre o Estado e o Papado culminaram com uma cisão profunda no seio da Igreja Católica, uma vez que Filipe, o Belo, forçou o Colégio de Cardeais a escolher Clemente V como Sumo Pontífice, transferindo a sede do Papado de Roma para Avignon. Este cisma durou até 1309. O papa passou a ser um instrumento nas mãos reais, uma vez que os dívidos cobrados dos fiéis acabavam passando aos cofres do Estado francês.

Com a extinção da Dinastia dos Capetíngios, no século XIV, assumiu o trono Filipe VI (1328-1350), iniciador da Dinastia dos Valois, que governou a França até 1589. Com a nova dinastia, iniciou-se o conflito com a Inglaterra: a Guerra dos Cem Anos, motivada pelas ambições econômicas e territoriais sobre Flandres, grande produtora de lã – matéria-prima indispensável para o desenvolvimento da manufatura – e pelo direito de sucessão ao trono francês. A violenta guerra acabou provocan-

do a destruição da nobreza feudal, contribuindo para a formação de um sentimento de nacionalidade, que favoreceu sobremaneira o poder real.

3. A CENTRALIZAÇÃO MONÁRQUICA NA INGLATERRA

Em 1066, a influência normanda se fazia sentir na Inglaterra, uma vez que Guilherme, o Conquistador, acompanhado de um exército das mais diversas origens, venceu o herdeiro legal, Haroldo, na Batalha de Hastings, apoderando-se, dessa forma, do trono inglês. Guilherme, o Conquistador, submeteu a nobreza inglesa, obrigando-a a prestar-lhe um juramento de fidelidade. Para centralizar seu poder, dividiu o reino em condados, colocando os *sherifs*, pessoas de sua confiança, para administrar as províncias reais e obtendo desta forma um vasto controle sobre seus domínios.

Com sua morte, o poder foi ocupado por Henrique II, que iniciou a Dinastia dos Plantagenetas, reforçando ainda mais o poder real. Seu filho, Ricardo Coração de Leão, conduziu de maneira desastrosa a política externa do reino, perdendo vários feudos que a Inglaterra possuía na França. Seu reinado foi praticamente dominado pelo seu envolvimento na Terceira Cruzada. Esta desastrosa política externa colocou o trono inglês na dependência do Papado, que acabou, assim, oferecendo o trono a Filipe Augusto, da França. Essa pressão forçou o herdeiro dinástico, João Sem Terra, a dobrar-se diante da autoridade papal, da qual passou a ser vassalo. Enquanto Ricardo combatia os infiéis no Oriente, João Sem Terra tentava manter-se no poder despoticamente. Em 1215, os barões ingleses, sentindo-se pressionados pela excessiva centralização do rei regente, impuseram-lhe a Carta Magna, que limitava os seus poderes. Esta “Constituição” assegurava a todos os ingleses proteção contra o despotismo real, sendo considerada precursora das liberdades individuais.



A formação da Monarquia Nacional Inglesa.

Com a derrota na Guerra dos Cem Anos, a expulsão dos camponeses e os cercamentos das terras prenunciavam uma nova servidão. Os camponeses sentiam-se cada vez mais ameaçados, provocando uma guerra sem proporções. De um lado, os belicosos senhores feudais e, do outro, os novos nobres que buscavam na manufatura da lã uma forte fonte de riquezas. Essa guerra acabou por envolver duas grandes famílias de nobres, que acabaram por disputar o direito ao trono inglês: os Lancasters e os Yorks. Coincidentemente, ambas traziam em brasões uma rosa, uma vermelha e a outra branca, ficando a guerra conhecida com o nome de Guerra das Duas Rosas. Essa violência não teve limites, varrendo a Inglaterra de ponta a ponta. Os campos foram queimados, as cidades saqueadas e a nobreza restante viu na família Tudor uma esperança para o fim da contenda. Em 1485, Henrique VII assumiu o trono, fortalecendo o poder real.

4. A GUERRA DE RECONQUISTA E A FORMAÇÃO DE PORTUGAL E DA ESPANHA

A Guerra de Reconquista durou até 1492, quando o último reduto muçulmano, o reino de Granada, caiu em mãos de Isabel de Castela e Fernão de Aragão; oito séculos, portanto.

Seu início é marcado pela Batalha de Covadonga, em 718, ganha por visigodos dirigidos por Pelágio e refugiados nas montanhas do norte do País. Foi nas montanhas asturianas que se organizou o pequeno reino das Astúrias, como símbolo da resistência cristã. Nos Pirineus, surgiu também outro reino – pois os islamitas haviam sido desalojados pelos francos –, que dará origem ao reino de Navarra, ao Condado de Barcelona e a Aragão.

Já no século IX, Astúrias apodeira-se de Leão e Castela e a capital do reino passa a ser Leão em 944. Mas dissensões, tipicamente feudais, entre os vários reinos cristãos (Leão, Castela, Navarra, Galiza) agravaram ainda mais a luta permanente travada contra os muçulmanos. Violentas alternativas verificaram-se durante a Reconquista.

Uma delas é a tomada de Toledo, em 1085, por Afonso VI, rei de Leão e Castela, que teve como um de seus vassallos o famoso Rodrigo Dias de Vivar, o “Cid Campeador”. Mas os amoravidas, rudes guerreiros da África Saariana, acudiram em auxílio a seus irmãos e destroçaram no ano seguinte as tropas de Afonso VI, sem quebrar a frente cristã.

Posteriormente, merece destaque a vitória luso-castelhana de **Las Navas de Tolosa**, em 1212. Mas o Reino de Granada, que ainda sobria em mãos maometanas em fins do século XIII, durou mais dois séculos.

5. O CONDADO PORTUCALENSE

Cavaleiros cristãos colaboraram na Reconquista. Distinguiram-se no apoio a Afonso VI dois fidalgos de alta linhagem: Raimundo, filho do conde de Borgonha, e seu primo Henrique, sobrinho-neto de Henrique II da França.

Em retribuição aos serviços prestados contra os sarracenos (talvez), o rei Afonso VI consorciou a filha legítima, D. Urraca, com Raimundo, e a filha bastarda, D. Tereza, com Henri-

que, recebendo o primeiro o Condado da Galiza, ao norte do Rio Minho, e o segundo o condado Portucalense (nome derivado da povoação de Portucale junto à foz do Douro) em 1094. Este Condado estendia-se do Rio Minho ao Rio Tejo e compreendia as cidades de Braga, Coimbra, Viseu, Lamego e Porto.

Entretanto, **D. Henrique de Borgonha** aspirava obter a independência. Conseguiu transferir a vassalagem que devia a D. Raimundo para o rei de Leão. Com a morte de D. Raimundo e D. Afonso VI, D. Urraca herdou o reino. Seu segundo casamento, desta vez com o rei de Aragão, originou vários conflitos, principalmente com Afonso Raimundes, filho do conde Raimundo, que governava a Galiza.

O casamento entre o rei de Aragão e D. Urraca acabou desfazendo-se e as lutas prosseguiram, com vavéns que parecem hoje absurdos; D. Henrique passava de um campo a outro sem o menor embaraço e sem êxito para suas ambições. Morreu em 1114.

Sucedeu-lhe a viúva, **D. Teresa**, insinuante e formosa, que usou abusivamente do título de rainha e tomou o partido da Galiza contra D. Urraca. Mas foi derrotada e não pôde desfazer-se da vassalagem que a prendia à irmã, nem ao sobrinho, quando este ocupou o trono de Leão (1126).

O confronto entre os herdeiros deu-se em 1128 no campo de São Mamede, perto de Guimarães, e saldou-se pela vitória de Afonso Henriques e de seus partidários. Expulsa de Portugal, D. Teresa morreu no exílio dois anos mais tarde.

Pretendendo realizar o sonho de seu pai, **Afonso Henriques** venceu seu primo, Afonso VII (Afonso Raimundes), em Cerneja, em 1137.

Finalmente, em 1139, vencendo os mouros em **Ourique**, **Afonso Henriques adotou o título de Rei de Portugal**, reconhecido por Afonso VII em 1143, pelo Tratado de Zamora, bem como pelo de Santa Fé, em 1179.

6. A DINASTIA DE BORGONHA

A monarquia portuguesa foi fundada por D. Afonso I (Afonso Henriques), que alargou consideravelmente o território português, impondo-se a seus vizinhos cristãos e sarracenos. Venceu Afonso VII em Valde-Vez, forçando-o à assinatura do Tratado de Zamora; tomou dos árabes Santarém, Lisboa (com a ajuda de cruzados, em 1147), Cintra, Almada, Pamela, Alcácer do Sal, Évora, Beja, Serpa etc. Morreu em 1185, tendo instalado **uma monarquia nacional, com poderes centralizados e obediência de todos os súditos**, numa franca negação do Estado feudal que caracterizava as relações de poder na Europa.

D. Sancho I (1185-1211), seu filho e sucessor, fomentou o povoamento do Reino, atraindo estrangeiros.

D. Afonso II (1211-1223) convocou as primeiras **Cortes**, reuniões das quais participavam a família real, o clero, a nobreza e, mais tarde, também representantes dos conselhos, isto é, das vilas e lugares que gozassem de certa autonomia, estabelecida nos forais.

D. Sancho II (1223-1248), a exemplo de seu predecessor, procurou consolidar a autoridade real, em meio a choques com o clero e a nobreza.

Com Afonso III (1248-1279), foi retomada a política expansionista pela **anexação definitiva do Algarve** (1249), integralizando assim o território português.

D. Dinis (1279-1325), poeta, fomentou a agricultura, fundou a **Universidade de Coimbra**, incentivou o povoamento, a exploração das terras, as atividades navais e o comércio das feiras; aproveitando a extinção da Ordem dos Templários, criou a Ordem de Cristo (1319), que teve grande importância na expansão ultramarina.

D. Afonso IV (1325-1357) lutou contra os mouros e autorizou o assassinato de D. Inês de Castro, amante do Infante D. Pedro, por fidalgos que temiam a influência da futura rainha.

D. Pedro I (1357-1367) vingou-se com selvagens requintes e ministrou justiça com extraordinária severidade.

D. Fernando (1367-1383) iniciou a aliança com a Inglaterra (desde os primórdios do século XIII já havia comércio entre Portugal e Inglaterra), proibiu aos membros do clero e da nobreza o exercício de mercador, envolveu-se em três guerras desastrosas contra Castela (pretendia o trono), casou-se com D. Leonor Teles, cujo matrimônio anterior conseguiu anular, desbaratou as riquezas acumuladas por seus antecessores, aviltou a moeda e tentou inutilmente tabelar os produtos essenciais com o objetivo de obstar a especulação desenfreada dos preços.

Mas o êxodo rural se acentuava e as terras caíam no abandono; faltavam os cereais; o trigo e a cevada atingiam preços astronômicos; o governo não tinha outros meios senão compelir os proprietários das terras a lavrá-las e os aldeões ao trabalho agrícola. Foi este o objetivo da **Lei das Sesmarias** (1375). A posse das terras implicava a obrigação de cultivá-las; caso contrário, seriam confiscadas. Quanto à crise braçal, decretou-se a proibição dos filhos e netos dos lavradores de abandonarem a lavoura. Os operários de ofícios menos úteis que a lavoura da terra podiam ser constrangidos ao trabalho agrícola.

A crise social e econômica recrudescceu, pois o rei não estava em condições de fazer aplicar seus decretos, em virtude de seu envolvimento nas guerras contra Castela.

À sua morte, em 1383, sua filha, D. Beatriz, casou-se com o rei de Castela. E a rainha-viúva, D. Leonor Teles, já profundamente antipatizada, abdicou da regência em nome de sua filha. eclodiu então uma revolta popular, dirigida e controlada pela burguesia comercial, ligada a **D. João, filho bastardo de D. Pedro I e Mestre da Ordem Monástico-Militar de Avis**. Este, aliás, assassinou o Conde Andeiro, amante de D. Leonor Teles. São os primórdios da Revolução de Avis.

7. A CRISE DO SÉCULO XIV

Após um período caracterizado pelo desenvolvimento comercial e urbano, pelo processo de fortalecimento do poder real mediante aliança do rei com a burguesia mercantil e, particularmente, pelas mudanças que atingiram a velha ordem feudal, anunciando a nova ordem capitalista, a Europa foi sacudida por crises de natureza estrutural e conjuntural. Guerras, pestes, fomes generalizadas e rebeliões camponesas marcaram o Velho Mundo no século XIV, considerado na época um “século demoníaco”.

❑ A Guerra dos Cem Anos

Em 1337, estourou a Guerra dos Cem Anos, que se estendeu até 1453 e envolveu a nobreza feudal inglesa e os senhores feudais da França. A disputa da riquíssima região de Flandres, célebre pelas feiras que lá eram realizadas, e o problema sucessório foram responsáveis pelo conflito.

Eduardo III, da Dinastia dos Plantagenetas, rei da Inglaterra e neto de Filipe, o Belo, da França, foi impedido de assumir o trono francês, tendo em vista que na Lei Sálica os descendentes por linhagem feminina não tinham direito ao trono. A França foi invadida pelo norte, com o apoio da região de Flandres. Nesse momento, emergiu plenamente a crise do feudalismo: os camponeses se rebelaram, eclodindo as Jacqueries; cavaleiros em busca de vantagens pessoais vieram à luta e exércitos mercenários se formaram. Em meio à guerra e ao fervor religioso, surgiu Joana d’Arc, que, conduzindo camponeses franceses à luta, foi aprisionada e condenada, posteriormente, como herege pela Igreja.

A guerra terminou com a vitória da França e, em virtude das devastações dos campos e da fuga dos servos, a nobreza feudal estava arruinada.

❑ A Peste Negra

Durante a guerra, a peste chegou à Europa por intermédio de co-

merciantes italianos que a contraíram na Ásia. Alastrou-se rapidamente, ceifando grande parte da população. O misticismo atribuiu a peste a um castigo divino, o que deu origem a um forte fanatismo religioso. Os campos se esvaziaram, abalando a produção agrícola, o que provocou a escassez de alimentos, a alta dos preços e, em consequência, a fome.

❑ A generalização da fome

A crise agrícola provocada pela guerra e pela peste foi associada também às péssimas condições atmosféricas da Europa do século XIV. Com isso, criou-se um ciclo que parecia interminável: guerra, peste e fome.

Com a crise, muitos servos acabaram conseguindo sua liberdade e os senhores feudais, incapazes de

manter a estrutura feudal, começaram a substituir as obrigações servis por serviços e arrendar as terras para não perdê-las.

O processo de transformação para o capitalismo acelerou-se na Europa Ocidental. Com a expansão ultramarina, as crises foram superadas, contribuindo para o crescimento da burguesia e para a consolidação do Estado Moderno.

8. CRONOLOGIA

1348 – Início da Peste Negra.

FRANÇA

987 – Início do reinado de Hugo Capeto, fundador da Dinastia dos Capetíngios.

1180-1223 – Reinado de Filipe Augusto e início da centralização monárquica na França.

1223-1226 – Reinado de Luís IX (São Luís).

1285-1314 – Reinado de Filipe IV, o Belo.

1302 – Primeira convocação dos Estados-Gerais.

1303 – Excomunhão de Filipe, o Belo, por Bonifácio VIII.

1309 – Transferência do Papado para Avignon.

1328 – Ascensão de Filipe VI de Valois.

1337 – Início da Guerra dos Cem Anos por Eduardo III.

1346 – Vitória dos ingleses sobre os franceses na Batalha de Crécy.

1355 – Derrota dos franceses na Batalha de Poitiers.

1358 – Rebelião dos camponeses (Jacquerie).

1422 – Início do reinado de Carlos VII; domínio da maior parte da França pelos ingleses.

1429-1431 – Participação de Joana d'Arc na Guerra dos Cem Anos.

1431 – Morte de Joana d'Arc.

1453 – Fim da Guerra dos Cem Anos.

1461 – Início do reinado de Luís XI e retomada do processo de centralização monárquica na França.

INGLATERRA

1066 – Conquista da Inglaterra por Guilherme, o Conquistador, duque da Normandia.

1154-1189 – Reinado de Henrique II, da Dinastia dos Plantagenetas.

1171 – Início da conquista da Irlanda.

1189-1199 – Reinado de Ricardo Coração de Leão.

1199-1216 – Reinado de João Sem Terra.

1214 – Derrota de João Sem Terra por Filipe Augusto.

1215 – Carta Magna.

1216-1272 – Reinado de Henrique III.

1265 – Instalação do primeiro Parlamento.

1272-1307 – Reinado de Eduardo I; conquista do País de Gales.

1327 – Deposição de Eduardo II pelo Parlamento e ascensão de Eduardo III.

1350 – Divisão do Parlamento em Câmara dos Lordes e Câmara dos Comuns.

1381 – Revolta camponesa (Wat Tyler).

1399 – Início da Dinastia de Lancaster.

1455 – Início da Guerra das Duas Rosas.

1461 – Ascensão da Dinastia de York.

1485 – Fim da Guerra das Duas Rosas e ascensão da Dinastia Tudor.

PAÍSES IBÉRICOS

718-1492 – Guerra de Reconquista.

944 – Leão, capital do reino das Astúrias.

1085 – Conquista de Toledo por Afonso VI.

1094 – Casamento de Henrique de Borgonha com D. Tereza e de Raimundo de Borgonha com D. Urraca.

1128 – Batalha de São Mamede.

1139 – Fundação de Portugal e início da Dinastia de Borgonha.

1212 – Batalha de Las Navas de Toloso.

1319 – Criação da Ordem de Cristo.

1383 – Início da Revolução de Avis.

1385 – Início da Dinastia de Avis.

1469 – Casamento dos reis católicos Fernando de Aragão e Isabel de Castela.



1. INTRODUÇÃO

A crise do sistema feudal, iniciada no século XI, e o surgimento do capitalismo, promovendo a ascensão da burguesia e a centralização do poder político pelos reis, foram acompanhados pelo aparecimento de uma nova cultura, caracterizada pelo Renascimento Cultural, e uma nova concepção religiosa, que resultaria na Reforma.

2. O SIGNIFICADO DO RENASCIMENTO

O Renascimento, como o próprio nome indica, significa o reviver de algo que se encontrava adormecido. Empregado no contexto da transição feudo-capitalista, significa o revivescimento dos valores da cultura antiga greco-romana.

Como manifestação que dá início a uma nova visão do mundo, o Renascimento desloca o interesse do campo religioso para o profano e secular. É uma revolução cultural que corresponde à ascensão da burguesia, que pretende romper com os padrões estabelecidos pela cultura medieval, impregnada de misticismo e religiosidade.

3. ORIGEM DO RENASCIMENTO

O Renascimento teve origem na Itália por diversos fatores.

A partir do século XI, as cidades italianas transformam-se nos principais centros econômicos e comerciais da Europa. Justamente nessas regiões em que primeiro se firma o capitalismo, consolida-se a vida urbana e uma forte e poderosa classe mercantil.

Da acumulação de riquezas foi possível o surgimento dos mecenas, homens que enriqueceram a ponto de ficar em condições de proteger as artes e os artistas. Estes acabavam conhecidos e respeitados por todos; a arte os ajudava a conseguir créditos e a divulgar as atividades de suas empresas.

O mecenato passava a constituir um sinal de prestígio e a ele aderiram príncipes e papas. Porém, entre mecenas e obras encontrava-se, muito mais, o interesse econômico e político da classe que as patrocinava do que o interesse pela arte em si.

Se a burguesia buscava na arte um meio de divulgar seus negócios e a projeção social, os novos príncipes (*condottieri*), surgidos nas cidades italianas, buscavam a legitimação de seu poder político, uma vez que não tinham tradição de sangue.

Contribuíram para o Renascimento na Itália a presença dos sábios bizantinos depois de 1453, as profundas marcas da cultura antiga e a invenção da imprensa.

4. CARACTERÍSTICAS DO RENASCIMENTO

O Renascimento promoveu um retorno à cultura greco-romana ou cultura clássica, tanto no plano artístico como na maneira de pensar.

Assim, os artistas do Renascimento contrapunham os valores medievais aos valores clássicos, julgando viver um período de luzes depois das trevas medievais.

O homem passava a ser colocado como o centro de tudo, o antropocentrismo; o estudo da natureza ganhou acentuada importância; a utilização de métodos experimentais traduzia a busca de um profundo racionalismo na contabilidade e na organização do Estado; o universalismo predominava enquanto realização total do artista; os homens descobriram o prazer no ato de criar (hedonismo); o individualismo superava a visão coletivista e de massas que imperava durante a Idade Média.

O Renascimento teve também dois aspectos: o civil, que era ligado às cidades republicanas dirigidas pela alta burguesia e nobreza mercantil e cultivava os temas do cotidiano, que eram mais humanizados; o cortesão, restrito aos príncipes, que destacava temas mais ligados à nobreza cortesã.

Nas artes plásticas, o Renascimento dá início a um movimento que busca integrar o natural, o humano e sobretudo o espaço tridimensional, dando a ilusão de profundidade. Novas técnicas e novos materiais (como óleo sobre tela) foram utilizados pelos artistas na constante busca da perfeição e da harmonia na obra de arte.

5. O RENASCIMENTO ITALIANO E O HUMANISMO

Sendo a Itália o berço do Renascimento, foi aí que esse movimento se desenvolveu em plenitude, tanto nas artes plásticas quanto na literatura e ciência (Humanismo).

Os humanistas, geralmente, eram eclesiásticos ou professores universitários que desprezavam a cultura gótica medieval e primavam pelo individualismo, a vontade do poderio, o refinamento cultural e espiritual. Dedicavam-se a dominar todos os ramos do conhecimento e constituíram o verdadeiro espírito do movimento renascentista.

Em razão das obras e das características que elas apresentam, o Renascimento pode ser dividido em três fases distintas.

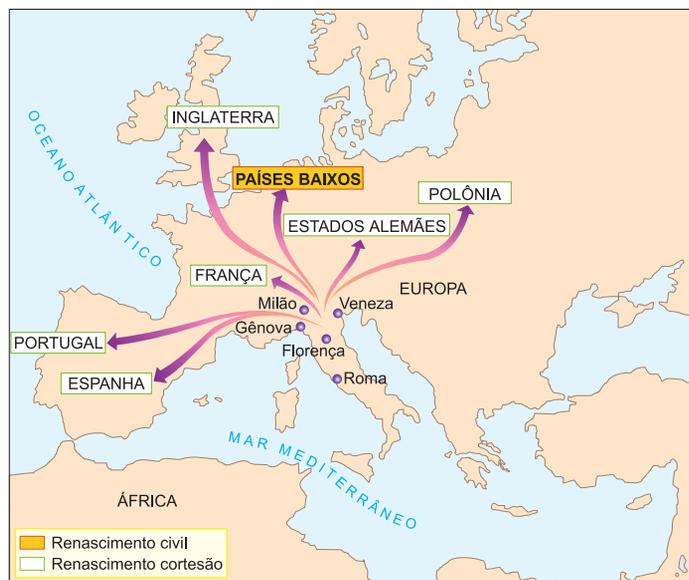
A primeira é denominada *Trecento*, que corresponde à arte do século XIV, quando se assiste a uma arte de transição do Período Medieval para o Renascimento. Nessa fase, destacam-se Dante, com a *Divina Comédia*, Petrarca, com *África*, e Boccaccio, com a obra *Decameron*. Nas artes plásticas, Giotto representa os ideais precursores da arte renascentista.

No *Quattrocento*, que corresponde ao século XV, Florença abriga um dos mais célebres momentos do Renascimento, sob a proteção do mecenato da Família Médici. Desse período, destacamos a figura do mecenas Lorenzo de Médici, o “Magnífico”, que fundou a “Academia Platônica”, na qual pensadores ilustres buscavam conciliar o ideal cristão com o pensamento antigo. Nas artes plásticas,

cas, esse período representa um grande brilhantismo na produção de obras, sendo seus expoentes Masaccio, Boticelli, Tintoretto, Ticiano e Leonardo Da Vinci (“O Gênio Universal da Humanidade”).

A terceira e última fase do Renascimento é denominada *Cinquecento* e corresponde à arte do século XVI, que, apesar de ter artistas como Rafael e Michelangelo, já demonstra o período de crise do movimento dentro da Itália. Roma passou a ser a sede do movimento e, sob a proteção de mecenas papas, Michelangelo pintou os afrescos na Capela Sistina e esculpiu *Pietà*, *Davi* e *Moisés*.

Mas, sem dúvida, Florença, nesse período, abrigou o maior dos humanistas italianos: Nicolau Maquiavel, que, ao escrever *O Príncipe*, estabeleceu os fundamentos teóricos do Estado Moderno, essencialmente na formulação da razão de Estado, que seria, posteriormente, pedra angular na teoria política dos Estados europeus.



Principais centros do Renascimento italiano e sua difusão.

6. CRONOLOGIA

1265-1321 – Dante Alighieri.

1266-1337 – Giotto.

1304-1374 – Francesco Petrarca.

1313-1375 – Giovanni Boccaccio.

1444-1550 – Sandro Botticelli.

1452-1519 – Leonardo Da Vinci.

1469-1527 – Nicolau Maquiavel.

1483-1520 – Rafael.

1475-1564 – Michelangelo.

1517-1576 – Ticiano.

1518-1594 – Tintoretto.

MÓDULO 6

Difusão e Crise do Renascimento

1. DIFUSÃO DO RENASCIMENTO

A Renascença manifestou-se primeiramente na Itália, difundindo-se posteriormente para o exterior e atingindo quase todos os países da Europa Ocidental. Em nenhum deles, o movimento apresentou tanta expressão quanto na Itália.

Podemos afirmar que, durante a fase do *Trecento*, o movimento renascentista circunscreveu-se à Itália. Foi durante os fins do século XV, quando se iniciaram as guerras da Itália (promovidas pelos reis franceses), que a extraordinária criação cultural da Itália foi vislumbrada pelos demais países europeus. Os soldados e os diplomatas foram os principais agentes dessa difusão.

Tendo em vista as características sociais e econômicas dos demais

países europeus, foram os temas produzidos pelo Renascimento Cortesão que tiveram maior acesso aos outros países, cuja estrutura era de cunho autocrático.

Por outro lado, as obras do Renascimento Civil só poderiam penetrar em regiões onde as condições fossem semelhantes às italianas: foi esse o caso dos Países Baixos.

Países Baixos

Erasmus de Rotterdam, sem dúvida, é o maior expoente do Humanismo nos Países Baixos. Chamado de “O Príncipe dos Humanistas”, em 1509 publicou sua obra mais famosa, *Elogio da Loucura*, na qual tece críticas satíricas à sociedade de seu tempo. Tendo dedicado a sua vida à carreira eclesiástica, Erasmo é considerado um humanista cristão.

Nas artes plásticas, o Renascimento teve maior expressão do que o Humanismo. Na região dos Países Baixos, as artes plásticas desenvolveram-se de forma independente dos modelos clássicos e refletem o luxo da vida dos comerciantes. Seus maiores expoentes foram Peter Brueghel, Bosch, Van Eyck e Rembrandt.

Inglaterra

No Humanismo inglês, ganhou destaque Sir Thomas Morus, com a obra *Utopia*, que, diante das mudanças sociais promovidas na Inglaterra em decorrência da manufatura, condenou os abusos da nova sociedade que se formava e propôs uma sociedade ideal.

William Shakespeare foi o representante máximo da obra teatral, escrevendo mais de 40 peças para a dramaturgia, entre elas *Romeu e Julieta*, *Macbeth*, *Hamlet* e *Rei Lear*.

❑ Países Ibéricos

Miguel de Cervantes foi o maior representante do Humanismo na Espanha. Em sua obra *Dom Quixote de La Mancha*, satirizou a sociedade feudal e os costumes da cavalaria.

Nas artes plásticas, El Greco e Murillo desenvolveram obras impregnadas de religiosidade e emoção.

Em Portugal, Luís Vaz de Camões, com sua obra *Os Lusíadas*, traçou a épica narrativa das navegações portuguesas. Gil Vicente produziu uma obra considerável, tendo títulos como *A Farsa de Inês Pereira* e *Auto da Barca do Inferno*.

❑ França

François Rabelais satirizou a Filosofia Escolástica e a Igreja nas obras *Gargântua e Pantagruel*. Michel Montaigne, em *Ensaio*, criticou a sociedade francesa de seu tempo.

2. RENASCIMENTO CIENTÍFICO

O conhecimento medieval era fundamentalmente livresco, isto é, aceitavam-se totalmente as informações e explicações contidas nos livros sagrados e profanos. A curiosidade impõe o surgimento de *experiências* e *observações* durante o Renascimento. O resultado foi o extraordinário desenvolvimento científico.

Um dos melhores exemplos da ciência renascentista é Leonardo da Vinci. Nasceu em Florença, mas viveu a maior parte da sua vida em Milão. Sua obra é principalmente artística. Somente após sua morte é que foram difundidas suas ideias científicas, que são precursoras de inventos modernos. Teorizou alguns princípios da geologia e pode ser considerado precursor remoto do avião, do submarino e do carro de assalto.

O polonês Copérnico demonstrou que a Terra não era o centro do Sistema Solar, mas sim o Sol. Não era o Sol que girava em torno da Terra, como se pensava na Idade Média, mas a Terra que girava em torno do Sol. Suas pesquisas foram completadas pelo alemão Kepler e pelo italiano Galileu.

Na medicina, Versálio publicou uma obra que continha os princípios da anatomia; o espanhol Miguel Servet descobriu uma parte da lei da circulação sanguínea; o médico francês Paré encontrou uma nova forma de estancar a hemorragia.

Apesar de todo esse progresso intelectual e científico demonstrado, não devemos esquecer que para o homem da Renascença a noção de medida, de tempo de precisão, era muito limitada. *As coisas sobrenaturais mesclavam-se com as coisas materiais com grande facilidade. A crença em fantasmas e em bruxarias era generalizada.*

3. CRISE DO RENASCIMENTO

A Itália, até o século XVI, monopolizou as rotas bem como o comércio de produtos orientais, fato que lhe conferiu importância e desenvolvimento econômico. Porém, com o processo de expansão marítima, esse monopólio exercido pelas cidades italianas foi quebrado pelas nações ibéricas (Portugal e Espanha), o que levou ao declínio econômico, que, por sua vez, se refletiu no plano cultural.

Outro fator de peso na decadência do Renascimento italiano foi a Contrarreforma, que imprimiu uma série de restrições morais às obras artísticas.

4. CRONOLOGIA

1450-1550 – A Península Itálica desponta como centro irradiador do Renascimento.

1507 – Leonardo da Vinci, o “gênio universal”, pinta *Monalisa*.

1509 – Erasmo de Rotterdam publica *Elogio da Loucura*.

1513 – Maquiavel publica *O Príncipe*.

1564 – Nasce Galileu Galilei e o escritor inglês William Shakespeare.

MÓDULO 7

Reforma Protestante

1. O SIGNIFICADO DA REFORMA

A Reforma foi uma mudança ocorrida tanto na parte material quanto na espiritual da Igreja Católica, isto é, tanto na organização eclesial como na ortodoxia, na doutrina religiosa.

2. AS CAUSAS DO MOVIMENTO REFORMISTA

A transição do sistema feudal para o sistema capitalista transfor-

mou a mentalidade do indivíduo. A quebra da estrutura do sistema feudal fez surgir a necessidade de uma nova religião, mais adaptada ao espírito acumulador e empresarial do capitalismo. A burguesia em ascensão combatia a teoria da usura desenvolvida durante a Idade Média, segundo a qual o lucro excessivo e os juros eram condenados. Tornava-se necessária uma religião que, em vez de combater, estimulasse a acumulação de capital, colocando a burguesia em paz com a sua consciência religiosa.

Ao mesmo tempo, os reis, centralizando o poder, procuraram transformar a religião e a Igreja em instrumento de sua autoridade, pois, à medida que combatiam o poder papal, assumiam o controle das igrejas nacionais e de seus bens. No plano cultural, o Renascimento estimulou a leitura e a tradução de textos bíblicos, acentuando as discussões teológicas. As numerosas edições da Bíblia aguçaram o conhecimento da doutrina e isso permitiu aos fiéis se aperceberem do baixo nível intelectual.

tual e da corrupção do clero. A necessidade de reformar o clero é que iria dar origem à Reforma.

3. HUMANISMO E A TENTATIVA DE REFORMA

Os humanistas cristãos tiveram consciência dessa necessidade. Procuravam o verdadeiro cristianismo na leitura e comentário do Antigo e do Novo Testamento, bem como na tradição dos grandes escritores cristãos antigos. Erasmo publicou em 1516 uma edição em grego dos evangelhos e uma tradução latina. Por outro lado, um grupo de estudiosos franceses, Guilherme Briçonnet, e principalmente Lefèvre d'Étaples, protegidos pela rainha de Navarra, Margarida D'Angoulême, publicou uma coleção de Salmos, edição das cartas de São Paulo e uma tradução francesa do Novo Testamento (1521).

Outros, mais ligados ao Papado, tais como Pico De La Mirandola e Marsílio Ficino, empenharam-se igualmente numa reforma dos costumes da Igreja, que não alcançou o efeito desejado.

Um fator muito significativo do porquê da não execução das reformas propostas pelos pensadores cristãos prende-se ao **problema conciliar já citado. A Reforma tinha que ser feita pelo Concílio**. O Papado tinha receio de convocá-lo por causa de suas tendências de supremacias. Assim, o problema foi adiado até que a solução protestante forçou a reunião do Concílio de Trento. Nessa ocasião, entretanto, o Papado já possuía a Companhia de Jesus, que manipulou o Concílio e evitou a discussão do problema da superioridade.

4. AS ETAPAS DA REFORMA

Na verdade, houve várias reformas, iniciadas com a Reforma Luterana, a qual deu origem à primeira guerra de religião da Era Moderna, travada entre protestantes e católicos. A Paz de Augsburgo de 1555

pôs fim ao conflito na Alemanha. Depois da Reforma Luterana, vieram a Reforma Calvinista, a Reforma Anglicana, a Reforma Católica e a Contrarreforma.



(Beckett, Wendy. *História da pintura. São Paulo: Ática, 1997. p.117.*)

5. A REFORMA PROTESTANTE

Teve início com Martinho Lutero em 1517, na Alemanha, quando ele protestou contra a venda de indulgências e aproveitou para fazer outras críticas à estrutura eclesiástica. Combatido pelo Papado, Lutero foi condenado pelo imperador Carlos V na Dieta de Worms e somente escapou da execução porque se refugiou na Saxônia, com o duque Frederico, o Sábio.



Lutero foi professor de Teologia na Universidade de Wittenberg.

Uma nova Assembleia foi reunida em Spira, em 1529. O imperador Carlos V impôs o catolicismo romano aos príncipes, que se rebelaram. Daí o nome "protestante". Em 1530, em Augsburgo, a doutrina de Lutero foi exposta por Melancton por meio da Confissão de Augsburgo, que se tornou a constituição da nova Igreja. Os príncipes protestantes organizaram a Liga de Smalkalde contra o imperador.

Finalmente, em 1555, uma nova Dieta de Augsburgo colocava os príncipes protestantes em vantagem, pois estabelecia a teoria de que cada príncipe deveria determinar a religião dos súditos. Terminava, assim, a primeira guerra de religião na Alemanha.

❑ A doutrina luterana

A salvação, para o luteranismo, não se alcança pelas obras, e sim pela fé, pela confiança na bondade de Deus, pelo sofrimento interior do fiel. O culto é muito simples: um contato "direto entre fiel e salvador"; somente salmos e leituras da Bíblia.

Lutero rejeitou a maior parte dos sacramentos; conservou apenas três, que foram depois reduzidos a dois: batismo e eucaristia. Mesmo na eucaristia, a presença de Cristo existe no pão e no vinho, não há transformação do corpo e sangue de Cristo em pão e vinho, ou seja, não há transubstanciação, e sim consubstanciação.

6. CRONOLOGIA

1517 – Início da Reforma Luterana.

1521 – Condenação de Lutero na Dieta de Worms.

1522 – Revolta dos Cavaleiros.

1525 – Eclosão da revolta camponesa.

1526 – Primeira Dieta de Spira.

1529 – Segunda Dieta de Spira.

1530 – Primeira Dieta de Augsburgo.

1531 – Liga de Smalkalde.

1555 – Segunda Dieta de Augsburgo e Paz de Augsburgo.

1. JOÃO CALVINO E A REFORMA EM GENEBRA

A Igreja na França padecia os mesmos males da Igreja em toda a Europa, agravados pela Concordata de 1516, que transferia para o rei da França o direito de nomear bispos e abades. Assim, o soberano passou a distribuir as abadias e bispados como forma de recompensa por serviços prestados, deixando em segundo plano as preocupações religiosas. Por outro lado, as ideias de Erasmo haviam-se difundido bastante na França, surgindo mesmo humanistas admiráveis como Lefèvre d'Étaples, que propunha uma reforma interior e progressiva da Igreja. Quando surgiu Calvino, portanto, as ideias de uma reforma humanista e mesmo luterana já haviam feito numerosos adeptos na França.

Calvino estudou em Novon. Assimilou os ensinamentos luteranos e, por isso, foi obrigado a refugiar-se em Estrasburgo, por volta de 1534. Retirou-se depois para Bâle, onde publicou sua principal obra, *Instituição Cristã*, que se tornou a constituição de sua reforma.

A ação de Zwinglio havia iniciado a Reforma na Suíça, mas esta malograra. Calvino instalou-se em Genebra em 1536, a convite de Guilherme Farel, que pertencera ao grupo de Lefèvre d'Étaples, dando início à Reforma naquela cidade.

A Reforma de Calvino foi bastante radical. Implantou uma censura rígida na cidade, dirigindo-a por meio de ordenações eclesiásticas. A intolerância era total. A Igreja reformada compreendia os fiéis, os pastores e o conselho dos anciões. Um consistório dirigia a política religiosa e moral de Genebra.

Essas ideias difundiram-se com rapidez. Theodoro de Beza levou-as para Gênova. Ele havia dirigido a Academia que se ocupava dos problemas teológicos e da difusão da crença.



Calvino, defensor da teoria da predestinação.

Na França, os artesãos, burgueses e mesmo grandes senhores converteram-se à fé de Calvino, que se instalou solidamente na Holanda e também penetrou na região do Rio Reno. Na Escócia, João Knox e os nobres escoceses impuseram a Reforma à rainha Maria Stuart (1557-1560). Dessa forma, a Igreja Calvinista, extremamente igualitária, austera, dirigida por um conselho de pastores e dos anciãos, instalou-se firmemente na Escócia.

□ A doutrina calvinista

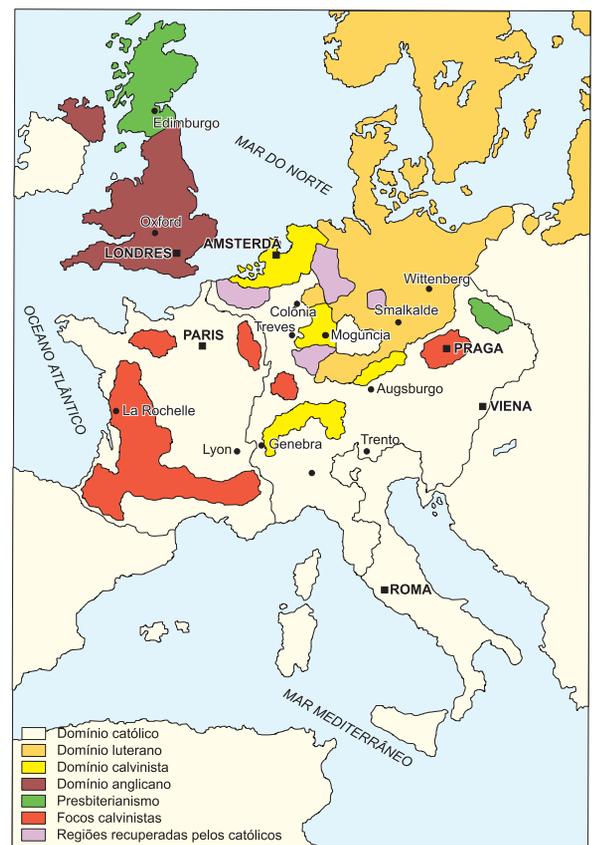
Mesmo em relação à doutrina luterana, a doutrina calvinista é bastante radical. Em relação ao catolicismo, então, há enormes diferenças.

Para Calvino, a salvação é conseguida pela predestinação, que a condiciona totalmente à vontade de Deus. O amor ao

trabalho, o espírito de economia e eventualmente a riqueza material são indícios de escolha divina para a salvação. Somente os sacramentos do batismo e da eucaristia foram conservados. O culto é de absoluta simplicidade. Não há imagens nem paramentos, apenas uma Bíblia que deve ser comentada.

2. HENRIQUE VIII E AS CAUSAS DA RUPTURA COM A IGREJA CATÓLICA

Henrique VIII, rei da Inglaterra (1509-1547), era católico e considerado, até mesmo pelo Papado, um verdadeiro defensor da fé, pois opusera-se violentamente à Reforma Luterana. Entretanto, em 1527, o rei pretendeu casar-se com uma dama da corte, Ana Bolena, e, tendo o papa se negado a dissolver o seu casamento anterior com Catarina de



Reforma Protestante e reação católica nos fins do século XVI.

Aragão, tia do imperador Carlos V, rompeu com o Papado e com a convivência do bispo de Canterbury, casando-se com Ana Bolena.

Em 1534, o Parlamento inglês promulgou o Ato de Supremacia, pelo qual Henrique VIII se tornava o chefe supremo da Igreja na Inglaterra. Dessa forma, a Igreja Anglicana tornou-se uma Igreja nacional, separada de Roma. Nenhuma reforma foi efetuada na doutrina ou no culto. Henrique VIII perseguiu tanto os católicos quanto os calvinistas (os chamados puritanos).

Sob a influência do bispo Cramer, o calvinismo penetrou na Inglaterra durante o reinado de Eduardo VI (1547-1553). Assim, a missa foi suprimida e o casamento dos padres, permitido. O poder passou em seguida a uma rainha católica, Maria Tudor (1553-1558), que empreendeu profunda perseguição aos calvinistas e anglicanos, restaurando o catolicismo.

Foi somente com Elizabeth (1558-1603) que se estabeleceu definitivamente a Reforma na Inglaterra. Confirmou-se a superioridade do rei nos assuntos religiosos. Completou-se a separação de Roma. Foi instituído um livro de orações comuns, e a hierarquia do clero, mantida.

❑ A doutrina anglicana

Em termos da doutrina, a salvação pela predestinação, apoio das Sagradas Escrituras, supressão dos liames a Roma, manutenção da hierarquia, conservação de dois sacramentos, presença espiritual de Cristo na eucaristia, eliminação do sacrifício da missa e preservação da liturgia foram as modificações introduzidas.

3. A REFORMA CATÓLICA

Por ocasião do início da Reforma Protestante, havia dentro da Igreja Católica uma disputa entre o Papado e o Concílio, envolvidos

numa luta pelo controle da Igreja. Isso impediu a pronta ação contra o protestantismo, que teve uma expansão tão rápida, tão fulminante que a Igreja Católica finalmente percebeu que poderia ser completamente destruída. Daí a necessidade de uma reorganização interna.

O surgimento da Sociedade de Jesus, destinada a apoiar o papa, permitiu a convocação do Concílio de Trento (1545-1563), no qual se adotaram as principais medidas de defesa da Igreja Católica. O Concílio conservou a doutrina tradicional, manteve a autoridade do papa e criou os seminários para melhorar a formação do clero.

Confirmou-se o já existente Tribunal da Inquisição e foi criado o Índice dos Livros Proibidos. O Concílio realizou, pois, um trabalho de reestruturação da Igreja Católica, de reforma interna da Igreja, condição básica para poder enfrentar os protestantes.

4. AS REPERCUSSÕES DA REFORMA

No plano econômico, a Reforma Calvinista trouxe consigo a ideia da predestinação (Deus elegia previamente os fiéis para a salvação) e de que um dos sinais da escolha divina era o êxito profissional, a riqueza. Tal concepção adaptava-se perfeitamente à ética capitalista, ao ideal da acumulação e do investimento. Socialmente, a Reforma deu margem a convulsões sociais, pois em nome da religião os camponeses e artesãos aproveitaram para fazer suas reivindicações específicas. Politicamente, os reis e os príncipes transformaram a Reforma em instrumento de luta pelo poder, pois o rompimento com a Igreja tornava-os mais fortes. Por outro lado, os conflitos religiosos transformaram-se em cruéis conflitos

militares, como as guerras de religião na Alemanha (1530-1555), as guerras de religião na França (1558-1594) e a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648).

5. A CONTRARREFORMA

Foi um conjunto de medidas destinadas a combater o protestantismo, por meio da educação, da catequese e da inquisição. No primeiro caso, o que se pretendia era difundir o ensino nas regiões atingidas pela Reforma, de modo que fossem recuperadas pelo menos as novas gerações. No segundo caso, a intenção era conseguir novos adeptos para a Igreja nas terras recém-descobertas no Novo Mundo; neste caso, converter os índios era uma maneira de combater os protestantes. Finalmente, cabia à Inquisição (ou Tribunal do Santo Ofício) perseguir, nos países que ainda não tivessem sido dominados pela Reforma, os adeptos das novas doutrinas. A perseguição era feita de maneira cruel e servia aos propósitos do poder político nos Estados em que ela se realizou (Espanha, Portugal e Itália).

6. CRONOLOGIA

1517 – Início da Reforma Protestante, com as 95 teses de Lutero.

1521 – Condenação de Lutero na Dieta de Worms.

1534 – Implantação do anglicanismo na Inglaterra; tradução, por Lutero, do Velho e Novo Testamentos para o alemão.

1536 – Início da Reforma religiosa de Calvino em Genebra, na Suíça.

1540 – Fundação da Companhia de Jesus.

1545 – Reforma Católica, iniciada pelo Concílio de Trento.



1. A MONARQUIA NACIONAL FRANCESA

Introdução

A unidade da França foi alcançada no processo de fortalecimento da autoridade real. O rei era ungido por Deus, ou seja, era designado para exercer o poder em Seu nome.

Administração

O governo central adquiriu uma organização precisa. O principal assessor real era o chanceler, guardião do selo real e chefe da justiça. O condestável, chefe do exército, vinha em seguida, depois os secretários de Estado, principal inovação do século XVI (estes secretários ocupavam-se da correspondência real).

O Conselho do rei era um órgão de grande importância. Não tinha atribuições fixas, nem composição permanente. Era chamado também Conselho Privado ou Conselho de Estado. Ocupava-se dos principais problemas relativos à política interior e exterior.

A grande dificuldade do exercício do poder estava nas províncias. A efetivação das ordenações reais encontrava sérios obstáculos: a oposição de senhores ciosos de suas prerrogativas, as liberdades das províncias que vinham da Idade Média, as cidades e as vilas com seus privilégios adquiridos de longa data, até mesmo a distância que separava suas regiões e colaborava para o isolamento pelas condições difíceis de comunicação.

A teoria do poder absoluto, em franco progresso, delineou os princípios fundamentais do poder de fato e de direito divino. O rei era apresentado como representante de Deus na Terra. Daí o caráter sagrado do seu poder. Esse poder só era limitado pelas leis cristãs e pelos costumes do povo francês, o que se denominavam Leis Fundamentais do Reino.

Justiça

Mesmo assim, a organização progrediu. A distribuição da justiça foi melhorada com a criação de dois tribunais, chamados Parlamentos, que funcionavam em Rennes e Aix-en-Provence, imitando bastante a justiça feudal e eclesiástica. Novos tribunais foram criados em 1551 para o mesmo fim. A ordenação de 1539 substituiu o latim pelo francês na redação dos julgamentos e atas notariais.

Finanças

No setor financeiro, foi criado o Tesouro Central, incumbido de receber as contribuições tributárias. Em 1542 foram instituídas as intendências em vários locais, encarregadas de arrecadar os impostos localmente.

O problema fundamental dessa administração era o cargo vitalício e hereditário. Um administrador não podia ser afastado de seu cargo, e poderia transferi-lo a terceiros ou deixá-lo como herança a quem designasse.

Religião

Pela Concordata de Bolonha, realizada em 1516, o rei Francisco I adquiriu o direito de nomear os bispos e abades do reino. Havia necessidade de confirmação papal, mas era apenas uma formalidade. O alto clero passou a ser controlado pelo rei, sendo dele dependente.

Entraves ao absolutismo: as guerras de religião

Na França, durante todo o século XVI, o poder real progrediu lentamente. As guerras de religião, que abalaram o país nos fins do século XVI e início do século XVII, retiveram o avanço do Absolutismo. No século XVII, entretanto, encontramos o poder absoluto plenamente configurado em Luís XIV.

Depois de Henrique II, sucessor de Francisco I, o poder real esfacelou-se em virtude das guerras religiosas. Por volta de 1520 apareceram na França os primeiros protestantes.

Seu número aumentou rapidamente em todas as camadas sociais, mas principalmente entre os burgueses e nobres opostos à centralização excessiva do poder real. A França tinha 18,5 milhões de habitantes, dos quais os protestantes representavam apenas 1,5 milhão. Com Francisco II (1559-1560), o poder era exercido praticamente pela família De Guise, líder do partido católico.

Os protestantes tentaram atrair o rei para o seu partido durante a conspiração de Amboise, que terminou com uma violenta reação católica de Antonio De Guise, massacrando os protestantes em Vassy (1/3/1562). Com a ascensão de Carlos IX, menor de idade, a situação complicou-se ainda mais. A rainha-mãe, Catarina de Médicis, tentava conduzir a política do trono equilibrando-se entre protestantes e católicos. O casamento de um príncipe da casa Bourbon com a rainha protestante de Navarra abria perspectiva para que o herdeiro, Henrique de Navarra e Bourbon, pudesse chegar ao trono. O medo de uma conspiração protestante levou Catarina de Médicis e o líder católico Henrique de Guise a convencerem Carlos IX de que havia uma conspiração protestante. Dois mil protestantes foram assassinados na Noite de São Bartolomeu, 24 de agosto de 1572, incluindo o almirante Gaspar de Coligny. A guerra entre os dois partidos tornou-se cruenta, com a participação de voluntários de toda a Europa exortados pelo papa.

2. ASCENSÃO DOS BOURBONS

Henrique IV (1593-1610)

Com a ascensão de Henrique III, irmão de Carlos IX, em 1574, a tutela exercida pela Liga Sagrada Católica de Médicis continuava. Amedrontado, Henrique III mandou assassinar Henrique de Guise, provocando a rebelião dos católicos. Apoiado por



A Europa do Antigo Regime.

Henrique de Navarra, líder protestante, Henrique III tentou reconquistar Paris, mas foi assassinado. Seu herdeiro legal era Henrique de Navarra, que precisou abjurar o protestantismo para ascender ao trono. Iniciou-se assim a Dinastia de Bourbon, em substituição à Dinastia de Valois. Pelo Edito de Nantes (1598), o novo rei, Henrique IV, concedeu liberdade religiosa aos protestantes, dando-lhes o direito de manter algumas praças-fortes.

☐ Luís XIII (1610-1643)

Quando morreu Henrique IV (1610), subiu Luís XIII. A parte inicial do seu governo foi conduzida por Maria de Médicis e pelo primeiro-ministro, cardeal Richelieu, que tomou medidas para consolidar a centralização do poder.

Perseguiu internamente os protestantes, destruindo a fortaleza de La Rochelle, mas externamente realizou uma política de apoio aos protestantes contra os Habsburgos na Guerra dos Trinta Anos (1618-48), visando a garantir a hegemonia europeia à França.

☐ Luís XIV (1643-1715) e o apogeu da Monarquia francesa

Luís XIV é visto como herói, protetor das artes, defensor da Igreja,

legislador, defensor dos fracos contra os fortes. Encarnou o Estado, cujos interesses estão acima dos interesses particulares ou individuais.

Assumiu as funções de rei e ministro, fazendo recuar as instituições governamentais que cresceram na época do ministério de Mazzarino. Afastou dos altos postos do governo os ministros permanentes. Os Conselhos, base do governo no período anterior, foram relegados a plano secundário. Dirigiu o Estado com o auxílio de secretários e do diretor-geral das finanças.

Usou das “lettres de cachet” e dos comissários para impor sua vontade aos particulares e às instituições. O exército mercenário, pago pelo Estado, a serviço do rei, garantia a execução das leis.

O sistema administrativo foi reorganizado. O governo central era composto por seis conselheiros: o chanceler, diretor das finanças, secretários de Estado, dos assuntos estrangeiros, da guerra, da marinha e da casa real.

Os conselheiros de Estado foram organizados na época de Mazzarino. O Alto Conselho ocupava-se dos assuntos políticos; o Conselho das Finanças, com a matéria tributária; o Conselho das Partes, com os assuntos jurídicos. Dois Conselhos, menos importantes, da Consciência e dos Despa-

chos, cuidavam das questões religiosas e dos intendent das províncias.

Nas províncias, a grande inovação administrativa foi a criação das intendências. Estavam diretamente ligadas ao poder central, tendo toda autoridade nas províncias em matéria de justiça, política e finanças. Fiscalizavam os oficiais locais, proprietários de seus cargos hereditários. Promulgavam as leis reais e asseguravam sua efetivação. Supervisionavam a arrecadação provincial. Aos poucos, os intendent tornaram-se chefes locais, a cujo serviço se encontravam subdelegados, nomeados por eles para auxiliar nas suas atividades. Os subdelegados foram institucionalizados e passaram a ser indicados pelo próprio rei.

No plano social, promoveu a ascensão da burguesia, escolhendo seus ministros nessa classe. Equiparou os grandes ministros aos nobres tradicionais. A nobreza foi domesticada, atraída para o Palácio de Versalhes, onde se arruinou pelo luxo da corte, incompatível com suas rendas reduzidas. Os nobres que se acercavam do rei recebiam pensões, governos de províncias, postos de comando no exército. A guerra era um meio de dar-lhes condições de subsistência. Eram obrigados a se descobrirem diante do rei, numa etiqueta formalizada e complexa.

Em suma, o rei equilibrava-se sobre as duas ordens sociais, com ligeiro favoritismo para a burguesia.

Em 1685, com a revogação do Edito de Nantes, o protestantismo voltou a ser proibido, o que provocou a evasão de grande parte dos capitais, com a saída do país de cerca de meio milhão de huguenotes.

O reinado do Rei-Sol foi o mais brilhante de toda a França. Personificou a figura máxima do Estado, justificando a frase “L’Etat c’est moi”, em que o poder não encontrava limites, a não ser nas leis fundamentais do reino e nas Sagradas Escrituras.

Durante o reinado de Luís XIV, sob um poder central grandemente fortalecido, incrementaram-se a industria-

lização e o comércio interno na França. Restringiram-se as importações, estimularam-se as exportações. Abriam-se vias terrestres e fluviais, que facilitaram as comunicações.

No plano econômico, nomeou Jean-Baptiste Colbert ministro das Finanças. Colbert estimulou a indústria a fabricar artigos de luxo, visando ao desenvolvimento da balança comercial, por meio de um mercantilismo industrial.

No plano internacional, em busca da hegemonia europeia, a França adotou uma política de constante agressão aos vizinhos. A

primeira guerra de Luís XIV foi a de Devolução, contra a Espanha, em que reivindicava direitos sobre o Brabante; conquistou Flandres e o Franco Condado, mas encontrou a forte reação da Tríplice Aliança (Inglaterra, Holanda e Suécia), que o obrigou a assinar o Tratado de Aix-la-Chapelle (1668), pelo qual a França ficava apenas com parte da região de Flandres. Dois anos depois, o monarca ocupou Lorena e, de 1672 a 1678, dedicou-se a uma “guerra de vingança” contra a Holanda, que terminou com o Tratado de Nimègue: a Espanha perdeu o Franco

Condado para a França. De 1679 a 1684, Luís XIV fez uma série de anexações: Estrasburgo, Luxemburgo, Courtrai e outras cidades. Em 1689, proclamou sua pretensão à posse do palatinado, o qual invadiu e devastou. Formou-se, então, a Grande Aliança (de quase toda a Europa), que o obrigava a manter-se na defensiva: em 1679, pela Paz de Ryswick, a França abandonou a maioria dos territórios anexados, conservando Estrasburgo e Alsácia. Pelos tratados de Utrecht (1713) e Rastat (1714), perdeu várias possessões no Novo Mundo.

3. CRONOLOGIA

1337-1453 - Guerra dos Cem Anos, entre França e Inglaterra.

1455-1485 - Guerra das Duas Rosas, entre os Lancasters e os Yorks.

1572 - “Noite de São Bartolomeu” (massacre de protestantes franceses em Paris).

1589 - Início da Dinastia dos Bourbons, com Henrique IV.

1598 - Edito de Nantes, que estabeleceu a liberdade religiosa na França.

1624-1642 - O cardeal Richelieu governa a França como primeiro-ministro do rei Luís XIII.

1643-1661 - O cardeal Mazzarino continua a política de Richelieu como primeiro-ministro do rei Luís XIV.

1661-1715 - Luís XIV, o “Rei-Sol”, brilha na França. Auge do absolutismo.

1685 - Revogação do Edito de Nantes.

MÓDULO 10

Absolutismo Inglês e Revoluções do Século XVII

1. A DINASTIA TUDOR

Após a Guerra dos Cem Anos, a Inglaterra viveu uma forte crise dinástica, quando duas famílias de nobres disputaram o trono, envolvendo o país na Guerra das Duas Rosas. O conflito terminou quando Henrique Tudor foi coroado rei, com o nome de Henrique VII. Nesse momento, a autoridade do monarca esbarrou no Parlamento, que restringiu sua atuação e impediu a implantação do absolutismo.

Com a morte de Henrique VII, o poder foi transmitido a seu filho Henrique VIII, que começou a impor seu poder aos nobres feudais, com a ajuda da burguesia, carente de apoio na sua expansão comercial. A partir desse momento, o poder real passou a centralizar-se cada vez mais na figura do rei.

Este rei rompeu com a Igreja Católica, apoderando-se de todos os seus bens e aumentando seu poder político. Por meio do Ato de Supremacia, o Parlamento investiu o rei com a suprema autoridade eclesiástica.

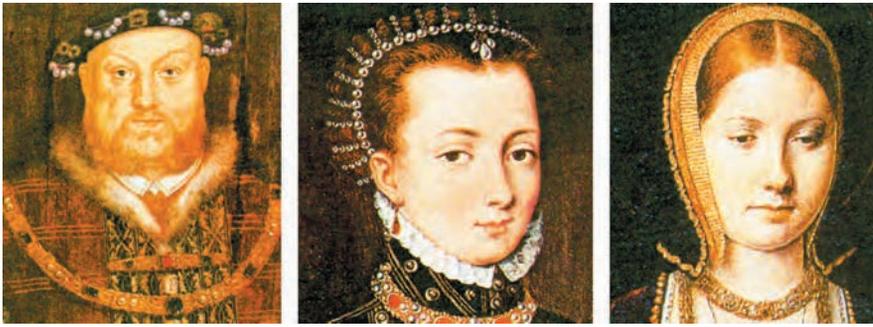
O rei governava por decretos que não eram submetidos à sanção parlamentar. O Parlamento era figura decorativa, sendo convocado em raras oportunidades. O Conselho real era instrumento fundamental do poder monárquico.

No governo da rainha Isabel I (Elizabeth), o Parlamento foi mantido com um poder apenas aparente, porém o absolutismo foi implantado de fato.

Nesse período, a tensão entre Inglaterra e Espanha cresceu. “Felipe II, encarando a possibilidade de

atacar na Inglaterra o protestantismo e as bases dos corsários empregados pela rainha para saquear os galeões espanhóis no Atlântico, preparou a invencível armada (130 navios de guerra e 30 navios de transporte). A armada chegou diante de Calais em boa ordem, sem quase ter sido importunada pelo adversário. Na noite de 7 a 8 de agosto de 1588, os ingleses lançaram contra ela navios incendiários que provocaram a desordem. A artilharia fustigou-a muito e as duas esquadras foram arrastadas pelos ventos para o Mar do Norte. Os ingleses cessaram sua perseguição ao largo da Escócia. A armada perdera quase metade dos navios e a terça parte de seus efetivos.”

(CORVISIER, André. *História Moderna*, São Paulo: Difel, 1976. p. 156.)



Henrique VIII, fundador da Igreja protestante inglesa, e duas de suas seis esposas (Catarina de Aragão e Ana Bolena).

Nesse momento, a hegemonia espanhola foi substituída pela Inglaterra, que passou a exercer a supremacia comercial no Atlântico. Durante o reinado de Isabel I, foi iniciado o processo de “cercamentos”, arruinando os pequenos proprietários, que passaram a concentrar-se nas cidades. Buscando solucionar a crise social resultante, Isabel I assinou em 1601 a “Lei dos Pobres”, que obrigava a população marginalizada e sem ocupação a trabalhar em oficinas, abastecendo o setor manufatureiro de grande quantidade de mão de obra barata.

Podemos afirmar que, durante o longo reinado de Isabel, o poder absoluto foi implantado de fato. A próxima dinastia, Stuart, tentaria legalizá-lo. Esse esforço dos Stuarts iniciou-se com a ascensão ao trono de Jaime I, primo de Isabel e rei da Escócia, e terminaria com a Revolução Gloriosa de 1688.

2. O SIGNIFICADO DAS REVOLUÇÕES INGLESA

As principais etapas

As Revoluções Inglesas podem ser separadas nas seguintes fases: a Revolução Puritana, de 1642 a 1649; o Protetorado de Cromwell, de 1649 a 1658, que corresponde à República; um intervalo de dois anos, bastante confuso, que levou à restauração da Monarquia em 1660; e a Revolução Gloriosa, completada em 1688.

Realmente, todos estes períodos revolucionários constituem um único problema, que é a Revolução Inglesa, iniciada em 1640 e completada em 1688.

Conflito entre o rei e o Parlamento

Esta Revolução tem sido analisada como decorrência da oposição do Parlamento à tentativa dos Stuarts de implantar o absolutismo em termos legais, pois ele existia de fato desde os reis Tudors do século XVI.

Parece-nos, entretanto, que a situação é inversa. É o Parlamento, que possuía o poder de direito, que tenta agora torná-lo de fato. Durante o século XVI, o Absolutismo de fato tinha sua razão de ser porque a burguesia necessitava do poder real forte para acabar com o poder dos senhores, reformar a Igreja e confiscar seus bens, que foram postos em circulação no mercado, defender o Estado das pretensões imperialistas dos espanhóis e garantir a expansão comercial pelo Novo Mundo.

Depois de realizados estes objetivos, o poder absoluto tornou-se desnecessário. Pelo contrário, passou a constituir um peso morto que entravava o progresso da burguesia inglesa. Isto porque na fase em que o poder forte era necessário, muitos direitos foram-lhe outorgados, como, por exemplo, governar por decretos, mediante a administração particular de livre escolha; controle do poder judiciário e da religião; concessão de monopólios a quem lhe aprouvesse para aumentar as rendas do Estado, cobrança de impostos alfandegários, manutenção de um exército permanente.

No fundo, o poder monárquico continuava ligado à nobreza, a quem abatera, mas em seguida ligara-se novamente a ela, exatamente com o objetivo de ter apoio contra a bur-

guesia mercantil. As instituições do Estado, isto é, as leis, os órgãos de governo, a justiça, impediam a continuidade do desenvolvimento econômico desejado pela burguesia. Por exemplo, os proprietários rurais precisavam transformar as terras cultivadas por pequenos proprietários em pastos para a criação de ovelhas, atividade mais lucrativa que a agricultura, mas eram obstados pelo rei, que protegia os pequenos proprietários nos seus tribunais.

Importância histórica da Revolução Inglesa

A revolução da burguesia na Inglaterra contra os entraves ao seu desenvolvimento, representados pelo rei, é um marco importantíssimo na história da Inglaterra. Depois da Revolução Gloriosa de 1688, nenhuma outra revolução se produziu na Inglaterra, até hoje. Somente por este fato, pode-se perceber a sua importância.

No plano da história europeia, as Revoluções Inglesas precederam a Revolução Francesa, constituindo um exemplo para esta, com a qual se igualam em importância histórica, e mesmo a Revolução Francesa supera-as por ter sido definitiva.

Com a morte de Elisabeth I, a Inglaterra foi governada por Jaime I, iniciando-se a Dinastia dos Stuarts, de origem escocesa. Sua atuação absolutista chocou-se contra o Parlamento, que iniciou uma luta política com os Stuarts.

3. FATORES DAS REVOLUÇÕES INGLESA

Na Revolução Inglesa, os problemas econômicos, sociais e políticos misturaram-se aos religiosos.

Com o aumento de importância da agricultura (em 1640 a Inglaterra fornecia quatro quintos do consumo europeu, já que o seu intenso comércio estimulou a produção de alimentos e matéria-prima), os empresários capitalistas passaram a investir na compra e exploração das terras,

adotando técnicas e equipamentos que aumentavam a produção. Com os pequenos proprietários, a quem se uniram, estavam interessados em expulsar das terras os seus antigos rendeiros. Mas esses rendeiros eram protegidos pelo rei, pelos nobres e pelos chefes da Igreja Anglicana, que estavam todos ligados à agricultura, também, e em nada queriam alterar a situação vigente. Os monopólios concedidos pelo rei a alguns grandes capitalistas, e os privilégios (“herdados” da Idade Média) que tinham as corporações na produção de artigos artesanais nas cidades constituíam outros motivos de insatisfação para a burguesia.

Empobrecidos pela concorrência burguesa na agricultura, os nobres viram sua riqueza diminuir ainda mais com a inflação (que enriquecia os burgueses); agarraram-se então às rendas do Estado, controlando a administração. Os burgueses, por seu lado, controlavam o poder local e elegiam seus representantes para o Parlamento.

Ao pretender aumentar os impostos pagos pela burguesia para manter os nobres (seu instrumento contra a ascensão burguesa, que ameaçava o poder real), o rei entrou em choque com o Parlamento, que se considerava o único com direito a legislar sobre essa matéria.

Rei e burgueses opuseram-se também por questões religiosas. O puritanismo tinha numerosos adeptos na burguesia, pois pregava o trabalho e a poupança, tão ao gosto dessa classe social. O rei, para quem o controle da Igreja era um instrumento indispensável do poder, protegia a Igreja Anglicana e perseguia os que atacavam a religião oficial. Os conflitos religiosos entre puritanos e anglicanos foram, desse modo, a expressão de uma luta mais importante: o choque entre burguesia e realeza. A prova é que o primeiro movimento revolucionário pelo controle do poder na Inglaterra foi chamado Revolução Puritana.

4. A REVOLUÇÃO PURITANA



Carlos I presenciou a decadência da Monarquia absolutista inglesa e morreu ao tentar preservá-la.

A luta entre o Parlamento e o rei começou em 1628, quando o Parlamento impôs a Carlos I a “Petição dos Direitos”, pela qual problemas relativos a impostos, prisões, julgamentos e convocações do exército não poderiam ser executados sem a autorização parlamentar. Carlos I disse que aceitava a imposição, mas não a cumpriu. Quando a reunião parlamentar do ano seguinte condenou sua política religiosa e o aumento dos impostos, o rei dissolveu o Parlamento e governou sem ele durante onze anos. As decisões que tomou durante esse tempo provocaram protestos em toda a Inglaterra.

A revolta começou na Escócia, por causa da tentativa de imposição do anglicanismo aos puritanos e presbiterianos, e logo espalhou-se. Os rebeldes, que se negaram a pagar os novos impostos instituídos por Carlos I, foram condenados pelos tribunais reais, em 1639 e 1640.

Em 1640, os problemas financeiros obrigaram o rei a convocar o Parlamento; este só funcionou durante um mês, pois foi dissolvido ao negar-se a aumentar os impostos, como queria Carlos I. Ainda nesse mesmo ano foi reunido um novo Parlamento, que, durante os dezoito meses nos quais trabalhou, transformou a administração da Inglaterra, perseguiu ministros do rei e passou a controlar a convocação do exército e a política religiosa.

Em 1641, a eclosão de uma revolta separatista na Irlanda forçou a organização de um exército, cujo comando foi negado ao rei. Tornou-se, então, obrigatória a reunião do Parlamento pelo menos a cada três anos, e o rei perdeu o direito de dissolvê-lo.

Ainda em 1641, porém, o Parlamento dividiu-se entre alguns líderes radicais (que queriam desapropriar as terras dos senhores religiosos) e a aristocracia unida aos burgueses capitalistas conservadores (que se sentiram ameaçados pelo povo e voltaram-se para o rei, “encarnação” da ordem e da segurança). Aproveitando-se disso, Carlos I tentou recuperar seu poder, indo contra as medidas parlamentares. Começou então a guerra civil, no início de 1642.

O comando do exército parlamentarista foi dado a Cromwell, que revolucionou a organização militar da época, tornando-a muito mais eficiente. A ascensão aos postos começou a ser feita por merecimento, e não por nascimento, como antes. O povo pôde participar da revolução, pois foi organizado em grupos para discutir os problemas mais importantes. Embora precisasse dele na sua luta contra o rei, a burguesia começou a temê-lo, vendo que o povo começava a influir no curso dos acontecimentos.

O exército de Cromwell foi influenciado durante algum tempo pelas ideias democráticas de certos grupos artesãos, os “niveladores”, que não conseguiram, no entanto, convencê-lo de suas ideias radicais. A sua luta pelo poder favoreceu o aparecimento dos “escavadores”, proletários urbanos e rurais que não possuíam terras. Em 1649, quando se apossaram de terras no condado de Surrey e começaram a escavá-las, para demonstrar que elas lhes pertenciam, foram dizimados pelos soldados da República. O mesmo movimento surgiu em outras regiões da Inglaterra, mas em todas elas foi reprimido.

Muito disciplinado, o exército de Cromwell acabou por tornar-se uma força política poderosa: ocupou ci-

dades; pôs em fuga líderes do Parlamento e assumiu o controle da situação; destituiu a Câmara dos Lordes; aprisionou e depois mandou decapitar em praça pública o rei. A guerra civil culminou com a implantação da República, em 1649.

5. COMMONWEALTH

Com a República, começou a segunda fase da Revolução Puritana, a *Commonwealth*. Em poucos anos, Cromwell venceu Carlos II (filho de Carlos I) e dominou todo o Império Britânico. O “Ato de Navegação”, baixado em 1651 (os produtos importados pela Inglaterra só podiam ser transportados por navios britânicos ou pertencentes aos países produtores), provocou a luta com os Países Baixos, cujo comércio se baseava no transporte de mercadorias. Esse ato permitiu que fosse estabelecida a supremacia inglesa nos mares.



Oliver Cromwell liderou o único período republicano da Inglaterra.

Cromwell governou com intolerância e rigidez, impondo a todos as suas ideias puritanas. Quando, em 1653, o Parlamento tentou limitar seu poder, Cromwell dissolveu-o e fez-se proclamar “Protetor” da Inglaterra, Escócia e Irlanda. A partir daí governou com plenos poderes, até a sua morte, em 1658.

Sucedeu-o seu filho Ricardo, que, não tendo as qualidades do pai, foi considerado incapaz e destituído do poder, em 1659. Os burgueses desejavam a segurança, e os irlandeses e escoceses, a volta da realeza. O Parlamento procurou então Carlos II, que estava refugiado na Holanda. Ao ser restaurado no poder, em 1660, Carlos II prometeu a anistia geral, a

tolerância religiosa e o pagamento ao exército. Embora tudo parecesse continuar como antes, o Estado tinha sido reorganizado em outras bases: o rei era agora uma espécie de funcionário da nação, a Igreja Anglicana deixou de ser um instrumento do poder real, e a burguesia já estava bem mais poderosa que a nobreza.

6. A REVOLUÇÃO GLORIOSA

Sentindo-se totalmente limitado pelo Parlamento (que legislava sobre as finanças, a religião e as questões militares), Carlos II uniu-se secretamente a Luís XIV da França, rei católico e absolutista, o que o tornou suspeito ao Parlamento. Desse momento em diante, o rei não pôde mais interferir na política europeia sem o consentimento parlamentar.

Seu irmão e sucessor, Jaime II, era católico e amigo da França. Como tomasse várias medidas a favor dos católicos, o Parlamento revoltou-se e chamou Maria Stuart e seu marido, Guilherme de Orange, dos Países Baixos, para assumir o governo em lugar do rei, que fugiu para a França.

Guilherme só foi proclamado rei (com o nome de Guilherme III) depois de ter aceito a Declaração de Direitos, que limitava muito a sua liberdade e dava ainda mais poder ao Parlamento: o rei não podia cancelar as leis parlamentares e o próprio trono podia ser dado pelo Parlamento a quem lhe aprovesse, após a morte do rei em função; as reuniões parlamentares e as eleições seriam regulares; o orçamento anual seria votado pelo Parlamento; inspetores controlariam as contas reais; os católicos foram afastados da sucessão; a manutenção de um exército permanente em tempo de paz foi considerada ilegal. Todas as decisões começaram a ser tomadas pelos ministros, sob a autoridade do lorde tesoureiro. O Tesouro passou a ser dirigido por funcionários que, na época das guerras, orientavam a política interna e externa. Em 1694, foi

criado o Banco da Inglaterra, para emprestar dinheiro ao Tesouro e aconselhar seus funcionários.

Ficou assim organizado o tripé do desenvolvimento do capitalismo inglês, montado pela burguesia: o Parlamento, o Tesouro e o Banco da Inglaterra. Encerra-se, sem derramamento de sangue, a Revolução Gloriosa, que marcou a ascensão da burguesia ao controle total do Estado. Nesse sentido, ela pode ser considerada o complemento da Revolução Puritana.

Uma vez estabelecida no poder, a burguesia fez com que fossem retirados os obstáculos à sua expansão: a terra foi liberada para os comerciantes e completou-se a expulsão dos rendeiros. O desenvolvimento da Inglaterra, depois disso, foi enorme.



Chamou-se Revolução Gloriosa o movimento que levou Guilherme de Orange ao trono inglês.

7. CRONOLOGIA

1485-1509 – Reinado de Henrique VII.

1509-1559 – Reinado de Henrique VIII.

1534 – Ato de Supremacia.

1559-1603 – Reinado de Elizabeth I.

1603-1688 – Dinastia Stuart.

1628 – Petição dos Direitos.

1641 – Revolta na Irlanda.

1642 – Início da Revolução Puritana.

1645 – Batalha de Naseby.

1649 – Implantação da República.

1651 – Ato de Navegação.

1653 – Protetorado de Cromwell.

1658 – Morte de Cromwell.

1688 – Revolução Gloriosa.